

ALLAN ANDERSON ALVES

**DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES À ABERTURA COMERCIAL: A
QUESTÃO DO ESTRANGULAMENTO EXTERNO, NA PERSPECTIVA DA
BALANÇA COMERCIAL, NO BRASIL, DE 1990 À 2000**

**Monografia apresentada à disciplina
de Monografia do Curso de Ciências
Econômicas do Setor de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof.^a Angela Welters

**CURITIBA
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

ALLAN ANDERSON ALVES

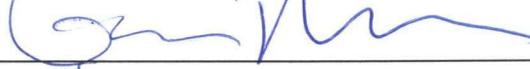
DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES À ABERTURA COMERCIAL: A QUESTÃO DO ESTRANGULAMENTO EXTERNO, NA PERSPECTIVA DA BALANÇA COMERCIAL, NO BRASIL, DE 1990 À 2000

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

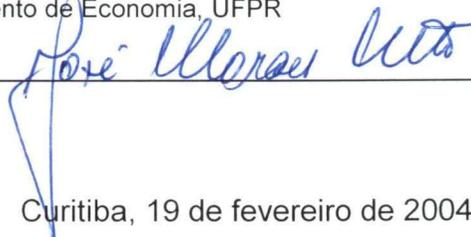
Orientador: Prof.ª Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR



Prof. José Gabriel Porcile Meirelles
Departamento de Economia, UFPR



Prof. José Moraes Neto
Departamento de Economia, UFPR



Curitiba, 19 de fevereiro de 2004

Dedico esta monografia ao meu pai Azor
que sempre esteve presente em minha
vida e no qual me inspiro a viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por estar me concedendo toda a felicidade de mais uma vez poder estar lutando por algo que creio que seja o melhor para mim e de estar aprendendo a cada dia com a ajuda imensa que Ele me fornece.

À minha mãe Ana, por toda tranqüilidade, por toda a paz e por toda manifestação de amor que tem dado a mim e que me faz sempre aprender muito com os seus gestos e com o seu conforto em todas as minhas lutas.

Agradeço aos meus irmãos Luciano, Azor e Sandra e Sandro por terem contribuído, à maneira de cada um, com tudo o que sou e com tudo que alcanço até hoje e por toda a sustentação que deram quando dos momentos tristes e felizes em minha vida.

Agradeço à minha noiva Darlene, por ter estado em todos os momentos e em todas as fases mais importantes e ter demonstrado, além de seu amor, um companheirismo e uma dedicação que pôde, com certeza, levantar-me e me deixar pronto para enfrentar todos os meus desafios.

Agradeço à minha Orientadora Angela, por todo o apoio, pela paciência e por sua presença em todas as fases da elaboração deste trabalho e por, acima do profissionalismo, tratar os seus alunos com humanidade.

Finalizando, agradeço aos meus colegas, professores e alunos, que estiveram em alguma fase de todo este tempo e que, de uma forma ou de outra, puderam lutar ao meu lado em todos estes anos de dedicação à faculdade.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vii
RESUMO	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. TEORIAS E DISCUSSÕES À RESPEITO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES	4
2.1 SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	4
2.2 SOBRE OS INCENTIVOS À EXPORTAÇÃO.....	6
3. ABORDAGEM HISTÓRICA DAS DÉCADAS DE 1970 À 2000	10
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANOS 1970.....	10
3.1.1 Principais acontecimentos externos e internos da década	
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANOS 1980.....	16
3.2.1 Principais acontecimentos externos e internos da década	
3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANOS 1990.....	27
3.3.1 Principais acontecimentos externos e internos da década	
4. O SETOR EXTERNO E O ESTRANGULAMENTO EXTERNO DE 1990 À 2000	33
4.1 AVALIAÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA.....	34
4.1.1 A evolução das exportações brasileiras no período de 1990 a 2000.....	34
4.1.1.1 Análise estrutural das exportações brasileiras e sua participação no comércio mundial.....	40
4.1.2 A evolução das importações brasileiras no período de 1990 a 2000.....	79
4.1.2.1 Análise estrutural das importações brasileiras e sua participação na produção nacional (coeficiente de penetração).....	82
4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS (IDE) NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	94
4.3 RESULTADO DA BALANÇA COMERCIAL E A SITUAÇÃO DO ESTRANGULAMENTO EXTERNO, NA PERSPECTIVA DA BALANÇA COMERCIAL, DE 1990 A 2000.....	102
5. CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	117

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: TOTAL GERAL.....	35
TABELA 2 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS.....	42
TABELA 3 - ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (MÉDIA 1996 = 100).....	44
TABELA 4 - ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (MÉDIA 1996 = 100).....	44
TABELA 5 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS.....	48
TABELA 6 - ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS (MÉDIA 1996=100).....	50
TABELA 7 - ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS (MÉDIA 1996=100).....	51
TABELA 8 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CAPITAL.....	54
TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CAPITAL (MÉDIA 1996=100).....	56
TABELA 10 - ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CAPITAL (MÉDIA 1996=100).....	57
TABELA 11 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CLASSE DE PRODUTO: PRODUTOS BÁSICOS.....	60
TABELA 12 - ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CLASSE DE PRODUTO: PRODUTOS BÁSICOS (MÉDIA 1996= 100).....	61
TABELA 13 - ÍNDICE DO QUANTUM DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CLASSE DE PRODUTO: PRODUTOS BÁSICOS (MÉDIA 1996= 100).....	61
TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE BENS E O MERCOSUL : 1990 – 98* (valores em US\$ milhões e coeficientes em porcentagem).....	66
TABELA 15 - SETORES COM GANHO E PERDA DE COMPETITIVIDADE NO COMÉRCIO MUNDIAL NO PERÍODO DE 1991 A 1998.....	70
TABELA 16 - BRASIL – EXPORTAÇÃO – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O CRITÉRIO DE SETORES ÓTIMOS, SETORES EM DECLÍNIO, SETORES EM RETROCESSO, OPORTUNIDADES PERDIDAS.....	72

TABELA 17 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS: TOTAL GERAL.....	80
TABELA 18 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS.....	83
TABELA 19 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS.....	85
TABELA 20 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CAPITAL.....	88
TABELA 21 - COEFICIENTE DE PENETRAÇÃO: IMPORTAÇÃO/PRODUÇÃO (%).....	93
TABELA 22 - TAXA ANUAL MÉDIA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES, POR ORIGEM DE CAPITAL – EM %.....	97
TABELA 23 - COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO 1989, 1997 E 2000 - EM %.....	98
TABELA 24 - RESULTADO DA BALANÇA COMERCIAL DE 1990 A 2000 – VALOR FOB.....	103
TABELA 25 - RESULTADO COMERCIAL – BRASIL – US\$ milhões.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: TOTAL GERAL - 1990-2000.....	35
GRÁFICO 2 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO PERÍODO DE 1990 – 2000.....	43
GRÁFICO 3 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS NO PERÍODO DE 1990 A 2000.....	49
GRÁFICO 4 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE BENS CAPITAL DE 1990 A 2000.....	55
GRÁFICO 5 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS BÁSICOS NO PERÍODO DE 1990 a 2000.....	60
GRÁFICO 6 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIAS DE BENS 1990 – 2000.....	64
GRÁFICO 7 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOTAL GERAL: 1989 – 2000.....	81
GRÁFICO 8 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS: 1990-2000.....	84
GRÁFICO 9 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS: BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS: 1990-2000.....	86
GRÁFICO 10 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL: 1990 – 2000.....	89
GRÁFICO 11 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIAS DE BENS 1990 – 2000.....	91

RESUMO

Este trabalho consiste na análise da balança comercial brasileira no período de 1990 a 2000 no intuito de verificar se os produtos industrializados conseguiram, após a abertura comercial, dar continuidade aos objetivos das políticas de desenvolvimento do país de superação do problema do estrangulamento externo pelos resultados da balança comercial. Desta forma, a análise da exportação e importação dos bens de consumo duráveis, bens de consumo não-duráveis, bens de capital e produtos básicos, mostra que os bens industrializados não conseguem superar problemas na balança comercial como se acreditava, pois problemas mais estruturais como o direcionamento e incentivos à exportação de produtos mais dinâmicos no comércio mundial fazem diminuir a eficácia das exportações dos produtos industrializados. De outra forma, as empresas de capital estrangeiro, responsáveis por grande parte da produção de produtos que tem maior competitividade no mercado externo, não estão em sua maioria voltadas à exportação, tendo como prioridade o mercado interno, além do que se mostram muito vulneráveis às políticas internas e às modificações do mercado internacional. O que se pode verificar é que embora as exportações de produtos industrializados realmente encontrem melhores oportunidades para o melhoramento da balança comercial, não necessariamente estes conseguem garantir tal efeito, tanto pela dependência de políticas cambiais mais favoráveis através da desvalorização cambial como pela falta de incentivos e investimentos em setores que possuem um dinamismo maior no comércio mundial e que, por isto, tem as maiores oportunidades de conseguir atenuar, pelo lado da balança comercial, o problema do estrangulamento externo brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

Na história econômica brasileira, principalmente em meados da Segunda Grande Guerra, começou a se fazer mais visível os anseios dos dirigentes do país para um maior desenvolvimento e um melhor bem-estar destinado à população, promovendo o desfrute de melhores condições de vida, uma aproximação invejada do tipo de vida de países mais desenvolvidos.

No começo dos anos 40, mais para o término da guerra, a ordem de uma industrialização mais expressiva levou políticos, trabalhadores, economistas, enfim, toda a sociedade, a apoiá-la no intuito de alcançar o desenvolvimento, fazendo valer todo o desejo de expansão do país, tanto em termos econômicos como em termos sociais.

A industrialização seria destinada ao consumo nacional, já que o mesmo era realizado com boa parcela da importação de produtos, como bens de consumo, intermediários e de capital, garantida pelas divisas recebidas das exportações de produtos primários, mas que não conseguiam alcançar melhores resultados, face aos problemas mundiais, pelos constantes excedentes de oferta e pela baixa cotação, que contribuíam para queda de seu preço.

Sendo assim, havia um estrangulamento externo da economia brasileira pelo lado da balança comercial, não somente causado pela excessiva importação quanto pela deficiência na exportação, ou melhor, na captação de divisas pelas vendas dos produtos primários para posterior pagamento daquelas importações, das quais padecia o mercado por não ter sua produção interna satisfatória dos produtos importados.

Surgia na década de 50 um novo pensamento a respeito da condição dos países subdesenvolvidos e os motivos que davam origem àquelas condições, embasado nas análises das economias subdesenvolvidas.

Nasce, assim, o processo de substituição de importações, criado pela corrente dos pensadores sobre o subdesenvolvimento e aplicado pelo governo, o qual consistia em substituir produtos antes importados pela produção nacional, principalmente, os de bens de consumo, restringindo, conseqüentemente, sua importação, encontrando-se aí o caráter protecionista do tal processo.

Apesar do resultado alcançado, o problema da restrição interna não havia sido totalmente resolvido, haja vista que com a elevação da produção interna de bens de consumo elevava-se, também, a importação de bens de capital para a sua produção, realimentando os problemas com o estrangulamento externo na balança comercial.

Da percepção dos novos problemas que vinham com o processo de substituição de importações, começou a ser defendido o incentivo às exportações nacionais, a fim de que pudesse favorecer um melhor equilíbrio nas contas da balança comercial, considerando que o país deixaria de exportar somente produtos primários passando aos industrializados, produzidos pelo próprio processo de substituição de importações.

A visão sobre a superação do estrangulamento externo na obtenção de divisas proporcionada pela restrição às importações, no processo de substituição de importações, é então superada por outra em que o ganho de divisas é feito através das vendas dos produtos nacionais pela exportação, ainda que a substituição de importações fosse importante para incentivar a produção nacional e, conseqüentemente, aumentar a exportações de produtos industrializados.

Os anos 90 são marcados pela dominação do pensamento neoliberal na economia brasileira, fruto de uma corrente que defende algumas premissas como uma maior integração comercial entre as nações e uma diminuição da participação do Estado nas questões econômicas, saindo de seu papel tradicional de provedor para regulador dos recursos que movimentam a economia.

Percebe-se, então, que com a abertura comercial a vulnerabilidade externa tomou forma novamente nas questões sobre o setor externo.

Surgiram, com esta vulnerabilidade, problemas na balança comercial que intensificavam o estrangulamento externo, que desta vez deveria ser enfrentado pela exportação de produtos industrializados, pela crença de que estes possuem melhores preços no mercado mundial, melhor competitividade e estabilidade.

Sendo assim, a substituição de importações ajudou não somente a superar o estrangulamento externo em outras épocas como a proporcionar um suprimento de produtos industrializados que, de uma outra maneira, com as exportações, pretendem trazer continuidade ao auxílio à superação ao estrangulamento externo pela balança comercial, várias vezes defendida para este fim ao longo do tempo.

O presente trabalho inicia-se no capítulo 2 com as teorias e discussões dos teóricos que debatiam a respeito do papel do setor externo pelo lado da balança comercial, no auxílio à superação do estrangulamento externo.

No capítulo 3 é feito um apanhado das principais medidas e políticas adotadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, considerando os planos e seus resultados diante dos diferentes quadros da economia interna e mundial.

No capítulo 4 encontra-se o estudo sobre os componentes da balança comercial, exportações e importações, sua evolução no período de 1990 e 2000, competitividade em relação ao comércio mundial e a análise estrutural destas evoluções, mostrando como os tipos de bens, divididos em bens de consumo durável, bens de consumo não – durável, bens de capital e produtos básicos, reagiram às mudanças de políticas e da situação do comércio mundial.

No mesmo capítulo, segue-se a análise da participação do investimento externo estrangeiro, empresas de capital estrangeiro, na balança comercial, mostrando como as empresas envolvidas tanto na reestruturação industrial como no processo de privatização, conseguiram se adaptar e contribuir com o melhoramento do setor externo do país.

A partir destas análises serão elaboradas algumas considerações finais sobre a questão do estrangulamento externo na década de noventa.

2. TEORIAS E DISCUSSÕES À RESPEITO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES

2.1 SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Após a Grande Depressão da década de 30, que foi seguida por conflitos mundiais, dados pela 2ª Grande Guerra, os países atingidos por tais acontecimentos tiveram suas economias abaladas, o que criou uma reestruturação econômica que seria realizada através das análises e levantamentos da situação de cada um daqueles países.

Os países mais desenvolvidos e mais envolvidos no conflito mundial, obtiveram ajuda em sua reconstrução, proporcionada principalmente pelos EUA.

Esta ajuda começou a ser apurada, também, por alguns países da América Latina, que reivindicavam parcela desta para sanar seus problemas econômicos.

Inserido neste contexto, surge a CEPAL com o objetivo máximo de analisar todos os problemas destes países latino-americanos e avaliar as suas possíveis soluções.

Surge na CEPAL a figura que começa a questionar a ordem econômica mundial, criticando veementemente como se dava o comércio internacional entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esta era Raul Prebisch.

O que iniciou, então, os questionamentos de Prebisch "...foi a crítica às vantagens comparativas de David Ricardo, segundo a qual os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo." (SOUZA, 1997, p. 199)

Como as vantagens comparativas nos países subdesenvolvidos encontram-se, na sua maioria, em produtos agrícolas, estes possuem maior vulnerabilidade ao setor externo, tendo em vista a inelasticidade destes produtos a reduções de preços e, por consequência, dado choques externos de demanda, a redução ou aumento de preço para ajuste se torna moroso, deprimindo as relações de troca e comprimindo a capacidade de importar.

É por isto que, na "...constatação de deterioração das relações de troca em detrimento dos países exportadores de produtos primários e a conseqüente impossibilidade de transferência dos ganhos de progresso técnico para a periferia levaram Prebisch a propor a industrialização como a única forma de desenvolvimento." (SOUZA, 1997, p. 200)

Dizia-se da industrialização pelo fato de que os produtos industrializados seriam menos vulneráveis aos choques externos pela elasticidade que possuem e, também, por possuírem maior aceitação em outros mercados.

Nas palavras de FURTADO (1978, p. 11), "A partir do momento em que entrou em declínio o sistema tradicional de divisão internacional do trabalho – ou seja, quando a demanda internacional de produtos primários passou a crescer com relativa lentidão – ou, no caso de certas regiões, os recursos naturais de fácil utilização foram plenamente utilizados – os países subdesenvolvidos tiveram de tomar o caminho da industrialização."

Esta industrialização, para Prebisch, ocorreria pela substituição de importações, processo pelo qual os produtos anteriormente importados pelo país deveriam ser produzidos internamente, já que há uma dependência muito grande de tais produtos na economia.

Deveria, então, ser obstaculizada a importação de produtos de consumo supérfluos, haja vista da necessidade de "guardar" divisas para bens ditos mais essenciais para a produção, como bens de capital e bens intermediários (insumos) para a industrialização e produção interna.

Desta forma, ter-se-ia o controle do "...desperdício de cambiais em mercadorias já fabricadas internamente." (MAGALHÃES, 19-, p. 224)

A substituição de importações é, então, caracterizada por "...um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso das restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial." (TAVARES, 1977, p. 41)

No caso brasileiro, algumas das indústrias mais tradicionais no país eram basicamente complementares das importações e, com as crises no comércio exterior, "A redução da capacidade de importar obrigou as indústrias complementares das importações a economizar ou substituir insumos importados." (FURTADO, 1978, p. 23)

“É a este processo, pelo qual um mercado preexistente e em crise de abastecimento de suas fontes externas tradicionais, incentiva a expansão da indústria local, que se chama usualmente de substituição de importações.” (FURTADO, 1978, p. 23)

A economia, então, fechava-se e conseguiria saldos positivos em sua balança comercial pela restrição à importação, dando prosseguimento à produção interna.

2.2 SOBRE OS INCENTIVOS À EXPORTAÇÃO

Ao dar início à substituição de importações e a análise de seus resultados, devido a sua aplicação em alguns países, dentre eles o Brasil, verificou-se algumas limitações que entravavam a continuidade de tal processo e também da industrialização.

O fato é que o processo levou a uma necessidade de produtos importados ainda maior, já que a produção dos bens substituídos (bens de consumo) aumentava gradativamente internamente, o que levava a uma maior demanda de bens de capital e intermediários para dar continuidade à produção.

Isto levava novamente ao problema de estrangulamento externo, pois à medida que se avançava o processo, os países pareciam mais dependentes do setor externo.

Segundo BRANCO (1977, p. 178), “As limitações principais ao processo substitutivo têm origem na própria estrutura produtiva, em termos de requisitos de insumos importados para manutenção e ampliação da produção, de modo que a efetividade de uma nova etapa substitutiva pode vir a ser comprometida caso exista uma restrição externa acentuada ao crescimento das importações.”

Por isto, a substituição em primeiro momento faria crescer a produção interna, mas deveria ser acompanhada de um aumento da importação de outros bens para que não cessasse o processo.

Com relação a este acompanhamento, as necessidades simultâneas dos bens para a produção condicionavam a substituição de importações, em que "...é praticamente impossível que o processo se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital." (TAVARES, 1977, p. 46)

Do fato de que as economias dos países que praticavam a substituição de importações estarem fechadas e que, ainda, dependiam dos produtos agrícolas para ganho de divisas a fim de que efetuassem as importações necessárias, aquelas não eram suficientes para adquirir os bens para produção.

Até mesmo Prebisch mudou sua concepção sobre o processo de substituição de importações.

PREBISCH¹ citado por SOUZA (1997, p. 352) coloca que é fundamental para os países periféricos incentivarem a exportação de produtos industrializados. Os produtos seriam aqueles mesmos produzidos dentro do processo de substituição de importações.

Nas palavras de Bresser, "A substituição de importações é essencialmente uma estratégia transitória de industrialização."(BRESSER, 2002, p. 10)

A partir destas novas observações, começou a ser analisado não somente os aspectos envolvidos com a perpetuação da dependência externa por novas importações a serem realizadas, mas também os "prejuízos" que o processo de substituição de importações poderia realizar na estrutura econômica do país.

Tais prejuízos condiziam com o fato do país ter se fechado pela proteção, não havendo maneiras de estimar como os produtos produzidos internamente poderiam fazer frente a uma concorrência externa.

Ainda mais, os produtos nacionais teriam preços muito acima dos produtos que poderiam ser importados.

Além disto, a substituição de importações trazia em seu conteúdo a concentração de renda, em que a substituição de bens de consumo duráveis levaria a uma maior utilização de capital que está sob o controle de poucos e que, por isto, os pagamentos deste capital eram realizados para uma minoria (FURTADO, 1978, p. 27).

¹ PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino – Americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 15.

Da mesma forma, empresas de grande porte teriam custos maiores, já que os incentivos à importação de bens de produção iriam distorcer a avaliação e a aplicação de bens de capital mais adequados ao processo de produção.

Nas palavras de FURTADO (1978, p. 54), “É sabido que a industrialização baseada na substituição de importações tende a desqualificar as indústrias para a exportação.”

Há também o fato de que muitas indústrias não encontram mais mercado interno para sua produção, tanto por estar saturado quanto pelo baixo nível de renda dos seus compradores, que não conseguem realimentar o processo, como acontece em certas indústrias tradicionais.

Necessitava-se de uma maior abertura comercial incentivando as exportações, em que “As intensas trocas internacionais de bens, serviços, capitais, tecnologias e informações magnificam a concorrência e expõem a estrutura econômica interna a um alto grau de competitividade e eficiência, em relação às economias concorrentes.” (SOUZA, 1997, p. 354)

Com isto, as exportações conseguiriam proporcionar as divisas necessárias para importação dos bens de produção para a continuidade da produção interna, desafogando a balança comercial e o endividamento externo.

Mas para isto, “...a economia precisa diversificar a pauta exportadora, através da redução dos custos de produção, de sorte a aumentar o número de produtos com maior competitividade externa e reduzir os impactos negativos da queda de preços ou de quantidades demandadas relativas a um produto específico.” (SOUZA, 1997, p. 356)

É desta forma, então, que a exportação de diversos produtos industrializados conseguiriam, pela sua elasticidade e maior competitividade, aliviar todas as pressões que pudessem afetar a balança comercial, contribuindo para este fim o próprio processo de substituição de importações, dado os produtos industrializados produzidos neste processo.

Com isto, os produtos industrializados garantiriam maior competitividade, desde que houvesse um progresso tecnológico que estivesse embutido nos produtos, além do que o direcionamento de tais produtos ao mercado internacional e à recepção deste no mercado internacional, proporcionaria uma melhor condição de concorrência com os produtos estrangeiros, tanto no mercado interno quando no externo.

Mas para que fossem conseguidos tais objetivos, o país deveria constituir uma base de produção preocupada com a inovação e a capacitação tecnológica, pois “La existencia y ‘densidad’ dei ‘núcleo endógeno’, sustento de la autodeterminación, permite pasar de la ‘imitación grotesca’ al ‘aprendizaje creativo’.” (FAJNZYLBER, 1983, p. 310)

Desta forma, o núcleo endógeno proporcionaria uma saída a uma possível “...ausência de liderazgo efectivo en la constitución de un potencial industrial endógeno, capaz de adaptar, innovar y competir internacionalmente en una gama significativa de sectores productivos.” (FAJNZYLBER, 1983, p. 312)

Em relação às opções e estratégias de exportações ou de substituições de importações, FAJNZYLBER diz que “Las opciones reales son muy diferentes: constituir un núcleo endógeno capaz de incorporarse en el proceso de dinamización tecnológico que es la condición necesaria para penetrar y mantenerse en el mercado internacional versus delegar en agentes externos la responsabilidad de definir la estructura productiva presente y futura dei país.” (FAJNZYLBER, 1983, p. 324)

É desta maneira que, muito mais do que exportar, a produção nacional teria que se constituir em uma base exportadora adequada aos novos mandos de uma abertura comercial mais intensa, levando a uma readaptação de toda a produção industrial a um novo quadro de concorrência e elevação da capacidade técnica dos seus produtos.

Então, por um lado encontrava-se o processo de substituição de importações superando o estrangulamento externo pela redução das importações e do outro a abertura comercial, com a maior participação das exportações, a fim de superar o mesmo estrangulamento pelo aumento das exportações de produtos industrializados.

3. ABORDAGEM HISTÓRICA DAS DÉCADAS DE 1970 À 2000

Devido às intensas mudanças do papel do Estado, de suas políticas e do tratamento dado ao setor externo, as décadas de 1970, 1980 e 1990 guardam os diferentes aspectos das resoluções aos problemas econômicos, que ora eram afetados por crises internas e ora afetados pelo setor externo, este responsável por uma grande participação na preocupação dos gestores da economia brasileira.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANOS 1970

3.1.1 Principais acontecimentos externos e internos da década

A conjuntura mundial na década de 1970 passava por inúmeras transformações, dentre elas a formação de uma estrutura industrial mais oligopolista que ampliava sua capacidade produtiva (COUTINHO, 1984, p. 40, 41).

Outras transformações ocorreram no mercado financeiro mundial, que se encontra “...num ambiente de crescente liberalização de capitais e de instabilidade das taxas de câmbio e de juros” (TAVARES; BELLUZZO, 2002, p. 152).

Não somente isto, estava ocorrendo a guerra no Vietnã em que os Estados Unidos se envolviam cada vez mais com gastos militares, expandindo a demanda mundial (CARNEIRO, 1992, p. 295).

Com tudo isto, as economias cresciam intensamente e as empresas oligopolistas se aproveitavam de uma maior expansão de suas atividades, aumentando constantemente sua capacidade.

Este crescimento durou até 1973 quando os preços do petróleo triplicaram, o que fez com que muitos países dependentes desta matéria – prima tivessem seus balanços de pagamentos afetados.

A recessão nos Estados Unidos, implicada pela nova estrutura industrial e a crise do petróleo, acabava “...configurando uma crise global de superacumulação industrial após 1974.” (COUTINHO, 1984, p. 41)

A recessão provocou uma queda das exportações mundiais, principalmente, de países que possuem laços mais intensos de comércio, como o Brasil.

Após estes anos de recessão, os Estados Unidos e outros países industrializados conseguem sair da crise, carregando o mundo novamente por uma nova onda de crescimento, mas que acaba em 1979, com uma nova crise do petróleo, acarretando novamente em dificuldades para os demais países se recuperarem.

No Brasil, o governo Médici entra no poder em 1970, concretizando a fase mais perturbadora do regime militar até então visto no país, instituindo-se o AI-5, que proporcionou poderes exclusivos ao governo e a repreensão às classes mais opositoras ao regime, travando batalhas dentro do próprio esquema político do país (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 42).

Neste contexto, foram instituídas as Metas e Bases para a Ação do Governo, em que “A idéia básica que norteia a orientação econômica do governo é a de Brasil Potência.” (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 44)

Dentre os objetivos destas metas estava a melhor adaptação da indústria brasileira para que tivesse um maior direcionamento ao setor externo, modernizando-a e adaptando suas estruturas, além de incentivo à educação e ao pioneirismo brasileiro na era nuclear (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 45).

Após as Metas e Bases, instaura-se o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), no qual foi incentivada a acumulação com alguns benefícios fornecidos pelo BNDE, BNH, Banco do Brasil, Caixa Econômica, além de outros benefícios que viriam de políticas voltadas à industrialização como “...isenção do imposto de importação de bens de capital sem similar nacional, isenção do IPI sobre os bens de capital, crédito do valor do IPI para aquisição dos bens de capital produzidos internamente, depreciação acelerada dos bens de capital de fabricação nacional” (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 49).

Diante destas propostas, tem-se que o crescimento econômico chegou a um nível altíssimo, com um alto crescimento na produção de bens manufaturados crescendo à taxa de 12,7% ao ano, com um aumento do coeficiente importado em 14,2% e as exportações aumentando 2,8 vezes, devido à abertura externa, cujo responsável foi uma melhora nos termos de troca e na diversificação do produto ².

² SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós – Guerra. In: BELLUZZO, L. G. M. (org.); COUTINHO, R. (org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaios sobre a crise**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 88.

A intenção de desenvolvimento do I PND estava voltada ao setor exportador, diversificando a pauta de exportações além de um amplo amparo pelo governo no que diz respeito a questões fiscais e ao financiamento.

O I PND, então, viria no caminho das Metas do governo, no qual a complementaridade estava direcionada ao crescimento econômico.

Ao término do plano, os desequilíbrios entre diversos setores da economia, em que um crescia mais do que outros provocavam surtos de inflação, assim como a crise do petróleo, que aumentou o preço das matérias - primas juntamente com a inflação mundial (SERRA, 1984, p. 91-94).

O crescimento do país diante destas crises internas e externas proporcionou uma mudança no crescimento, cuja "...inflexão do ciclo parece ter sido determinada fundamentalmente pela aceleração da inflação e seus efeitos sobre os salários e a política de crédito." (SERRA, 1984, p. 98)

No ano de 1974, o governo tomou características mais brandas com relação à política interna, devido ao fato de que com o General Geisel, foi iniciada a abertura política no país através de maior suavidade e distensão dos organismos antes reprimidos pelo governo Médici.

Economicamente, o país enfrentava uma crise aguda causada pela inflação, pois em 1972 a taxa de inflação era de 15,5%, aumentando para 34,5% em 1974, medida pelo IGP (CARNEIRO, 1992, p. 302).

Havia, também, sérios problemas no setor externo da economia brasileira.

De acordo CASTRO (1985, p. 27), "O transtorno das contas externas verificado no ano de 1974 surgiu como resultado do crescimento explosivo do valor das importações."

Dai por diante, o enfoque estava na balança comercial e seu estrangulamento, pois as importações drenavam as divisas do país e comprometiam a industrialização, tendo em vista que por mais que as exportações tenham crescido, elas ainda não eram demasiadas para a superação de tal crise.

As decisões para a superação desta crise começaram a moldar um novo plano que levaria a um maior dinamismo da economia nacional e autonomia em relação ao setor externo. Este plano seria, então, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

No momento das decisões, o crédito internacional era abundante e as taxas de juros eram subsidiadas.

Com isto, o governo passou a ter e a contar com financiamento e ajuste estrutural para superar esta crise, de acordo com os diagnósticos feitos da economia brasileira diante dos problemas externos.

O governo desejou continuar o crescimento econômico e não proporcionar as medidas recessivas para a economia, pois se acreditava que além da crise ser de curto prazo, e aí se justifica o endividamento, a mesma só afetou o país por este estar vulnerável aos desequilíbrios externos, no que diz respeito a sua dependência de bens de capital e insumos importados; surgia, então, o II PND.

A proposta seguia a um ajuste estrutural do país, tanto pelo desenvolvimento a longo prazo quanto pela maturação de grandes investimentos realizados no I PND.

É por estes investimentos feitos no final do I PND que o país não deveria tomar atitudes recessivas, pois como afirma CASTRO (1985, p. 36):

Caso se permitisse que a “safra do milagre” sofresse grandes baixas, seria detonado um movimento de reversão conjuntural que não seria fácil conter. Em tal caso, estaria também irremediavelmente comprometido o estado de ânimo dos capitalistas, tornando-se praticamente impossível obter a sua adesão ao lançamento a uma nova safra de investimentos. Em outras palavras, a sorte da safra do milagre determinaria a possibilidade de uma resposta “positiva” à crítica situação a que fora levada a economia.

A confiança de todos os envolvidos no II PND determinaria o desencadeamento das medidas a serem seguidas.

Dado o ajuste estrutural a ser realizado por conta da insuficiência energética dentro do país, se faz uso, novamente, do processo de substituição de importações que, diferentemente dos outros anos que este processo foi implantado, tem o compromisso de produzir internamente insumos básicos e bens de capital anteriormente importados, além de incentivar a produção de indústrias de base no país (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 74-75).

Como as áreas de bens intermediários não são vistas com bons olhos pelo setor privado, “O plano deixa bem claro que a consecução destas mudanças requer ativa presença do Estado.” (CASTRO, 1985, p. 30)

De todos os objetivos, não somente a auto-suficiência era meta do governo, mas também a "...abertura de novos campos de exportação de manufaturados, maior impulso ao desenvolvimento tecnológico nacional, impulso ao desenvolvimento da indústria de alimentos (agroindustrialização) e a atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial." (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 79)

Para tais objetivos, o governo contou com políticas fiscais, como a isenção dos impostos sobre importação, a depreciação e redução do IPI, políticas externas com incentivos às exportações e atração de investimento externo, assim como a manutenção de minidesvalorizações e seleção de divisas de acordo com os fins da importação.

Já para os empréstimos, "...o governo aboliu o depósito compulsório de 40 por cento que os tomadores de novos empréstimos tinham que fazer." (SKIDMORE, 1991, p. 353)

Novamente, como em anos anteriores, o governo participou intensamente na manipulação dos instrumentos fiscais e monetários, assim como nos incentivos à indústria.

De acordo com estas metas do governo, chegou-se a alguns indicadores que favorecem a opinião do governo sobre a escolha do desenvolvimento no período.

No período entre 1974 a 1978, o PIB cresceu a uma taxa de 7% ao ano, em média, embora houvesse uma diminuição da taxa nos dois últimos anos deste período (SKIDMORE, 1991, p. 402).

Com relação à política industrial, tem-se um aumento significativo da produção de bens de capital e bens intermediários básicos, resposta ao esforço da última tentativa explícita de substituição de importações.

No que diz respeito aos bens de capital, a produção nacional aumentou, do período de 1972 a 1979 a taxas de 23,1% ao ano, em média, levando a uma redução do coeficiente de importação para o mesmo período de 50,8% para 29,1%, reduzindo a participação das importações de bens de capital no total da despesa com máquinas e equipamentos de 25,6% em 1972 para 9% em 1982³.

³ Ver dados sobre a produção e coeficiente de importação GREMAUD e PIRES (1999, p. 96).
Ver dados sobre participação das importações de bens de capital em CARNEIRO (1992, p. 313).

Com relação aos bens intermediários básicos (petróleo, metais não-ferrosos, papel e celulose, fertilizantes), auferindo ganhos de divisas nos metais não-ferrosos, papel e celulose, fertilizantes, sendo que para o petróleo ainda há uma constante na sua produção no período, já que a maturação dos investimentos no setor passaria a dar resultados anos mais tarde (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 91-95).

Por último, com relação às exportações, apesar de uma prática de comércio exterior mais fechado para alcançar as metas do processo de substituição de importações, aquelas não chegaram a ser abandonadas durante o II PND, cuja "...participação dos produtos manufaturados elevou-se de 23 para 45 por cento das exportações totais do país." (SERRA, 1984, p. 106)

Nas palavras de CASTRO (1985, p. 48) "No ano de 1977, como reflexo do rígido controle das importações (parte integrante da estratégia adotada), da queda do ritmo de crescimento da economia e da evolução excepcionalmente favorável dos termos de intercâmbio – que saltam de um índice de 76 em 1975, para 100 em 1977 - , foi momentaneamente atingida uma situação de equilíbrio das transações comerciais."

Passado o período das políticas econômicas mais profundas, começa-se uma nova fase na economia brasileira, inaugurada "...em uma conjuntura em que os desajustes da economia eram salientados particularmente por uma crise energética, por problemas no balanço de pagamentos, pressões da dívida externa, pressões inflacionárias de origem interna e externa e um nível crescente de desemprego." (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 97)

Mesmo assim, preferiu-se novamente por um estratégia de crescimento, dado pelo III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), envolvendo "...prioridades e incentivos aos projetos industriais dirigidos à política energética, substituição de importações, ampliação das exportações, ampliação de oferta de bens de consumo essenciais e populares." (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 98)

Mas o III PND não conseguiu dar continuidade à proposta de crescimento e autonomia do país, já que "PIB, produção industrial, emprego, bem-estar social, tudo ficou subordinado à descoberta de dólares para pagar os juros da dívida." (SKIDMORE, 1991, p. 458)

Então, "...o III PND restringiu-se, fundamentalmente, a metas qualitativas." (GREMAUD; PIRES, 1999, p. 99)

Enfim, o caráter desenvolvimentista dado às novas circunstâncias da economia condicionaram o país a uma elevada dívida externa, com queda da produção nacional e incessantes problemas no balanço de pagamentos com a situação externa.

Com tudo isto, inaugura-se uma nova fase em que vozes mais liberais se fazem ouvir por entre os detentores do poder político, primando-se, no setor externo, por uma maior aceitação do livre movimento das trocas internacionais, embora seja incipiente a maneira que se faz, neste tempo, acontecer esta maior participação do país no comércio mundial.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANOS 1980

3.2.1 Principais acontecimentos externos e internos da década

Começam, no período da década de 1980, fortes mudanças políticas e econômicas no país.

No campo político, a anistia se tornava mais próxima do seu real objetivo com o general Figueiredo, que se orientou mais pela continuidade do processo político anterior, marcando um período de maior manifestação oposicionista, principalmente, por parte de trabalhadores e democratas que tanto zelavam pela segurança de seus direitos quanto pelo um maior bem-estar nacional.

No campo econômico, uma série de complicações altera diagnósticos da economia brasileira insistentemente, envolvendo problemas estruturais, de financiamentos, da crise externa, de crises internas como a inflação, agravado pelo crescimento desejado pelo III PND.

Segundo GREMAUD e PIRES (1999, p. 99), sobre o III PND:

...a própria definição do plano ficou comprometida, com o não estabelecimento das metas quantitativas em virtude da restrição determinante imposta pela crise no balanço de pagamentos, relacionada sobretudo aos custos da dívida externa e sua evolução, cujos determinantes encontravam-se fora do controle do governo – segundo choque do petróleo, aumento da taxa de juros norte-americana, recessão nos EUA e queda abrupta nos termos de troca.

O país passou a enfrentar altas taxas de inflação e problemas no balanço de pagamentos, mais precisamente, na falta de divisas, já que as altas do petróleo levavam a uma drenagem de recursos para fora do país.

Na observação destes problemas, a medida seria criar condições mais restritivas à economia para superar a crise e, conseqüentemente, melhorar a situação financeira do país.

Mesmo medidas como taxa de câmbio mais realista não conseguiram melhorar o déficit comercial, cujo valor das importações aumentavam, pois "...devido ao aumento de 11 por cento nos preços das importações em 1981, o Brasil estava pagando mais por uma quantidade menor de produtos adquiridos do exterior." (SKIDMORE, 1991, p. 449)

Para agravar problemas no balanço de pagamentos, a balança comercial entrava cada vez mais em déficit, pelo que a demanda mundial se retraía dada a crise que instaurara de 1979 a 1982.

Com a crise da moratória do México em 1982, os recursos para empréstimos ficaram proibitivos para países em desenvolvimento, já que os emprestadores temiam o não pagamento da dívida por parte dos tomadores, criando maiores opressões no balanço de pagamentos.

O caminho da recessão tomava importância e todas as políticas econômicas voltavam-se às medidas que eram previamente aprovadas pelo FMI, no intuito de promover a estabilização pregada por aquele órgão.

A redução do crescimento levou a uma redução substancial da produção industrial criando, conseqüentemente, colapsos de desemprego em massa no país.

A inflação continuava aumentando e mesmo com medidas restritivas como ajustes fiscais e cortes na expansão de moedas, não conseguiam findar a crise inflacionária.

Na ordem dos fatores de tentativas de superar a crise, havia o ajuste do balanço de pagamentos, determinando-se que "A consecução do objetivo mais imediato – drástica redução do déficit de transações correntes – ficava a cargo da balança comercial" (CASTRO, 1985, p. 17).

Com isto, as indústrias diminuam seu quantum importado até mesmo pela queda do seu crescimento, importações estas que sufocavam os custos das indústrias, amplificando seu estado de crise.

Com uma economia em recessão, travada em sua produção e com inflação acima de seus limites, a tendência de uma redução dos déficits na balança comercial vem mais de uma redução das importações do que do aumento de exportações, já que exportações necessitariam de uma produção maior e mais qualificada ao setor externo, embora elas tenham sido elevadas em 1984.

Na análise de SOUZA (1997, p. 387) sobre os saldos da balança comercial nas décadas de 1970, 1980 até 1990, diz que “Esse saldos, necessários para a realização do ajuste externo da economia, só foram obtidos com a compressão draconiana das importações, tendo em vista as limitações para um crescimento ainda maior das exportações, a crise do petróleo e a opção de crescimento acelerado por substituição de importações, no lugar do ajuste externo”.

O receituário da estabilização proposto pelo FMI encontraria sua maior prática nos anos de 1983 e 1984, prazo dado para o início dos resultados a serem alcançados aparecerem e solucionarem o problema.

O país, então, começa a obter os resultados a partir de 1983, alcançando algumas das metas observadas.

As importações chegaram a decrescer em meados de 1982 a 1983, de US\$ 19.395 milhões para US\$ 15.429 milhões, respectivamente e as exportações, na mesma época, elevava-se a taxas menores de US\$ 20.175 milhões para US\$ 21.899 milhões, embora em 1984 chegava a US\$ 27 bilhões (SOUZA, 1997, p. 386).

Contudo, a situação externa do país passava por ótimos momentos com saldos positivos na balança comercial, apesar de que este saldo ocorreu mais pela retração das importações do que pela expansão das exportações.

Com o processo de substituição de importações em épocas anteriores, muitos produtos passaram a ser produzidos internamente e fornecendo uma certa margem de alívio em relação às pressões de divisas necessárias à importação.

Aliada a estas características, tem-se que a demanda mundial cresceu e as economias desenvolvidas expandiram seu crescimento no período até meados de 1985.

Voltando ao balanço de pagamentos, os empréstimos estrangeiros retornaram ao país e, assim, “...o déficit em conta corrente tinha se transformado em pequeno superávit (US\$ 166 milhões).” (SKIDMORE, 1991, p. 489)

Enfim, o ambiente externo se tornou favorável à retomada do crescimento e uma maior abertura comercial.

Com taxas de câmbio favoráveis pela sua maxidesvalorização e uma situação de superávit na balança comercial, pela recuperação das economias que demandavam produtos nacionais, aumentando assim as exportações brasileiras, conseguiu-se superar relativamente a crise que assolava o país (KON, 1999, p. 104).

Apesar do aumento do PIB, chegando a taxas de 4,5% em 1984, a inflação aumentava para 223,8% em 1983 (SKIDMORE, 1991, p. 488).

Em meados de 1985, com a efetivação de um processo mais democrático no país, com a eleição de um presidente civil através do colégio eleitoral, deu início à luta pela redução da inflação.

A luta significou não só tomadas de medidas a fim de conter a crise como também no aparecimento de uma nova visão a respeito da inflação do país, visão esta que embasava as tais medidas tomadas. Era o chamado enfoque heterodoxo.

O enfoque heterodoxo, ou melhor, “não-ortodoxo”, colocava que a inflação que ocorria no país era do tipo inercial, que “...resultaria de mecanismos de indexação, para a correção monetária dos preços, salários, taxa de câmbio e ativos financeiros, que tenderiam a propagar a inflação passada para o futuro.” (MODIANO, 1992, p. 349)

Dentro disto, surgiram medidas um tanto quanto distanciadas do sempre receituário ortodoxo, consistindo em congelamento de preços e salários, desindexação da economia e a substituição da moeda utilizada correntemente por outra, além de remunerações convertidas pelos valores reais médios (KON, 1999, p. 107).

Discussões entre diversos economistas levaram a crer que se poderia alcançar tais metas e diluir os reajustes que faziam perpetuar a inflação por vários períodos, que comprometia todo ajuste tanto fiscal quanto estrutural da economia.

Foi assim, então, que nasceu o Plano Cruzado para decidir de uma vez por todas a questão da inflação galopante através das medidas propostas pela heterodoxia vigente.

O plano tratava mais intensamente do que envolvia a crise inflacionária, deixando de lado algumas áreas como o setor externo, política industrial ou qualquer estratégia de desenvolvimento, de forma que este só conseguiria existir quando da queda da inflação.

Medidas como a introdução de uma nova moeda, congelamento de preços, reajuste de salários, cálculo de reajuste de contratos, desindexação e todos os movimentos necessários para a conversão e ajuste à nova moeda foram realizados.

No que diz respeito à política externa, a medida mais visível foi a política cambial, sendo que "...foi fixada a taxa de câmbio em CZ\$ 13,80 por dólar, porém sem congelamento. O Banco Central poderia modificar a taxa de câmbio quando fosse necessário." (KON, 1999, p. 112)

Os resultados da política adotada no Plano Cruzado começam a aparecer quase que de imediato, trazendo um certo conforto em relação aos problemas internos, já que "A taxa mensal de inflação, medida pelo Índice Geral de Preços, que se situava a 22% em fevereiro de 1986, foi negativa em março e abril (equivalendo respectivamente a -1% e -0,6%) e pouco superior em maio e junho (+0,3% e +0,5%)." (KON, 1999, p. 113)

A queda, em um primeiro momento, da inflação, levou ao aumento do poder de compra e uma despoupança dada pela ilusão monetária, assim como reduções de taxas de juros nominais que contribuíam com um aumento do consumo (MODIANO, 1992, p. 361).

Além disso, findava-se a especulação financeira e a especulação com estoques, redirecionando recursos para o investimento produtivo (KON, 1999, p. 112-113).

Os preços se encontravam congelados finalizando a fase de remarcações constantes, mas em contrapartida isto causou a falta de produtos no mercado, pois o congelamento foi realizado em preços do produto no varejo e não no atacado, o que levou aos atacadistas cobrarem preços livres do congelamento, fazendo com que varejistas tirassem os produtos do mercado, ocasionando, então, a importação dos produtos que se encontravam em falta (KON, 1999, p. 115).

Com todos estes acontecimentos, começou uma certa ameaça de uma possível alta no preço justamente por esta pressão que a demanda fazia no mercado.

A fim de poder retrain esta pressão, o governo declarou um ajuste ao Plano Cruzado, denominado de Cruzadinho, que tinha por finalidade desaquecer a demanda e contribuir para uma outra fase deste mesmo ajuste, chamado de Plano de Metas.

O Cruzadinho restringiria a demanda através de impostos sobre viagens internacionais e compulsórios na gasolina, que seriam restituídos aos consumidores em um prazo de três anos.

Seriam devolvidos os recursos através de ações do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento), recursos estes que "...deveriam ser aplicados em projetos de desenvolvimento descritos no Plano de Metas divulgado na ocasião." (KON, 1999, p. 117)

Desta forma, encontravam-se novos objetivos mais desenvolvimentistas que não somente tratavam da inflação, mas até mesmo mostrava um maior interesse pelos avanços em investimentos e crescimento do PIB.

Só que tais avanços precisariam de mais recursos e com um preço congelado e com a falta de poupança, ficava complicado um aumento de produção e um avanço numa possível próxima fase do plano.

Apesar disto, foram conseguidos alguns resultados em relação à produção, pois "O produto industrial atingiu um pico em setembro, com uma taxa de crescimento acumulada em 12 meses de 12,2%." (MODIANO, 1992, p. 363)

No lado da balança comercial, o país obteve reduções em suas exportações e a expectativa de desvalorização do cruzado, dada a sua valorização em fevereiro de 1986, fez com que se postergasse a exportação (MODIANO, 1992, p. 363).

A partir de 1986, as exportações recuperaram seu ritmo pelos ajustes feitos com relação à desvalorização da moeda e, por isto, saldos positivos podiam ser alcançados na época.

Na explicação de SOUZA (1997, p. 387) sobre os fenômenos que ocorrem com as exportações, explica que:

Na ausência de uma política favorável e contínua às exportações, os surtos exportadores ocorrem quando a demanda interna se retrai pela concentração de renda, ou quando existe capacidade ociosa no sistema. As empresas são impelidas a se lançarem no mercado externo. Essa abertura é circunstancial e as firmas voltam ao mercado interno tão logo o poder de compra da população se recupera ou os preços relativos se modificam. A ausência de incentivos sistemáticos às exportações contribui para explicar as flutuações das exportações, aumentando o grau de vulnerabilidade da economia aos choques externos.

Um terceiro ajuste no Plano Cruzado foi realizado a fim de mais uma vez poder afinar as políticas adotadas até o momento para uma melhor eficácia no combate à inflação. Este terceiro ajuste foi chamado de Cruzado II.

Os ajustes “Visavam principalmente ao alinhamento de preços de determinados produtos consumidos pela classe média e aumentos dos respectivos impostos incidentes que visavam, além da desaceleração do crescimento, diminuir a evasão de divisas.” (KON, 1999, p. 118)

Além disso, os preços reajustados deveriam ser excluídos do IPC, para que não provocasse o disparo do “gatilho salarial” (MODIANO, 1992, p. 364).

Como as taxas de inflação aumentavam, novamente o poder de compra estava se deprimindo, tornando as vendas menores.

Para as medidas do governo que favorecem a eliminação da pressão da demanda “...foram estipulados incentivos fiscais adicionais para estimular maior poupança, visando esfriar o consumo sem um tratamento de choque sobre a demanda agregada.” (KON, 1999, p. 119)

O desconcertante cenário da economia brasileira estava novamente passando por apuros e a situação financeira do país voltava aos problemas de pagamento da dívida, inflação e um ambiente recessivo da economia.

Por estes problemas, o ministro Luis Carlos Bresser Pereira assume o ministério da Fazenda, aplicando mais uma onda de instrumentos para conseguir contornar o problema inflacionário que assolava mais uma vez o país, que em 1987 chegava à faixa de 20% ao mês (MODIANO, 1992, p. 365).

A prática adotada no Plano Bresser possui componentes tanto ortodoxos como heterodoxos que visavam a diminuição da inflação (já que não se tratava de deixá-la a zero) (MODIANO, 1992, p. 366).

Há também uma preocupação com um ajuste estrutural e financeiro da economia, envolvendo setores privados e públicos na cooperação para esta solução.

Como toda fórmula heterodoxa, o Plano Bresser envolvia o congelamento de preços por prazos limitados de 90 dias, ajuste dos salários, um controle mais brando do congelamento de preços, envolvendo perspectivas de sua flexibilização, após o prazo estimado e do lado ortodoxo, apresentavam-se medidas como a redução dos dispêndios públicos, controle fiscal, além de mudanças administrativas em que o poder monetário ficava nas mãos somente do Banco Central (CARVALHEIRO, 1999, p. 126-129).

Desta forma, tinha-se um conjunto de idéias e observações mais concisas sobre a conjuntura econômica do país, transparecendo uma ênfase maior em questões mais reais da economia do que somente o lado inflacionário da mesma.

Na consecução de tal plano, surgiu simultaneamente a proposta de aprofundar estas questões mais “reais” da economia, incluídas no Plano de Consistência Macroeconômica (PCM), como o déficit público, formas de estímulos ao investimento privado, metas para o PIB e, com mais clareza, sobre o setor exportador, estimulando setores de manufaturados e conservando taxas de câmbio reais (CARVALHEIRO, 1999, p. 132-133).

Como nas palavras de CARVALHEIRO (1999, p. 132), “O PCM ressaltava que seus objetivos eram de curto e médio prazos, relacionados ao desempenho da economia em 1987 e 1988; as metas para os anos de 1989 e 1991 deveriam, portanto, ser interpretadas como indicativas.”

O PCM, então, envolvia medidas que poderiam regulamentar todos os agentes econômicos e fazê-los agir de maneira coesa aos parâmetros estabelecidos pelo plano.

Com a redução do déficit do governo não só melhoraria os níveis de inflação como também poderia aumentar a taxa de investimentos e a produção, de acordo com o aumento da poupança corrente do governo (MODIANO, 1992, p. 369).

Da mesma forma, o setor externo começou a ter privilégios nos problemas da economia nacional, já que no plano se estipulava uma maior atenção ao estímulo à exportação com redução de tarifas, concessão de créditos e taxas de câmbios favoráveis à exportação, continuando políticas de minidesvalorização (CARVALHEIRO, 1999, p. 137).

Parecia o plano reconhecer, então, que a abertura comercial deveria ser iniciada e que políticas de maior liberdade em relação ao comércio internacional poderia melhorar os saldos da balança comercial, evidenciado até mesmo em um quesito de estímulo à importação "...para evitar que estrangulamentos de oferta impedissem a expansão da economia." (CARVALHEIRO, 1999, p. 139)

Isto poderia demonstrar uma melhor perspectiva no que se refere ao âmbito do comércio internacional, sinalizando os primeiros passos da abertura comercial.

A inflação diminuía intensamente seus níveis, a qual "...caiu de 26,1% em junho para 3,1% e 6,4% em julho e agosto de 1987, respectivamente." (MODIANO, 1992, p. 368)

Nem com esta queda de inflação pôde ser assegurado que se estaria livre de qualquer ajuste que proporcionaria maior constrição aos consumidores, pois "As pressões inflacionárias levaram o governo já em agosto, com o congelamento oficialmente ainda em vigor, a reduzir o leque dos preços controlados e a permitir, em caráter emergencial, alguns reajustes de preços" (MODIANO, 1992, p. 370).

Estas pressões alteram a expectativa do governo com relação ao alcance de suas metas, o que levou a enfrentá-las com um pacote denominado *Programa de Ação Governamental (PAG)*, que "...consistia numa programação econômica e social de médio e longo prazos." (CARVALHEIRO, 1999, p. 140)

Além do tratamento e da continuidade de certas políticas, como a da questão das contas públicas e de estímulos aos investimentos, manteve-se as taxas de câmbio com minidesvalorizações e promoção ao setor exportador (CARVALHEIRO, 1999, p. 142).

Ao final de 1987, a inflação chegava a patamares de 14% medido pelo IPC e o PIB no último trimestre chegava a taxas de 3,6% ao ano, levado principalmente pela queda da produção industrial, que no terceiro trimestre, chegava à taxas de crescimento de 1,0% (CARVALHEIRO, 1999, p. 148-149).

Apesar da recessão e a inflação continuarem persistindo na economia, o setor externo conseguiu alguma melhora, aumentando o saldo da balança comercial para US\$ 11.172 milhões, com aumento maior das exportações em relação às importações (SOUZA, 1997, p. 386).

O saldo mostra que a política externa conseguiu fornecer o estímulo necessário ao setor exportador, alimentado pela crescente demanda mundial.

Na última tentativa antes do fim da década em sanar o problema da inflação, instaurou-se o Plano Verão, plano que “Foi anunciado também como um programa de estabilização híbrido, contendo elementos dos receituários ortodoxo e heterodoxo para o combate à inflação.” (MODIANO, 1992, p. 375)

Tentava reduzir o déficit público e criar uma restrição da demanda, característica de certo modo ortodoxa, mas mesmo com estas, resultou-se em um aumento da inflação, voltando à prática o choque heterodoxo, com o congelamento de preços e indexação, sem prazos para sua extinção, emitindo uma nova moeda chamada de Cruzado Novo.

Desta vez, a importância da inflação tomava corpo principal nas políticas do governo, mas insistindo em ajustes fiscais com cortes de despesas e controle da taxa de câmbio, cuja “A cotação do dólar norte-americano foi fixada em NCz\$ 1,00, o que refletia uma desvalorização do cruzado na ordem de 18%.” (MODIANO, 1992, p. 376)

Se no Plano Bresser começou a surgir algumas marcas sobre a abertura comercial, no Plano Verão partiu-se para o início de uma política de privatizações mais detida, embora experiências como estas já sejam encontradas em outras épocas no país.

O PIB no último trimestre de 1989 chegou a taxa de 3,2% levado novamente pela queda da produção industrial (CARVALHEIRO, 1999, p. 157-158).

O Plano Verão, então, conseguiu diminuir as taxas de inflação nos primeiros meses de execução, mas chegava em dezembro de 1989 a 53,55%, medido pelo IPC (CARVALHEIRO, 1999, p. 159).

Com relação ao setor externo, houve uma diminuição do saldo da balança comercial indo para US\$ 16.120 milhões, com um aumento inferior das exportações em relação às importações (SOUZA, 1997, p. 386).

Nos anos 80, despreocupou-se com o avanço dos setores externos da economia, avanço este entendido como uma reestruturação das indústrias para um enfrentamento maior com relação ao comércio internacional, voltado muito mais para questões sobre a inflação e como fazê-la diminuir em todas as suas épocas.

Apesar da importância do setor externo sempre envolver as diversas políticas adotadas, estas tão somente desejavam recursos externos para adquirir divisas necessárias ao pagamento da dívida.

O governo em atitudes protecionistas, ou melhor, ainda com intenções de controle sobre os dispositivos da economia, insistia em adequar o setor externo apenas com o intuito de aumentar a exportação com a estrutura industrial vigente na época.

Embora estes saldos tenham garantido um alívio nas contas externas, nada se fez de concreto para um maior preparo das indústrias ao se verem de frente a uma nova dinâmica comercial envolvendo competitividade dos produtos.

Segundo PINHEIRO, GIAMBIAGI e MOREIRA (2001, p. 9), "...no final dos anos 80, quando as restrições cambiais começaram a diminuir, o país aos poucos se encaminhou para uma política comercial mais aberta e neutra."

Encontra-se, então, a mudança da perspectiva sobre a produção e o setor externo, ditado agora por uma maior inserção ao mercado mundial, um maior preparo a fim de enfrentar novas concorrências, mas em contrapartida, com uma atenuação ainda maior da participação do Estado.

A década de 90, então, entrará na discussão da inflação, mas acima de tudo, trará à tona a questão externa sob uma nova ótica, a de uma liberalização econômica e de uma abertura comercial.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANOS 1990

3.3.1 Principais acontecimentos externos e internos da década

A sustentação da prática neoliberal começava a se tornar mais concreta na América Latina na década de 1990, muito embora tenha se iniciado na década de 80, depois das experiências inglesas e norte-americanas já consagrarem a utilização de todo o pensamento voltado a uma maior alienação do Estado de suas funções dentro da economia (MORAES, 1999, p. 170).

Nas discussões entre os países latino-americanos sobre como se implantar o pensamento neoliberal na economia, foi estipulado alguns tratamentos que se devem dar à economia para se efetivar a implantação. Estas discussões foram chamadas de Consenso de Washington (MORAES, 1999, p. 171).

Nas palavras de MORAES (1999, p. 172):

As recomendações do Consenso apontaram para a necessidade de serem encaminhadas ações em dez áreas, também conhecidas como "dez pontos": 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; 10. propriedade intelectual;

Pode-se perceber nestes itens que a proteção da economia iria ser mitigada e o setor externo, neste momento, estaria mais vulnerável ao mercado mundial, que agora viria complementar a economia nacional.

Neste contexto, surge também uma nova dinâmica no mercado mundial com uma nova onda de movimentação de capitais desregulamentados e que percorriam as economias provocando uma maior disputa de mercados, incentivando inovações financeiras.

Além disso, as empresas começaram a se aglomerar em que "A rivalidade comercial local estava sendo ultrapassada pela estratégia multiplantas, levada a cabo em espaços que permitiram a expansão virtuosa do investimento e do comércio." (TAVARES; BELLUZZO, 2002, p. 154)

Os investimentos diretos se expandiam para buscar maiores fatias do mercado, multiplicando seus investimentos e seus domínios pelo mundo.

E é num ambiente como este, que surge mais um plano econômico no país que não só visa a estabilização dos preços como também a fixação das bases neoliberais que começam a se espalhar por alguns países.

Iniciou-se o plano que tinha a responsabilidade de mais uma vez, acabar com a alta inflação do país, cuja "...inflação acumulada, calculada com base no INPC, superava os 6000%." (MORAES, 1999, p. 176)

O plano era denominado Plano Collor (1989), levando nele o nome do presidente Fernando Collor de Mello, eleito por eleições diretas que ocorriam pela primeira vez depois do regime militar, diante de um novo quadro político com uma democratização mais plena do país.

O plano consistia em alguns modelos já adotados em outras épocas, que instituído através de medidas provisórias (MP), congelava preço e fixava salários, além de dar nova forma às leis no que diz respeito à proteção ao consumidor, à concorrência e outros instrumentos de subsídios (MORAES, 1999, p. 178).

Ainda com relação às proteções e a medida provisória que as incluem, ela "Reflete, portanto, o tom liberal do plano que estava começando a fazer parte do cotidiano do cidadão brasileiro." (MORAES, 1999, p. 178)

Até este momento, o plano se parecia em muito com os que já foram realizados na década de 80, mas características de privatização levavam a crer na correspondência do plano com a nova ordem mundial.

Isto pode ser demonstrado através do PND (Programa Nacional de Desestatização), que "Dentre os objetivos do programa, a MP destaca a necessidade de reordenar a posição estratégica do Estado, através da transferência de atividades exercidas pelo setor público à iniciativa privada." (MORAES, 1999, p. 180)

No âmbito fiscal, com vista ao setor externo, encontra-se "...a MP n. 158, regulamentando as isenções de Impostos sobre a Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)." (MORAES, 1999, p. 181)

Da mesma forma, no que concerne a exportação, "...eliminaram-se os subsídios e reduziram-se os incentivos que beneficiavam os exportadores." (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 9)

Ainda no setor externo, as taxas de câmbio se tornaram flutuantes até mesmo para atender aos requisitos da liberalização financeira pela qual passava a economia mundial.

Notou-se que a inflação chegou a ser reduzida em seus primeiros meses, mas começou a se elevar e chegar ao patamar de 20% ao mês (MORAES, 1999, p. 184-185).

Tantos problemas criaram o Plano Collor II, na continuação da tentativa de redução da inflação pelo congelamento de preços.

De maneira inócua, tentou-se último suspiro da economia perante a inflação, que resultou em uma taxa de 1158% em 1992 (MORAES, 1999, p. 187).

O PIB chegava ao mais baixo nível em 1992, em queda de 0,8% (MORAES, 1999, p. 192).

Chegava ao fim o Plano Collor que não só decretou o fim da perseverança deste governo em baixar a inflação como o fim do próprio governo antes do término do mandato, devido aos escândalos envolvendo o presidente (MORAES, 1999, p. 188).

A presidência é preenchida com o vice-presidente Itamar Franco, que com o seu ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, desenvolve um novo plano para a contenção da inflação, dentro do pensamento neoliberal.

As principais questões da qual tratava o plano viriam do ajuste fiscal para reduzir problemas nas contas do governo e, conseqüentemente, ajudar na redução da inflação, complementando-se com a instituição de uma nova moeda, denominada Real, através de uma unidade de referência, a URV (Unidade Real de Valor) (LACERDA, 1999, p. 198).

Iniciava-se o plano com o Programa de Ação Imediata (PAI), pois "...o governo reconhecia a necessidade de que fosse efetuada uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada." (LACERDA, 1999, p. 198)

Em relação ao déficit público, cativava-se e seguia-se um programa de privatização que abarcava empresas públicas, pois "...a privatização das estatais era uma necessidade para se conseguir o equilíbrio financeiro" (LACERDA, 1999, p. 201).

Os bancos estaduais e federais, também, passariam por uma reestruturação, "...de modo a enxugar suas estruturas, tornando-os mais competitivos." (LACERDA, 1999, p. 201)

Criou-se, também, uma rede financeira adequada às mudanças na economia, atendendo aos requisitos de saneamento de bancos (LACERDA, 1999, p. 199).

À respeito da relação da União com os estados e municípios, aquela envolvia uma otimização dos recursos e repasses aos governos estaduais e municipais que seriam levados em consideração, sem deixar de lado a restrição de gastos governamentais e um controle maior dos tipos de gastos a serem efetuados (LACERDA, 1999, p. 200).

Aproveitando das reestruturações que aconteciam com as grandes corporações e do investimento direto, incentivou-se a participação deste capital no próprio processo de privatização.

Segundo PINHEIRO, GIAMBIAGI e MOREIRA (2001, p. 11) dois fatores contribuíram para a consecução do sistema de privatização, sendo a participação dos governos estaduais e as modificações efetuadas na constituição para a quebra de monopólios estatais.

Depois disto, o plano concebia a regulação da moeda, o Cruzeiro Real, em torno da URV, fator de conversão utilizado "...para o comércio determinar seus preços, efetuar contratos e determinar salários, sem uma preocupação com as desvalorizações provocadas pela inflação." (LACERDA, 1999, p. 203)

Vivia-se, então, com um sistema de duas moedas, "...levando os agentes econômicos a uma análise mais criteriosa de seus custos, eliminando a memória inflacionária de seus procedimentos." (LACERDA, 1999, p. 204)

Lançada a nova moeda, o Real, esta criou um alento maior à economia, fornecendo perspectivas mais realistas sobre a conjuntura.

A taxa de câmbio foi fixada em R\$ 1,00 por US\$ 1,00, não sendo fixa, apenas com um teto máximo que deveria ser mantido para sua manutenção (LACERDA, 1999, p. 205).

A inflação conseguiu ser derrubada, chegando ao patamar de 0,4% em 1995 (SOUZA, 1997, p. 390).

Em 1994 o PIB chegava a 5,67% e em 1996 caía para 2,8%, demonstrando uma certa recessão pela restrição de crédito, juros elevados e aumento dos compulsórios (LACERDA, 1999, p. 216).

Após 1997, os juros chegavam a patamares de 43% na tentativa de se desviar da crise que abalava o sistema financeiro internacional (LACERDA, 1999, p. 222).

Em 1998 o governo abandonou a taxa de câmbio fixa, abalado pela moratória da Rússia, havendo uma desvalorização da moeda chegando, em 1999, a mudança para taxas de câmbio flutuantes (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 18, 19).

Mesmo com a desvalorização a inflação não chegou a atingir altos níveis, pois “A desvalorização coincidiu com um período de lento crescimento, e isso explica parcialmente por que a inflação não explodiu como se temia.” (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 20)

Analisando a década de 1990, nota-se que mais acertos nas previsões econômicas puderam ser feitos e um melhor diagnóstico pôde ser apresentado para as soluções que se desejavam aplicar no país.

A ordem neoliberal conseguia dar mostras de sua eficiência no combate aos problemas financeiros, de certo por começar a se realizar dentro das próprias questões financeiras.

Por outro lado, o mesmo sistema neoliberal deixa algumas perguntas a serem respondidas, tamanhas são as marcas que este pensamento deixa na economia que as aplica.

No meio de tais perguntas, encontram-se as relativas ao setor externo, pois com medidas tão liberais, com um espaçamento tão grande em relação às entradas e saídas de mercadorias do país e capitais de todo o tipo, originam-se dúvidas de quão preparado o país se encontra para enfrentar tão rapidamente as evoluções no mercado internacional e, por isto, alcançar melhoramentos em suas contas externas.

Com a abertura comercial, a vulnerabilidade continua se tornando ponto-chave quando se fala de balança comercial.

Quando da época da substituição de importações, a proteção do governo em alguns setores e seu respectivo estímulo de produção interna criava condições para enfrentar certas oscilações do setor externo e o estrangulamento externo, mesmo que se desse de maneira restritiva de importações com suas respectivas onerações ao avanço da competitividade dos produtos nacionais.

Nos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, as exportações tornam-se importantes na economia para a saída ao estrangulamento externo, dado pelo aperto do saldo da balança comercial.

De fato, as exportações trazem um maior dinamismo da economia interna com a competitividade e a concorrência, saindo da obsolescência de seus setores industriais mais atrasados para se adaptarem a uma nova ordem de aprimoramento técnico.

Aí entra a substituição de importações, não por um novo processo deste gênero, mas pelos produtos industrializados que conseguiu substituir quando de sua aplicação na economia, os quais favoreceriam um aumento da participação da economia brasileira na exportação mundial.

Eis a maior das questões. A abertura comercial conseguiria sanar o problema do estrangulamento externo através da exportação de produtos industrializados, como se pensava na época da concepção desta idéia, produzidos pelo próprio processo de substituição de importações, da mesma forma que este processo, em uma época mais protecionista, zelava pela superação ao estrangulamento externo?

Tenta-se mostrar como evolui a balança comercial neste contexto de abertura e o grau de eficiência que se mostrou o setor externo na obtenção de superávits dedicados a diluir o estrangulamento externo, considerando a baixa participação efetiva do governo em políticas de incentivos à exportação neste novo contexto político e econômico do país.

4. O SETOR EXTERNO E O ESTRANGULAMENTO EXTERNO DE 1990 À 2000

Na década de 80 viu-se uma perda de rumo da economia, envolvida pelas constantes tentativas de dissolução dos altos níveis de inflação e no desespero de sanar problemas que só poderiam ser transpostos por uma grande modificação institucional, política e econômica no país.

Com o surgimento do ideário neoliberal, que já trazia em sua bagagem algumas experiências em países desenvolvidos como a Inglaterra e os EUA, assim como em países da América Latina a exemplo do México e Argentina, o Brasil se viu em uma nova esperança em resolver seus problemas econômicos, já que a idéia de liberalização, inserção aos grandes mercados internacionais e de capitais e o enfraquecimento dos poderes do Estado, davam uma nova nuance do que poderia a vir ser o país caso seguisse fielmente o receituário da nova ortodoxia vigente na década.

Desta forma, torna-se insistente a lembrança da época em que o país se tornara mais protegido em relação aos fluxos comerciais internacionais, com a proteção de seu mercado com a prática da industrialização por substituição de importações (ISI), que utilizava a intervenção estatal para a sua execução.

Diferentemente de tal período de implantação da ISI, o ideário liberal e sua defesa à abertura comercial, deram chance para que as discussões sobre o papel das exportações tivessem sua apreciação nos debates sobre as políticas de desenvolvimento. já que de agora em diante o setor externo, mais do que tudo, tornar-se-á ainda mais vulnerável pela abertura comercial.

As exportações, então, deveriam ter um papel importante para fazer frente à crescente importação que deixava as contas externas brasileiras mais preocupantes, haja vista a enxurrada de bens que vinham de outros países e que preenchiam o mercado interno.

Com a vinda do Plano Collor, apesar de ser um plano meramente de combate à inflação, estabeleceu-se o marco neoliberal na economia brasileira, não só no que diz respeito ao enfraquecimento do poder estatal sobre as resoluções econômicas que eram atribuídas àquele, mas também por ter quebrado com as fortes amarras da economia brasileira, que afastavam o Brasil do comércio mundial, ligando-o às práticas da tão aclamada globalização.

No desenrolar da história brasileira, o Plano Real conseguiu reduzir as situações de hiperinflação no país, unindo novas concepções em sua execução e a continuação da abertura comercial e da liberalização interna da economia.

É a partir da constatação desta abertura comercial e da liberalização da economia, com os poucos laços do Estado com a estrutura econômica do país, que surge a análise que será realizada a diante.

O estudo tentará demonstrar como evoluíram as exportações, importações e o saldo da balança comercial brasileira de 1990 a 2000, período que abarca o Plano Collor e o Plano Real, estes que foram os realizadores do ideário neoliberal na economia brasileira, na busca de mostrar, com o respaldo nas políticas de câmbio e outras políticas implantadas na época, o comportamento do setor externo.

Esta análise será acompanhada de outra com as estruturas das exportações e importações brasileiras, tendo por objetivo principal tentar explicar, por questões estruturais, o porquê de certas evoluções que ocorreram na análise anterior.

Analisar-se-á, também, a participação das empresas estrangeiras nas importações e exportações do país, com o objetivo de saber como as empresas podem contribuir para um maior dinamismo brasileiro no comércio internacional.

O estudo procura responder se a abertura comercial, com a aceitação das exportações na superação do estrangulamento externo, do ponto de vista da balança comercial, através das vendas ao exterior dos bens ditos industrializados, conseguiu realizar tal superação e quais os pontos em que o país ainda mostra deficiência ou não em alcançar tal objetivo.

4.1 AVALIAÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

4.1.1 A evolução das exportações brasileiras no período de 1990 a 2000

As exportações brasileiras no período de 1990 a 2000 tiveram modificações não somente em relação às décadas antecedentes, como no próprio período estudado, não somente pelas políticas adotadas nos planos que vigoraram em tal, mas pelas modificações estruturais na pauta de exportação brasileira e na ordem do comércio internacional, representada pela inovação tecnológica, novas práticas protecionistas e novos tipos de produtos.

É partindo da idéia das modificações no comércio internacional é que se dá início a análise as exportações do país.

Na TABELA 1, tem-se o valor das exportações em milhões de dólares ao preço FOB, como demonstrado:

TABELA 1 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS:
TOTAL GERAL

Período	EXPORTAÇÕES - (FOB)*
1989	34.383
1990	31.414
1991	31.620
1992	35.793
1993	38.555
1994	43.545
1995	46.506
1996	47.747
1997	52.986
1998	51.120
1999	48.011
2000	55.086

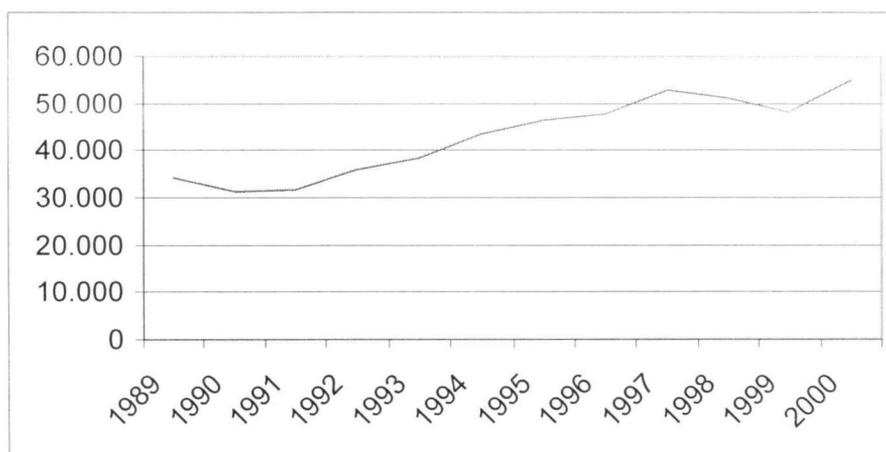
FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 1 - VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS:
TOTAL GERAL – 1990-2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

Ao iniciar os anos 90, percebe-se que as exportações brasileiras entraram em queda logo no início da década, saindo do patamar de US\$ 34.383 milhões em 1989 para US\$ 31.414 milhões em 1990, uma baixa considerável que reflete bem o período de abertura que entra a economia brasileira.

Consagra-se a inauguração da abertura comercial e de um afrouxamento das forças do Estado, em que pese a retirada de incentivos e subsídios que distorciam a produção nacional na tentativa de tornar mais competitiva a indústria nacional, sem qualquer estímulo a continuar na obsolescência de sua produção.

Além disso, houve uma pequena valorização do cruzeiro em relação ao dólar, tanto pelo ingresso de moeda dado pelas privatizações quanto aos investimentos diretos, aumentando as reservas e inibindo boa parte das exportações, já que incentivos cambiais foram exonerados aos exportadores.

A recessão pela qual entrava o país inibia a produção nacional, diminuindo o PIB e, conseqüentemente, a produção, contribuindo com a queda da exportação.

O fracasso do plano em sua primeira fase, intitulado Plano Collor I, gerou o plano Collor II, com políticas menos ortodoxas com a execução do congelamento de preços pela segunda vez na tentativa de debelar a inflação, juntamente com uma maior controle dos gastos governamentais.

Mesmo assim, a inflação não conseguiu ser barrada e foi alimentada insistentemente pela liberação de ativos, o que acarretou em uma expansão monetária e, conseqüentemente, uma desvalorização da moeda.

Apesar do esforço do governo em manter o câmbio a taxas reais, este não conseguiu fazer com que o Cruzeiro se sustentasse em alta de seu valor frente ao dólar.

As exportações, então, começam a dar seus sinais de recuperação e a partir de 1991, aumenta levemente seu patamar até atingir, no final do período do governo em 1992, com a derrocada do presidente Fernando Collor, a cifra de US\$ 35.793 milhões.

A nova ordem econômica mundial estabeleceu a criação de mercados ou blocos de países para o favorecimento e ganho de competitividade dos produtos das nações, uma integração cada vez mais freqüente no mercado mundial.

No caso brasileiro, a economia pôde envolver-se em um mercado integrado, um bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, denominado Mercosul.

Nesta integração, além de haver acordos sobre tarifas, barreiras e outros mecanismos de proteção contra importações específicas a este bloco, tem-se a garantia de um mercado forte para as exportações dos países envolvidos.

Desta forma, o Mercosul entrou como um incentivo a mais ao aumento das exportações nacionais, já que este tipo de comércio pode reduzir custos dos produtos exportados, principalmente, pelo seu maior espaço de entrada em outras economias, mesmo que tal crescimento não tenha sido tão elevado (Ver estudo da estrutura das exportações brasileiras).

Esta primeira parte da década mostrou que a economia ainda se encontrava vulnerável, tendo em vista que as exportações ainda se faziam variar muito facilmente por mudanças cambiais.

Nos anos subseqüentes, as exportações continuavam a crescer, apesar de que houve períodos de uma certa valorização da moeda.

No ano de 1993, na gestão do então presidente Itamar Franco, esboçava-se um novo plano de estabilização do país, já que a economia chegava, novamente, aos seus níveis hiperinflacionários.

O plano, denominado Plano Real, trazia algo de novo em suas bases de aplicação, tanto na forma em como se dá à transição a uma nova moeda, o Real, como na tomada de medidas mais firmes no que diz respeito aos saneamentos públicos, financeiros e na privatização.

Entre suas primeiras medidas, estava a da taxa de câmbio da nova moeda na proporção de R\$ 1,00 para US\$ 1,00, com o esforço do Banco Central em manter esta taxa neste patamar, mesmo que tal conversão não indicasse uma taxa de câmbio fixa, mas que deveria ser regulada para se encontrar nesta faixa.

A utilização do Real como moeda nacional se deu em julho de 1994, quando da divulgação oficial do novo plano que carregava consigo uma série de transformações dentro da ordem política e econômica do país.

No ano de 1994, ainda em período inflacionário que antecedia o início do Plano Real, as exportações brasileiras conseguiram se recuperar dos problemas da recessão e das incessantes mudanças na política do país, conseguindo aumentar, em relação ao ano de 1993, o seu valor em 12,94%.

Após a implantação do Real, colocou-se em prática a conversão da moeda em dólar na razão de um para um, valorizando a moeda frente ao dólar.

Isto contribuiu para que, quase de maneira imediata, as exportações reduzissem suas taxas de crescimento, tendo em vista o encarecimento do produto nacional frente ao produto estrangeiro.

Os produtores se voltavam, também, pela queda das exportações, ao mercado interno, não somente pelo fato de que a valorização deixava os produtos domésticos (*non-tradeables*) com preços melhores, mas também pelo que o poder aquisitivo da população aumentava e fazia aquecer o comércio.

A produção industrial crescia em 1995, no acumulado, referindo-se ao ano-base de 1991, a taxa de 13,41%, impulsionada pelo aquecimento interno da economia (Ver anexo 1, p. 118).

O barateamento de certos bens envolvidos na produção como bens de capital e bens intermediários, trazem um melhor avanço e diminuição de custos na produção nacional, concentrando-a na produção para o suprimento à demanda interna, descoberta pela própria importação de outros produtos, indicando a direção do mercado interno.

As exportações diminuem suas taxas constantemente, crescendo de 1995 a 1996 em 2,67%, agravando cada vez mais a restrição externa do país.

A partir de 1997, começam a surgir na economia mundial surtos de enfraquecimento do sistema globalizado, com os problemas que começam desde a crise do México em 1995 e que, em 1997, ocorre com a falta de credibilidade na estrutura dos países ditos “tigres asiáticos”, culminando na crise das bolsas de valores em todo o mundo.

Neste contexto, deu-se termo ao início da desvalorização da moeda, executada desde meados de 1996 através das bandas cambiais e efetivada na crise de 1997.

Estas minidesvalorizações conseguiram fornecer à exportação um último suspiro antes da crise da moratória russa, em 1998, que provocou a quebra definitiva do tipo de política monetária adotada no país.

Já em 1998, o crescimento das exportações diminui a taxa de 3,52%, que podem ser atribuídos a dois motivos.

Primeiro, as taxas de juros chegaram ao patamar de 40% no final daquele ano, fazendo com que a produção nacional diminuísse seu ritmo e, conseqüentemente, a parte destinada à exportação também diminuísse.

A contração da economia favorece esta restrição à exportação, levando a uma diminuição do quantum exportado.

Segundo, a atividade mundial se tornou mais frágil com os problemas que agravam a ordem mundial.

Os países tiveram suas economias retraídas pelos impactos que ocorreram na economia mundial, diminuindo e protegendo suas economias de tais problemas, o que criou um ambiente desfavorável à exportação brasileira.

A queda da demanda mundial traz a falta de escoamento da produção para exportação nacional e, conseqüentemente, levando à queda das exportações.

Na tentativa de superar a crise, o governo estipulou a livre flutuação da taxa de câmbio, aumentando, desta forma, o seu valor ao nível de R\$ 2,16.

O ano de 1999 inaugura, assim, um novo momento da economia brasileira, em que se dá em uma expectativa ao maior crescimento das exportações depois da conturbada trajetória da taxa de câmbio.

Apesar de logo do início do ano a taxa de câmbio se mostrar com uma pequena elevação, as exportações reagem a esta desvalorização, apesar de que suas taxas de crescimento tenham diminuído, em relação a 1998, em 6,08%.

Mesmo assim, é a partir da desvalorização que se vê um novo impulso à exportação, que cresce influenciada, principalmente, pela taxa de câmbio desvalorizada e pela condição da estrutura da exportação brasileira.

O crescimento industrial aponta esta nova fase da economia brasileira, já que em 1999, no acumulado, o crescimento da produção industrial chega a 16,65% (Ver anexo 1, p. 118) em relação ao mesmo período do ano de 1991, demonstrando o avanço da economia no sentido de um possível aquecimento.

No ano de 2000, o crescimento das exportações em relação ao ano anterior segue taxa de 14,74%, um crescimento relativamente elevado que não se assistia desde os anos 80.

Em todo o período, as políticas de incentivos as exportações não foram visíveis no quantum exportado, indicando que tais exportações oscilavam pela variação das taxas de câmbio em todos os períodos.

Embora se tenha acabado com incentivos e tarifas que pudessem tornar o produto nacional menos competitivo, uma política deliberada de exportações não se fez presente nestes anos.

A evolução das exportações vista pelo lado das taxas de câmbio, segue a trajetória clássica de que as desvalorizações da moeda impulsionam as vendas externas do país.

Mas por outro lado, além da taxa de câmbio, assiste-se no país uma modificação de sua estrutura industrial, que zela pelo ganho de competitividade e qualidade nos produtos nacionais, a fim de fazer frente aos importados.

Esta competição e busca pelo aprimoramento da produção nacional cria um incentivo ainda maior ao transbordamento de novas técnicas e novos meios de ganhar mercado fora do país.

Por este motivo, a variação das exportações está ligada aos problemas estruturais que a produção nacional enfrenta, juntamente com a perspicácia em atender aos setores e mercados em que os produtos crescem cada vez mais.

4.1.1.1 Análise estrutural das exportações brasileiras e sua participação no comércio mundial

Em seção anterior, mostrou-se que as exportações totais brasileiras constituíram-se em um comportamento um tanto quanto sensível às oscilações do comércio mundial e das políticas adotadas no país.

De certa forma, este tipo de comportamento pode dar alguma margem de especulação a respeito de como se movimenta a composição da estrutura das exportações brasileiras, haja vista que um comportamento deste gênero se parece muito às sensibilidades de produtos básicos, já que estes possuem a característica de dependerem muito das condições externas e internas de câmbio e preços, condizendo de certa forma com o que foi apurado na análise em seção anterior.

Embora apenas haja esta similitude com os produtos básicos, a análise estrutural poderá dizer muito mais a respeito da pauta de exportações brasileiras e as dificuldades que a mesma possui de conseguir o efeito de conquistar divisas e contribuir com a eliminação, ou ao menos, com a mitigação do estrangulamento externo, pelo lado da balança comercial.

O crescimento de alguns setores ou a sua decadência pode demonstrar muito mais do que um simples comportamento evolutivo ou sazonal de suas condições externas ou internas da economia, o que envolve algumas características mais intrínsecas e estruturais dos tipos de bens exportados.

A reestruturação da economia brasileira a partir do final da década de 80 e início da década de 90, esta dada pela abertura comercial, criou um ambiente mais acirrado para a produção nacional, em que a luta para a conquista de espaço no próprio mercado interno, agora complementado com a importação, motivou a indústria nacional a uma modificação de suas bases de produção.

Esta modificação instaurou no pensamento do empresariado brasileiro uma defesa no que diz respeito a um aprimoramento e inovação dos sistemas de produção que deveriam contar não somente com uma gestão mais adequada à nova realidade brasileira como mais competitiva, uma questão de sobrevivência no clima de abertura comercial.

É a partir disto que a estrutura produtiva nacional move-se para uma melhor adequação aos mandos tanto da concorrência interna como a melhor inserção no mercado mundial.

O contexto, então, gera um quadro de uma corrida atrás do tempo, a fim de que os produtos brasileiros pudessem sair do atraso tecnológico de um período de intensa substituição de importações (atraso justificado pela forte proteção do mercado interno) para outro em que o mercado empurra as indústrias nacionais no alcance de seu próprio desenvolvimento.

Será a partir da constatação da evolução das exportações que poderá ser visto como a produção nacional consegue se inserir no ambiente de abertura e como os seus bens patrocinam um melhor desempenho na balança comercial e, principalmente, nas exportações, melhorando o quadro de estrangulamento externo que se agrava, de maneira mais contundente, com um ambiente de intensas variações na política interna e na instabilidade no mercado mundial.

Iniciando a análise mais estrutural das exportações brasileiras no período de 1990 a 2000, serão considerados os bens de consumo duráveis, bens os quais iniciaram a fase de incentivos à industrialização no país, datando desde as décadas de 50 e 60, através da substituição de importações, até em sua participação mais intensa no novo panorama das exportações brasileiras.

Caracteristicamente, os bens de consumo duráveis levam consigo uma extrema competição entre seus fabricantes, não somente por serem (boa parte deles) mais fáceis de produzir como pelo conhecimento gerado da tecnologia de fabricação de tais produtos.

Tais bens possuem, como no caso da indústria automobilística, um uso intensivo de capital e tecnologia na sua produção, causando uma onda de transformações ao longo do tempo, envolvendo também modificações na sua forma de produção que leva a encadeamentos no sistema produtivo, que acaba levando fornecedores de peças e outros componentes no arrasto de suas atividades.

Tem-se, então, na TABELA 2, as exportações brasileiras de bens de consumo duráveis:

TABELA 2 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

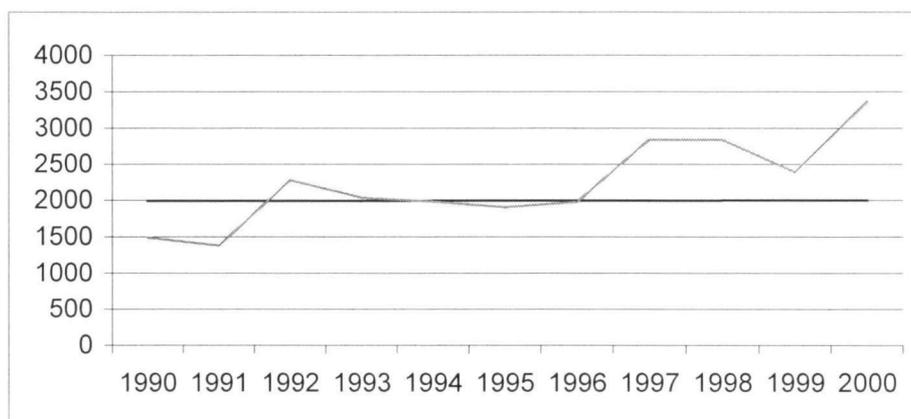
Período	Exportações – bens de consumo duráveis – (FOB)*
1990	1.491
1991	1.383
1992	2.277
1993	2.040
1994	1.983
1995	1.907
1996	1.976
1997	2.838
1998	2.837
1999	2.394
2000	3.363

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 2 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO PERÍODO DE 1990 – 2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

Observando-se o gráfico, pode-se verificar que as exportações de bens de consumo duráveis entre os anos de 1990 e 1991 tiveram uma ligeira queda no seu valor exportado, aumentando em anos posteriores, principalmente, em 1992, mantendo a tendência no valor total das exportações brasileiras, que neste mesmo ano apresentou, até então, o seu maior crescimento.

A partir de 1993 até meados de 1997, os bens de consumo duráveis apresentaram uma certa constante com viés de queda nas exportações, envolvendo não somente as práticas da política cambial como a nova economia brasileira iniciada pelo Plano Real.

As taxas de câmbio reduzidas e a tentativa de manter a moeda estável, com medidas de restrição ao crédito e com juros elevados, criaram um ambiente propício a um desestímulo na economia brasileira, atingindo também a produção nacional.

Após o período da crise externa e a desvalorização do Real, com uma elevação substancial da taxa de câmbio, as exportações de bens de consumo duráveis conseguiram recuperar o seu valor exportado em uma trajetória até mesmo tendenciosa do total de exportação nacional.

Preliminarmente, as exportações destes bens evoluem juntamente com o quadro total das exportações, seguindo as influências da política cambial de desvalorização e de melhora do quadro da produção nacional.

A análise da TABELA 3 e 4 poderá fazer com que se diga mais sobre o comportamento destes bens perante o quadro instaurado na economia nacional:

TABELA 3 – ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (MÉDIA 1996 = 100)

Período	Exportações – bens de consumo duráveis – preços – índice (média 1996 = 100)
1990	95,2
1991	98,6
1992	97,7
1993	85,9
1994	87,9
1995	96,4
1996	100
1997	101,6
1998	99,1
1999	84
2000	83,5

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

TABELA 4 – ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (MÉDIA 1996 = 100)

Período	Exportações – bens de consumo duráveis – quantum – índice (média 1996 = 100)
1990	69,8
1991	62,5
1992	103,8
1993	105,7
1994	100,5
1995	88,1
1996	100
1997	141,4
1998	144,8
1999	144,2
2000	203,8

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

Através destas duas tabelas, verifica-se como as exportações de bens de consumo duráveis reagiram de acordo com as variações de seus preços, bem como a da quantidade exportada, dados os diferentes aspectos que envolvem as exportações neste período.

No início da década de 90, já com os primeiros passos da abertura comercial, a reestruturação industrial começa a enfrentar seus primeiros desafios, que vem de uma organização de sua produção de maneira mais eficaz, a racionalização dos recursos, a especialização de um produto em cada indústria e uma mudança nos padrões de hierarquia dentro da própria indústria (MIRANDA, 2001, p.19).

Este movimento em torno do ganho de competitividade traz consigo uma série de inovações e uma renovação do mercado de bens de consumo no país.

A maior adaptação dos bens nacionais à concorrência consegue elevar, de certa forma, a qualidade do produto nacional, o que favorece as exportações brasileiras no contexto mundial globalizado.

No início do Plano Collor, nos princípios da abertura, a política de estabilização adotada e a valorização das taxas de câmbio contribuíram para uma elevação dos preços dos bens de consumo duráveis com a sua conseqüente queda no quantum exportado em 1990, 1991 e 1993, embora em meados de 1992 as taxas de câmbio se encontrassem mais favoráveis às exportações.

Considera-se, também, que neste período insurgiu a Guerra do Kuwait, tornando instável a expectativa em torno do quadro político mundial, havendo uma tendência a uma diminuição dos fluxos de comércio internacionais.

Em fins de 1992, a taxa de câmbio se eleva e a desvalorização consegue fazer com que, até princípios de 1993, quando houve o mais baixo índice de preços e a mais alta porcentagem das exportações deste produto, até o início do Plano Real, em 1994, o mesmo se elevasse, cuja queda dos preços teve muito mais resultados no que diz respeito às exportações, compensando a valorização que ocorreu a partir do final de 1993.

Embora tais produtos sejam de uma concorrência intensiva, estes conseguem garantir um impulso em sua exportação quando das variações na economia brasileira.

A evolução de seu quantum em períodos de queda de seus preços e vice-versa, demonstra o caráter defendido por muitos teóricos sobre os incentivos às exportações de que os bens industrializados conseguem garantir uma adequação melhor as mudanças cambiais e de preços, devido à resistência deste às crises externas.

Mas não necessariamente tal efeito acontece, já que em certos períodos, como de 1996 e 1997, as exportações brasileiras de bens de consumo duráveis aumentaram tanto seu quantum como seu preço, aumentando o valor das exportações em tal período. De maneira geral, há sim uma resistência do produto.

Esta melhor adequação, vinda da idéia da elasticidade-preço da demanda destes bens, mostra a possibilidade destes bens em conseguir uma certa estabilidade em suas vendas exteriores.

Nota-se, na mesma medida, que a variação dos preços destes bens se mantêm, em média, em uma mesma escala de variação, indicando assim a manutenção de uma certa rigidez da variação dos preços perante aos problemas no comércio externo.

Por outro lado, a produção de bens de consumo duráveis é mais sensível a um aumento da demanda, o que faz que o quantum ofertado reaja mais facilmente a alterações de demanda, o que contribui ainda mais ao aumento do valor exportado.

Pelo fato de que a indústria produtora de bens de consumo duráveis já se faz consumada em muitos setores, pode-se verificar que este aumento das exportações se deu por setores que já tinham, de certa forma, alguma competitividade e capacidade de produção, embora ainda com certos atrasos tecnológicos.

Exemplo disto é o crescimento do quantum de exportação de veículos automotores em 1992 e 1993, na proximidade da conclusão da abertura, em que suas porcentagens chegavam a 41,1% e 35,2%, respectivamente, tomando como base o ano de 1996. (Ver anexo 2, p. 120)

Em contrapartida, o quantum das exportações dos equipamentos eletrônicos estiveram abaixo da média em relação ao ano de 1996, tendo suas taxas mais baixas em 1991 e 1994. (Ver anexo 3, p. 122)

No caso destes últimos, o atraso tecnológico contraiu suas exportações, já que a produção destes tipos de bens, defasados tecnologicamente, envolvia custos elevados e uma certa insuficiência de fornecedores de peças, atrapalhando a sua produção.

Após a mudança na presidência e, posteriormente, no plano econômico do país, a estabilidade econômica e a adoção de uma mudança cambial em que o Real tornava-se mais valorizado, a exportação de bens de consumo duráveis adquiriu características peculiares.

Em 1994, quando do início do plano, os preços das exportações dos bens acusam um aumento em seus índices acompanhado de uma diminuição do quantum exportado em relação ao ano anterior, 1993, indicando os efeitos de uma valorização do Real que é sentido, com mais profundidade, em 1995.

Ao mesmo tempo, algumas transformações ocorrem na economia interna do país.

Com a valorização do câmbio, muitos bens nacionais utilizados na fabricação de bens de consumo duráveis, como peças e acessórios, começam a ser substituídos pela importação de bens que possuem um conteúdo tecnológico mais vantajoso, com menores preços e de maior qualidade.

Como grande parte de bens de consumo duráveis possuem um valor agregado elevado, esta medida contribui para um melhoramento do produto nacional juntamente com o seu barateamento.

Competitivamente, alguns destes produtos conseguem se engajar em uma disputa mais aberta com os produtos importados no mercado interno e, com isto, diminuem a sua atenção para o setor exportador.

É o caso, novamente, dos automóveis, em que o aquecimento do mercado interno e o melhoramento da produção nacional envolveram esta produção para o mercado interno.

A partir de 1995, a produção destes bens começa a se voltar para o mercado exportador, com uma estrutura mais adequada para fazer frente ao mercado externo.

Apesar das crises de 1997 e 1998, a exportação de bens de consumo duráveis continuou em alta, principalmente, após a desvalorização de 1999, chegando aos maiores patamares da década.

Apesar da taxa de juros elevada no período inibir a produção de alguns bens, nota-se que a compensação da desvalorização cambial pode fazer com que estes bens conseguissem superar todo o arrocho cambial que sofreram nos anos anteriores.

Desta forma, uma característica essencial que os bens parecem mostrar é a de que os mesmos dependem da demanda, mas não exatamente do seu aquecimento, pois mesmo em período de crise, estes bens conseguiram aumentar a sua exportação e, portanto, as características dos bens de consumo duráveis acabam por mostrar que a crise dada por uma queda de demanda externa pode ser compensada, para estes bens, pela redução de seus preços.

Alguns bens, como os aparelhos de televisão, conseguiram, no período de 1994 a 1998, elevar seu valor exportado de US\$ 1 milhão para US\$ 26 milhões, um grande salto, já que este tipo de produto encontra um mercado interno aquecido e possui componentes avançados, porém, de menores custos. (Ver anexo 4, p. 124)

Salto substancial também foi ocasionado pelo setor aeronáutico, elevando o valor das exportações devido a novos projetos e produtos que são desenvolvidos.

No caso dos bens de consumo não-duráveis, há uma pequena diferença em seu comportamento em relação aos bens de consumo duráveis.

Para análise dos setores de bens de consumo não-duráveis tem-se a TABELA 5 demonstrando o valor das exportações dos bens de consumo não-duráveis:

TABELA 5 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO
NÃO DURÁVEIS

Período	Exportações – bens de consumo não duráveis – (FOB)*
1990	5.379
1991	5.289
1992	6.416
1993	7.187
1994	7.373
1995	7.837
1996	8.633
1997	8.841
1998	8.855
1999	8.751
2000	9.161

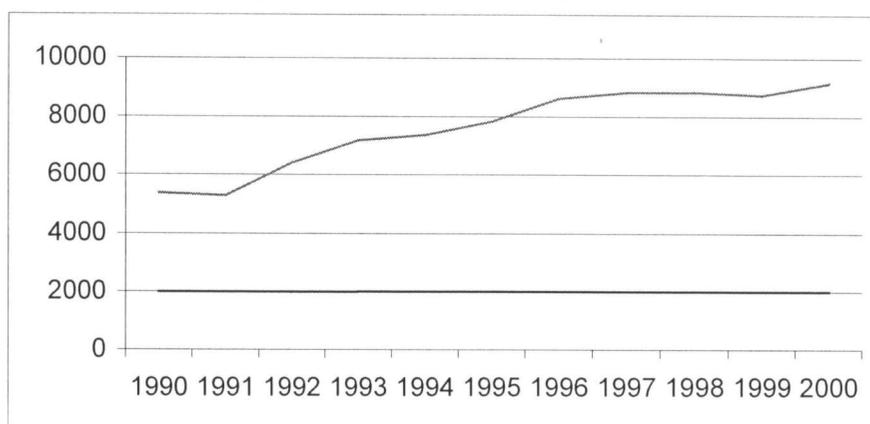
FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 3 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS NO PERÍODO DE 1990 A 2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

Tais produtos se dividem na produção nacional de diversas maneiras, tanto no que diz respeito ao conteúdo tecnológico nas linhas de produção, como na agregação de valor, assim como a vulnerabilidade externa que alguns destes produtos apresentam às oscilações do setor externo.

Em um primeiro momento, curioso é notar que a evolução deste tipo de bem se dá de maneira alternada entre constante e crescente, mas que em algum momento após a abertura comercial, pode-se enxergar uma retração das exportações deste tipo de bem.

Eis uma das características mais importantes dos bens de consumo não-duráveis.

Por serem, alguns deles, intensivos em matérias-primas brutas, tem um grande papel no encadeamento “para trás” na sua produção interna do país, estimulando a produção de outros setores, sendo quase como uma alavanca para outros setores da economia.

Desta forma, os bens de consumo não-duráveis mantiveram-se resistentes às intensas mudanças no quadro econômico do país, mesmo em períodos em que o processo de abertura comercial se deu por um estímulo muito intenso de importações brasileiras.

Outra característica importante é que embora tais produtos tenham passado por modificações em seus processos de produção, a fim de alcançar um melhoramento de sua qualidade perante produtos importados, alguns de menor intensidade tecnológica conseguiram uma certa vantagem frente aos produtos importados, o que pode ser verificado pelo seu crescimento na produção nacional, como é o caso do vestuário, que teve as suas importações declinantes a partir de 1997 (IEDI, 2002a, p. 11).

A consistência desta evolução nas exportações está, também, ligada ao fato de que alguns destes bens não se encontram tão vulneráveis perante o setor externo, vulnerabilidade esta entendida pela média participação de insumos importados em sua produção, a não ser uma maquinaria mais pesada, como teares ou até mesmo o controle de logística mais avançados, embora no período de reestruturação os fabricantes destes bens evoluíam na sua adaptação à concorrência.

Portanto, os bens de consumo não-duráveis têm algumas características peculiares que podem, de alguma forma, justificar esta estabilidade e crescimento do valor exportado destes bens.

Para poder melhor visualizar esta evolução, analisar-se-á as TABELAS 6 e 7 a seguir:

TABELA 6 – ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS
DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS (MÉDIA 1996=100)

Período	Exportações – bens de consumo não duráveis – preços – índice (média 1996=100)
1990	89,2
1991	84,1
1992	83,1
1993	73,5
1994	85,3
1995	97,9
1996	100
1997	93,4
1998	90,1
1999	81,3
2000	78,2

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

TABELA 7 – ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS
DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS (MÉDIA 1996=100)

Período	Exportações – bens de consumo não duráveis – quantum – índice (média 1996=100)
1990	70,8
1991	73,9
1992	90,7
1993	114,8
1994	101,5
1995	94
1996	100
1997	109,7
1998	113,8
1999	124,7
2000	135,7

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

De uma maneira mais conclusiva, mostra-se que os bens de consumo não – duráveis adquirem um comportamento semelhante aos de bens de consumo duráveis, mas que em essência tem as suas peculiaridades.

No período de 1990 a 1991, nota-se que o valor das exportações dos bens de consumo não-duráveis teve uma ligeira queda, que ao ser comparado com a seqüência de dados do quantum e dos preços, pode-se definir que a queda deste valor esteve associada muito mais a queda de preços, compensando o aumento do quantum exportado, este cujo seu índice aponta crescimento, em relação a 1990, de 4,38% em 1991.

É interessante observar que este aumento do quantum parece refletir o esforço da indústria de produção destes bens, já que em meio a uma abertura ainda maior da economia, pode-se constatar que assim mesmo, a produção nacional conseguiu reagir frente à nova concorrência externa.

Da mesma forma, a produção parece adquirir algumas vantagens que asseguram uma melhor orientação aos melhores mercados.

Em seguida, com a mudança do plano, percebe-se que uma demanda externa aquecida pode alimentar as exportações destes produtos, já que o valor das exportações de 1994 a 1995 teve seus números acrescidos e, concomitantemente, os preços também elevaram seus índices na mudança destes anos, ao contrário do quantum, que caiu ao índice mais baixo desde 1992.

Pode-se justificar, assim, as vantagens que tais produtos adquirem, dado que a elevação de preços compensou e muito o quantum exportado.

A diminuição do quantum tanto está ligada ao direcionamento da produção nacional ao mercado interno mais aquecido, tendo em vista que este tipo de bem, normalmente, tem a sua preferência ao mercado interno como pela restrição interna no que diz respeito aos incentivos à exportação.

Após este período, assiste-se ao crescimento, novamente, do valor das exportações, queda dos preços e aumento do quantum exportado, em que a elevação do quantum parece compensar a queda dos preços.

Mas o resultado muda um pouco de forma quando se consideram alguns setores específicos.

No caso, por exemplo, dos calçados (Ver anexo 4, p. 124), o seu valor exportado esteve em queda no período de 1994 a 1998, diferentemente no período do início da abertura comercial.

Isto acaba mostrando que alguns setores produtores de bens de consumo não-duráveis tiveram seu desempenho deprimido no período pela intensa valorização cambial e pela crise externa que abalava o comércio mundial.

Tratando-se dos calçados um tipo de bem que possui um menor valor agregado e dependente da demanda externa, pode-se verificar que não conseguiram seguir a tendência geral dos demais setores da economia.

Mesmo assim, de acordo com o estudo do BNDES (1999, p. 306), o coeficiente de exportação (relação exportações/produção), mostrou um crescimento no mesmo período, ou seja, embora tenha aumentado a participação da exportação na produção do setor, o mesmo não conseguiu fazer aumentar a seu valor exportado.

Mais uma vez, a tendência destes tipos de bens parece ter uma trajetória mais estável do que os de bens de consumo duráveis.

É um setor que acaba por gerar, também, um maior valor do que o setor de bens de consumo duráveis, não tanto pelo valor agregado do produto, mas simplesmente pela forma como estes conseguem abranger um campo maior de oportunidades de investimentos que muitas vezes não estão ligados a um maior componente tecnológico em suas bases de produção, mas apenas em uma melhor organização das atividades da empresa.

Alguns produtos têxteis possuem mercado cativo em outros países, competindo com as melhores marcas vindas de mercados como EUA e Europa, surgindo por isto um esforço para dinamizar mais a exportação destes produtos a fim de alcançarem melhores preços e melhor qualidade.

Outro tipo de bem sempre foi ponto chave para questões tanto de proteção como de incentivos para as restrições externas e à industrialização. Estes produtos são os bens de capital.

Desde a época de 40 e, principalmente, 50 e 60, houve uma intensa preocupação com o setor de bens de capital, mas como colocava o receituário Cepalino, estes tipos de bens seriam adquiridos mediante as reservas acumuladas pela não importação de bens de consumo, fazendo-se possível a manutenção de uma escala ótima para a importação dos bens de capital.

Apesar da crença de que se poderia importar estes bens de capital, conseguiu-se, em certo sentido, adaptar-se a estas novas condições em épocas de substituição de importações, como ocorreu naquelas décadas citadas.

Já no fim dos anos 60 e por todo os anos 70, criou-se a expectativa de que se poderia criar e incentivar a indústria nacional de bens de capital por ser realmente o diferencial no progresso tecnológico do país, pois havia até mesmo a crença de que o parque industrial de bens de consumo já se encontrava suficiente para atender a demanda e que o próximo passo seria a produção interna de bens de capital.

Diante destes acontecimentos, os bens de capital sempre tiveram pontuação máxima no que diz respeito tanto as pautas do comércio externo como na produção interna do país.

Por ser um tipo de bem que desenvolve todo um mecanismo interno de produção e encadeamentos ao longo das várias fases da produção, ele se torna uma peça fundamental na economia do país.

Este tratamento dado aos bens de capital pelas suas especificidades e por ser a base de todo um processo produtivo que o faz ser uma das peças fundamentais em toda produção da economia.

Com a abertura, estes bens se faziam um tanto quanto defasados tecnologicamente em relação aos bens importados, além do que eram bens que tinham um grande custo de operação relativamente a baixa produtividade, até mesmo porque eram utilizados com capacidade ociosa e com inadequação à produção a que estava subordinado.

Sendo assim, com a abertura comercial, viu-se que os bens de capital, aqueles produzidos internamente, estavam atrasados relativamente aos bens importados por não ter conseguido acompanhar todo o progresso tecnológico que se deu na década de 80 e 90, com a utilização de máquinas mais informatizadas e com um intenso aparato digital.

Desta forma, os bens de capital encontraram dificuldades na sua exportação em épocas de abertura comercial, provocando uma busca intensa na conquista de mercados mundiais para tais produtos que tem como características seu alto grau de valor adicionado e por carregar todo um encadeamento de produção que, também, tem condição de entrar em mercados mundiais.

Encontra-se, então, na TABELA 8, o valor das exportações brasileiras de bens de capital:

TABELA 8 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CAPITAL

Período	Exportações – bens de capital – (FOB)*
1990	2.145
1991	2.288
1992	2.847
1993	3.323
1994	3.946
1995	3.653
1996	3.919
1997	5.244
1998	5.799
1999	5.657
2000	8.216

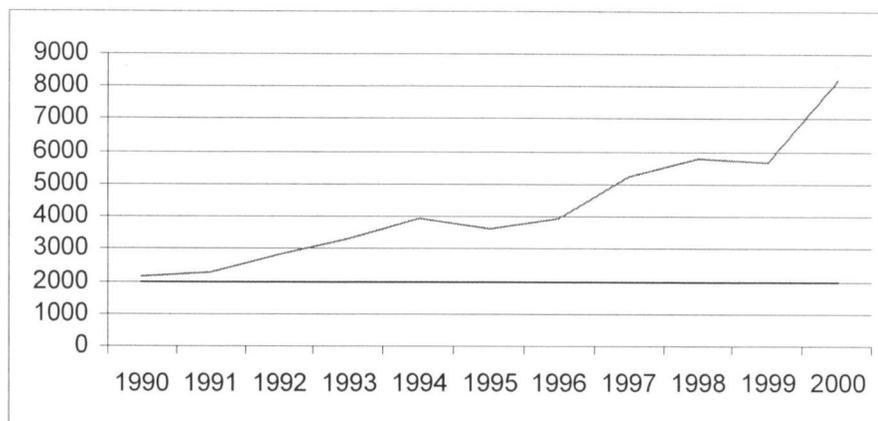
FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 4 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL DE 1990 A 2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

As exportações de bens de capital seguem uma tendência ascendente desde o início da década de 90, alternando, porém, em vários anos a sua taxa de crescimento, resultado dos diversos acontecimentos que caracterizaram a época, como nas exportações dos bens já estudados até o momento.

Como se pode verificar tanto na TABELA 8 como no GRÁFICO 4, o valor das exportações brasileiras de bens de capital seguem uma trajetória interessante no ponto de vista do comportamento desta exportações.

Nota-se que as exportações brasileiras de bens de capital crescem no período de 1991 a 1992 a taxas de 24,43%, caindo posteriormente de 1994 a 1995, cujas taxas acusam queda no crescimento das exportações em torno dos 7,43%.

O que ocorre é que devido aos investimentos realizados em toda a década de 1980 e pelo longo prazo de maturação que leva os projetos destas indústrias, houve um arranque intenso no ano de 1992 das exportações, que também foram influenciadas, novamente, as variações das taxas de câmbio.

Logo em seguida, no ápice da abertura comercial, nota-se uma queda da taxa de exportação destes bens, já que neste momento a reestruturação das indústrias tanto de bens de consumo quanto de bens de capital levavam a um momento de maior atenção ao mercado interno, além de taxas de câmbio valorizadas desde fins de 1993.

Em 1995 começam a se manifestar os resultados das políticas adotadas no país, como as taxas de câmbio.

Da mesma maneira, no ano de 1995 encontra-se um impulso muito grande das importações, além do aquecimento do mercado interno, desviando a atenção do comércio internacional para o mercado interno.

Quando da mudança cambial e da moeda, as taxas de crescimento das exportações ainda registraram um acréscimo de, em 1996, 7,28% em relação a 1995, depois da queda do crescimento deste último ano em relação a 1994.

As taxas começam a crescer lentamente, então, no ano de 1996 e dão um salto a partir de 1997, ano em que se inicia a crise externa, chegando a 33,81% em relação a 1996.

A partir de então, diminuem novamente as taxas de crescimento, principalmente, no período em que o governo estipula taxas de juros elevadas e propõem um desaquecimento da economia.

Isto faz com que as taxas de crescimento caiam, mas que se recuperam já a partir do ano de 2000, que chegam, em relação ao ano de 1999, aos patamares de 45%.

Analisando os preços e o quantum de exportação dos bens de capital, através das TABELAS 9 e 10, pode-se esclarecer a evolução desta em relação aos acontecimentos externos e internos.

TABELA 9 – ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CAPITAL (MÉDIA 1996=100)

Período	Exportações – bens de capital – preços – índice (média 1996=100)
1990	93,7
1991	97,7
1992	101,1
1993	83,7
1994	94,4
1995	97,4
1996	100
1997	103,7
1998	107,4
1999	98,6
2000	104,7

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

TABELA 10 – ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO: BENS DE
CAPITAL (MÉDIA 1996=100)

Período	Exportações – bens de capital – quantum (média 1996=100)
1990	62,3
1991	63,6
1992	76,6
1993	107,9
1994	113,6
1995	102
1996	100
1997	129,1
1998	137,9
1999	146,4
2000	200,2

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

A partir das tabelas 9 e 10, verificam-se algumas manifestações diferentes do comportamento dos bens de capital em relação aos outros bens analisados até o momento.

Ao começar a década de 90, o índice de quantum das exportações mostrava-se abaixo da média, mas em tendência crescente de suas porcentagens acompanhando, da mesma forma, a evolução ascendente dos preços.

Apesar de não parecer dinâmica nos anos 1990 até meados de 1992, as exportações dos bens de capital se amadureciam e mostravam posição de rigidez perante o contexto no qual se inseria a economia mundial.

O mais interessante para se notar é que em períodos de desvalorização cambial, como no ano de 1992 e alguns dos primeiros meses de 1993, os preços destes bens se elevavam sem precedentes, trazendo consigo o seu quantum, delineando um novo aspecto das exportações brasileiras.

Desta maneira, os bens de capital tiveram sua demanda aumentada neste período, o que mostra que o quantum exportado é de uma demanda externa aquecida, empurrando os preços a níveis acima da base de comparação.

Estes bens, então, encontram-se mais receptivos em sua oferta aos incrementos da demanda mundial e a uma resposta mais imediata a estes estímulos, embora tenham a característica predominante de bens industrializados de não variarem, substancialmente, os seus índices de preços.

O mesmo acontece a partir de 1996, onde o quantum de exportações se eleva e os preços, com exceção de 1999, pós-mudança cambial, também se elevam em relação ao nível base de comparação.

Os setores de bens de capital são setores que possuem uma intensa especificidade e dinâmica, além de ser primordial no avanço de diversos setores da economia que estão antes e depois de sua produção.

Estes resultados indicam que, à parte de estímulos cambiais, que sem dúvida alguma favoreceram a produção tanto para o mercado interno, pelo desestímulo às importações, como pelo mercado externo, através do melhor preço e, por isto, da competitividade de certos bens de capital, estes parecem encontrar uma cadeira cativa no mercado internacional.

A busca de mercados e a concorrência, assim como a exclusividade que estes bens apresentam em suas maneiras de produzir e suas técnicas, leva a um aperfeiçoamento intenso e a utilização de recursos que agregam não somente maior valor, como um progresso tecnológico intenso.

Mesmo que não haja muitos produtos na pauta de exportação deste tipo de bens no país, alguns setores conseguem alcançar crescimentos de maneira impressionante.

É o caso, por exemplo, da indústria de equipamentos para a produção e distribuição de energia elétrica.

Estudo elaborado pelo BNDES (1999, p. 306), mostra-se que o coeficiente de exportação destes bens elevou-se, de 1989 a 1998, de 6,4% para 20,8%.

Por isto, os setores de produção de bens de capital têm um maior dinamismo no mercado mundial e seu comportamento não deve ser apenas subsidiado pelas alternâncias das políticas cambiais.

Como será visto, há muito mais sobre o que envolve e o que atua no comportamento das exportações brasileiras.

Como um último bem a ser analisado, seguem-se os produtos básicos, o que envolve em sua maioria bens primários, como os provenientes da agricultura, extrativismo e mineração.

Historicamente, o Brasil é tido como um país primário-exportador, ou seja, um país que tem uma grande parte de sua pauta de exportações sustentada pelas exportações de produtos agrícolas, minerais e extrativistas.

Da crença advinda da sua vulnerabilidade maior no mercado externo, pela sua rigidez a variações da demanda e aos preços, os bens básicos têm uma maior dificuldade de enfrentar problemas externos pela deterioração dos seus termos de troca, gerando uma insuficiência na capacidade do país em reservar divisas necessárias à importação.

Embora tal fato possa ser observado, os produtos básicos ainda devem constituir um foco de atenção em se tratando das exportações brasileiras, até mesmo pela vantagem comparativa dos produtos básicos no país em relação aos de outros mercados.

Até mesmo porque a intensidade dos recursos utilizados, das complexidades de projetos industriais envolvendo indústrias de processamento e armazenagem e uma visão mais competitiva e de qualidade da produção, com a busca de certificações que corroboram a competitividade dos produtos, tem mudado o aspecto da indústria de produtos básicos, como por exemplo, a agropecuária e a produção e elaboração de soja e seus derivados.

Estes bens assumem, então, um novo aspecto em matéria de organização, melhor escoamento de produção, diversificação de produtos provenientes da produção bruta, informatização e comunicação entre diversos núcleos de produção, possibilitando reduções de custos e diminuição de tempo de respostas às oscilações do mercado.

Mesmo que estas alterações estejam ocorrendo em algumas indústrias deste tipo de bens, boa parte da produção de produtos básicos ainda é realizada em processos antiquados, com baixa produtividade, alta intensidade de recursos naturais, mão-de-obra e com uma ausência de modos de produção mais eficientes.

Apesar das diferenciações existentes na produção básica do país, o Brasil concentra boa parte de suas exportações neste tipo de produto, apesar de que o valor exportado de produtos industrializados tenha seus patamares mais elevados do que os produtos básicos.

Tem-se, na seqüência, a TABELA 11, mostrando como evolui o valor das exportações brasileiras de produtos básicos e suas variações:

TABELA 11 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CLASSE DE PRODUTO: PRODUTOS BÁSICOS

Período	Exportações – produtos básicos – (FOB)*
1990	8.747
1991	8.737
1992	8.830
1993	9.366
1994	11.058
1995	10.969
1996	11.900
1997	14.474
1998	12.970
1999	11.828
2000	12.561

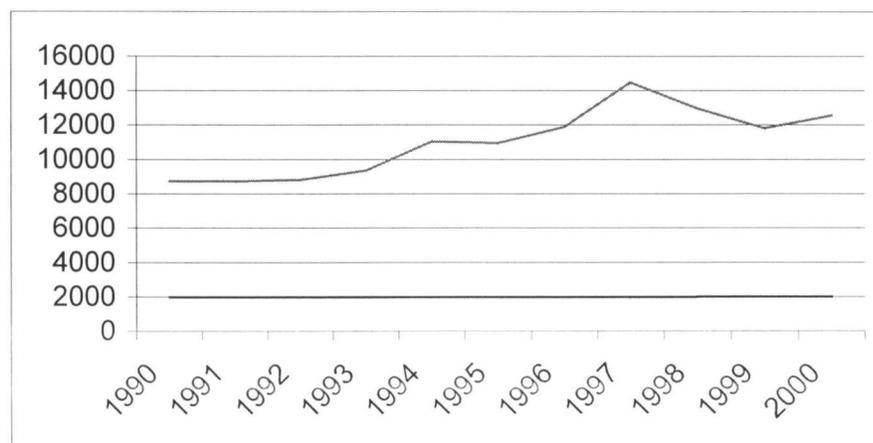
FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 5 – VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS BÁSICOS NO PERÍODO DE 1990 A 2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

Verificando a TABELA 11, o valor das exportações brasileiras de produtos básicos possui um baixo valor ao longo dos anos, comparativamente, aos bens industrializados, como mostrado quando se somam os valores das tabelas anteriormente analisadas.

De 1990 a 1993, o valor das exportações brasileiras de produtos básicos seguiram uma trajetória constante sem perturbações ou uma mudança mais intensa, com a abertura comercial, de seus níveis de exportações.

Após a implantação do Real no país e sua valorização, nota-se uma pequena queda no valor das exportações brasileiras que, curiosamente, começa a se recuperar bem frente às crises que assolavam o cenário mundial no período de 1997 a 1999, recuperando-se após este último ano com a desvalorização da moeda.

Com as TABELAS 12 e 13 pode-se se ter uma idéia melhor do que ocorria com as exportações destes produtos:

TABELA 12 – ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS POR CLASSE DE PRODUTO:
PRODUTOS BÁSICOS (MÉDIA 1996=100)

Período	Exportações – produtos básicos – preços – índice (média 1996=100)
1990	81,7
1991	83
1992	78,9
1993	76,8
1994	88,3
1995	92,3
1996	100
1997	108
1998	90,7
1999	76,1
2000	74,5

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

TABELA 13 – ÍNDICE DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS POR CLASSE DE PRODUTO:
PRODUTOS BÁSICOS (MÉDIA 1996=100)

Período	Exportações – produtos básicos – quantum - índice (média 1996=100)
1990	87,9
1991	86,4
1992	91,9
1993	100,1
1994	102,8
1995	97,6
1996	100
1997	112,6
1998	120,2
1999	130,6
2000	141,7

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

A primeira observação que é feita a respeito das exportações dos produtos básicos envolve a característica peculiar destes bens com relação ao baixo nível dos preços de exportação dos mesmos.

Como inúmeras vezes já foi dito, alguns produtos básicos reagem invariavelmente às modificações do mercado internacional e, com isto, apresentam tendências declinantes em relação aos seus índices de preços ou aos seus termos de troca em relação a outros produtos.

Ao observar os preços, nota-se que praticamente em toda década que aqueles tiveram os seus valores abaixo do ano-base, aumentando apenas em 1997, caindo novamente após 1999.

No período que vai de 1990 até 1993, o índice de preços dos produtos básicos exportados estiveram em queda, com exceção apenas do ano de 1991, cujo conseguiu recuperar os preços.

De 1994 a 1997, os preços se recuperam um pouco, mas não variando muito o seu crescimento de um ano para outro, caindo novamente em 1998 até 2000.

O ano de 1993 marca o início do crescimento dos valores das exportações dos produtos básicos, cujo aumento do quantum foi acompanhado por uma queda dos preços das exportações brasileiras destes produtos, embora houvesse uma valorização no cruzeiro no final do mesmo.

Com a virada da política econômica em 1994, nota-se que o índice de preço dos produtos básicos sofrem uma elevação em relação ao ano anterior, não interferindo no quantum exportado, que teve seus índices que ultrapassavam a média de 1996, em 2,8%.

A alteração dos preços deve-se à valorização do Real frente ao dólar e no quantum reflete uma oferta intensa destes produtos, principalmente, por um aproveitamento das condições mais favoráveis às exportações de 1993, dado à maturação da produção destes bens.

Os efeitos da valorização da moeda se fazem sentir em 1995, cujos índices de preços se elevam ainda mais e, conseqüentemente, o índice do quantum exportado cai abaixo da média, embora diante da crise em 1997, tanto os preços como o quantum exportado, aumentaram seus valores.

Com a desvalorização em 1999, começa a surgir uma recuperação modesta do quantum exportado, juntamente com a queda de preços dos produtos básicos.

Uma avaliação interessante de ser feita é que o patamar dos índices de preços em relação aos outros bens já analisados se apresenta mais baixo, na maior parte do período, mesmo considerando os mais altos valores, além do que a recuperação dos índices de preços demora a ser respondida quando da elevação do índice de quantum das exportações.

Outro fato é de que é preciso que o índice de preços dos produtos esteja muito baixo para que consigam obter uma resposta um pouco maior do quantum exportado, indicando a insensibilidade dos preços aos aumentos do índice de quantum, como pode ser visto no valor das exportações, que cai em 1998, em relação a 1997, cerca de 16% e, em 1999, em relação a 1998, também cerca de 16%, tendo um aumento, respectivamente nestes períodos, do índice de quantum em torno dos 6,8% e 8,7%.

Estes valores representam a queda do valor das exportações dos produtos básicos entre 1997 e 1999, causada, principalmente, pela progressiva queda dos índices de preços daqueles produtos.

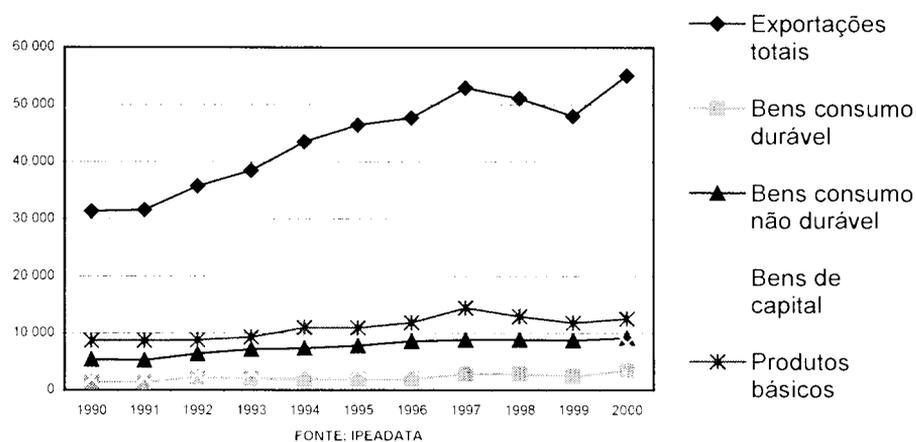
Acompanhando toda a análise dos bens feita até o momento, pode-se observar que muitas das variações no valor, nos índices de preços e no quantum exportado dos bens seguem os estímulos fornecidos pelos diferentes condicionamentos da economia às crises mundiais e às políticas econômicas adotadas pelo governo.

A abertura comercial proporcionou algum dinamismo na produção de alguns bens nacionais, tanto no que diz respeito aos custos, à melhor adaptação ao novo contexto mundial e uma melhora nas formas de produzir.

Por outro lado, muitos setores que conseguiram ganhar este dinamismo podem não necessariamente estar inseridos nesta recente concepção de melhor gerenciamento na busca de uma produção mais eficaz diante de toda a modernização e reestruturação que se estabelece na ordem mundial.

Para uma melhor visualização de todos os resultados apresentados pelos diferentes tipos de bens até agora analisados, tem-se abaixo o conjunto dos gráficos que representam a evolução dos valores das exportações destes bens, a fim de que se tenha uma idéia de como os diferentes bens modificaram seus valores de exportação de acordo com as exportações totais no período de 1990 a 2000:

GRÁFICO 6 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE BENS
1990-2000
(MILHÕES DE US\$ FOB)



Com todos os gráficos juntos dos diversos tipos de bens até agora analisados, pode-se ter uma noção mais geral dos comportamentos das exportações destes bens juntamente com o valor total das exportações brasileiras.

O gráfico mostra a evolução do valor exportado dos bens de consumo duráveis, indicando que a sua trajetória está um tanto quanto diferente do valor das exportações brasileiras.

Desta forma, os bens de consumo duráveis estiveram um pouco mais sensíveis as variações que ocorreram no setor externo da economia, em que suas variações estiveram sempre ligadas, como foi dito, a variações de demanda externa e interna, às importações de insumos necessários à produção e às variações dos preços e taxas de câmbio que foram se modificando ao longo do período.

Por outro lado, os bens de capital e bens de consumo não-duráveis, apresentaram tendências muito semelhantes ao valor total exportado da economia brasileira, com uma maior acentuação no caso dos bens de capital.

Como foi dito, os bens de consumo não-duráveis estão mais envolvidos com a produção nacional como um todo, não somente na utilização de insumos nacionais como na transformação da demanda por estes produtos no mercado internacional, garantindo melhores preços e elevando seu quantum exportado.

No caso dos bens de capital, nota-se que a tendência crescente, o que indica a demanda crescente que estes bens enfrentam no mercado internacional, já que bens de capital com menores custos podem estimular uma exportação maior, considerando que estes bens possuem um lugar de destaque na demanda mundial.

Por último, os produtos agrícolas mostraram que sua tendência, salvo crises mais agudas, é de conseguir ganhar espaço nas exportações, principalmente, quando se tratar de condições de taxas de câmbio mais favoráveis e a utilização de recursos mais modernos na produção, que podem garantir uma resistência maior à vulnerabilidade externa que acompanha estes produtos.

Apesar destas características, muitos bens que possuem condições melhores de aceitação no mercado externo não conseguem garantir estas mesmas condições no que diz respeito aos incentivos a sua exportação e produção interna.

A questão de que os produtos industrializados conseguem uma melhor adequação ao mercado externo e, conseqüentemente, garantir um provimento de divisas, pode não estar se verificando em alguns setores da economia, na mesma medida em que alguns setores não conseguiram o dinamismo necessário para que fossem aumentadas as suas exportações, mesmo em épocas de desvalorização cambial e mudanças da competitividade brasileira no mercado internacional.

O aprofundamento da questão do melhor papel dos produtos industrializados em retirar o país de uma crise de estrangulamento externo através das exportações, pode esbarrar em problemas mais difíceis de serem solucionados do que a utilização da desvalorização cambial para incentivar as exportações.

Inserir-se, então, ao estudo do dinamismo das exportações brasileiras, dinamismo este entendido como a possibilidade dos produtos industrializados, produzidos por empresas nacionais ou não, estarem conseguindo, juntamente com as políticas adotadas pelo governo, como a cambial, garantir o provimento de divisas através das exportações e, assim, tentar extinguir, senão, mitigar os problemas do estrangulamento externo.

Primeiramente, utilizar-se-á da TABELA 14 para verificar como se encontra a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais:

TABELA 14 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE BENS E O MERCOSUL: 1990 – 98*** (valores em US\$ milhões e coeficientes em porcentagem)

Ano	Export.* brasileira para mercosul	Export. brasileira extra- Mercosul	Comércio mundial	Comércio intra- mercosul	Comércio mundial extra- Mercosul	Participação brasileira no comércio Mundial	Participação brasileira no comércio extra- Mercosul	Impacto do comércio Mercosul
1990	1320	30094	3439000	4127	3434873	0,91	0,88	0,03
1991	2309	29311	3506000	5102	3500898	0,90	0,84	0,06
1992	4099	31694	3755000	7216	3747784	0,95	0,85	0,10
1993	5394	33203	3742000	10026	3731974	1,03	0,89	0,14
1994	5921	37637	4241000	12045	4228955	1,03	0,89	0,14
1995	6153	40353	5073000	14383	5058617	0,92	0,80	0,12
1996	7306	40441	5345000	16892	5328108	0,89	0,76	0,13
1997	9043	43947	5529000	20478	5508522	0,96	0,80	0,16
1998	8877	42243	5422000	19924	5402076	0,94	0,78	0,16
1999**	6778	42233	5610000	15000	5595000	0,86	0,75	0,11

FONTE: elaboração de Reinaldo Gonçalves

NOTA: Extraído da obra GONÇALVES, R. Competitividade Internacional e Integração Regional: A hipótese da inserção regressiva. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.5 (Especial), p. 13 - 34, 2001.

*Os dados para o cálculo do item Participação brasileira no comércio Mundial é realizado considerando as exportações totais brasileiras (Exportações para o Mercosul e Exportações brasileiras extra-mercosul)

** Segundo o autor, a estimativa do comércio intra-Mercosul, no ano de 1999 baseou-se no suposto que a corrente do comércio do Brasil no Mercosul representa 90% das exportações intra-Mercosul.

*** O autor considera a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais como medida de competitividade, que assim será utilizada neste estudo.

A TABELA 14 mostra como evolui a participação das exportações brasileiras no comércio mundial, sendo utilizada como medida de competitividade das exportações brasileiras, voltando a serem tratadas mais adiante de maneira mais definida e específica.

A competitividade pode dizer mais sobre como as exportações brasileiras estão inseridas no comércio mundial, fornecendo uma visão mais geral do que foi tratado em partes anteriores da análise das exportações, pelo fato de que muito dos comportamentos dos bens acabaram resultando em tendências nas exportações brasileiras, que por sua vez se distinguem, em alguns momentos, das exportações mundiais.

A participação das exportações brasileiras no comércio mundial cai, de 1990 a 1991, de 0,91% para 0,90%, uma pequena queda influenciada pela instabilidade externa, dada pelo conflito da guerra do Kuwait, o que indica a participação do comércio extra-mercosul, cuja participação das exportações do país caíram de 0,88% para 0,84%.

Tal queda só não foi maior pela sustentação que o Mercosul deu para as exportações brasileiras com os seus 0,06 pontos percentuais, fazendo com a queda da participação no comércio mundial fosse em torno de apenas 0,01% entre os anos considerados.

O comércio com o Mercosul, juntamente com a queda das barreiras entre estes países e acordos tarifários conseguiu, como se pode verificar na análise dos bens, apagar e estimular certos resultados das exportações, surgindo desta maneira a idéia de que a abertura comercial foi sentida, de maneira mais imediata, através do comércio com o Mercosul.

A partir de 1992 até o ano de 1994 a economia brasileira assiste ao incremento na participação de suas exportações tanto no comércio mundial quanto no Mercosul, ocasionada pela queda de preços dada pela desvalorização e o conseqüente aumento do quantum das exportações, principalmente, no ano de 1992.

O aquecimento da economia em 1994, com o aumento da produção interna para o mercado interno, fez com que parcela desta produção pudesse atender à demanda externa também, já que muitos dos produtos tiveram algum tempo de adaptação e ainda se encontravam na vigência de contratos com preços antigos.

Os impactos da valorização da moeda são sentidos após 1994, refletindo em 1995, com a queda da participação das exportações brasileiras tanto no mercado mundial extra-Mercosul como no intra-Mercosul, apesar de em ambos mercados as exportações terem crescido a taxas decrescentes.

A valorização cambial sentiu-se muito mais no comércio extra-Mercosul, cuja participação caiu 0,09 pontos percentuais, em contrapartida do comércio intra-Mercosul, que obteve uma redução de apenas 0,02 pontos percentuais no período, tendência que continuou em 1996, cuja queda continuou no comércio extra-mercossul, diferentemente no comércio intra-Mercosul, que eleva a participação das exportações brasileiras em seu comércio.

Estes resultados indicam que, embora a pauta de exportação de produtos para o mercado fora do Mercosul seja mais diversificada e, por isto, mais vulnerável a algumas oscilações, o Mercosul consegue criar uma compensação aos problemas da política cambial no país.

A própria redução da proteção através de barreiras ou tarifas que incidem sobre a importação de certos produtos por parte dos países membros do Mercosul compensou, em alguns setores, a forte valorização da moeda que desestimulava as importações.

No ano de 1997, curiosamente, a participação das exportações brasileiras para ambos mercados aumentaram seus valores, aumentando também a participação do total das exportações brasileiras no comércio mundial, diferentemente das sucessivas quedas observadas nos anos seguidos da valorização cambial.

O que na verdade ocorreu é que grande parte da economia mundial já sentia os problemas das crises que assolavam o mundo naquele ano, criando condições para que as exportações brasileiras, naquele ano em relação ao anterior, crescessem a taxas superiores a do comércio mundial.

Enquanto o comércio mundial crescia, em relação a 1996, cerca de 3,45%, as exportações totais brasileiras chegavam à cerca de 11%, o que mostra os resultados da participação das exportações terem crescido no período.

Tais resultados evidenciam, novamente, os incentivos que o comércio com o Mercosul fornecem, já que o crescimento das exportações para o Mercosul foi de cerca de 24%, enquanto para o resto do mundo foi de cerca de 8,7%, no mesmo período.

A partir de 1998, percebe-se a queda da participação tanto das exportações totais no comércio mundial, quanto da participação das mesmas, no comércio fora e dentro do Mercosul, evidenciado pela crise que se fazia sentir até o ano de 1999 e por políticas adotadas pelo governo no sentido de restrição interna da economia com a elevação de taxas de juros que inibiam a produção, tornando produtos menos competitivos pelos seus altos custos de produção e retração da oferta dos mesmos.

Estes resultados acabam por mostrar que as exportações brasileiras não conseguem seguir uma tendência com o crescimento do comércio mundial mesmo que apresentem aumentos em seus valores, mostrado pelas diferentes taxas de crescimento da participação das exportações brasileiras no comércio mundial.

Define-se desta maneira a queda da competitividade das exportações brasileiras, que envolvem questões ainda mais profundas a respeito da forma como os mercados induzem as variações daquelas exportações, como por exemplo, o fato de que a própria dependência de certos produtos industrializados das importações em seu processo produtivo pode causar uma interrupção na produção e, conseqüentemente, nas exportações.

Tal comportamento pode indicar que apesar de políticas cambiais garantirem um aumento das exportações, isto não faz com que haja uma via em que estas exportações possam acompanhar o crescimento do comércio mundial.

Desta forma, as exportações brasileiras indicam que a sua pauta de exportação pode não estar encontrando alternativas que possam dinamizar e aumentar seus valores no comércio mundial, comprovando a insuficiência da resposta de alguns setores a estímulos que vem do setor externo.

As exportações, então, podem perder a sua capacidade de ajudar a superar crises de estrangulamento externo por não possuir, além dos incentivos cambiais, uma melhor adequação de sua pauta às novas demandas do mercado externo.

É a partir da análise mais estrutural da pauta de exportação brasileira é que vai se notar muito do que foi visto das análises sobre as variações das exportações dos bens e da competitividade brasileira, podendo ser verificado que muito mais do que as políticas essenciais de desvalorização cambial há problemas na condução dos incentivos à produção de bens mais dinâmicos e adaptados ao mercado internacional.

A análise mais estrutural e mais precisa sobre o comportamento das exportações brasileiras frente ao mercado internacional e suas tendências, assim como a característica dos bens que tem maior dinamismo nas exportações, será feita através das tabelas utilizadas no estudo do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) intitulada Abertura, Política Cambial e Comércio Exterior Brasileiro – Lições dos Anos 90 e Pontos de Uma Agenda Para a Próxima Década.

O estudo do IEDI envolve 237 grupos setoriais de acordo com algumas classificações adotadas para defini-los e normaliza-los, de acordo com os requisitos estipulados para o encaminhamento do estudo.

A TABELA 15 mostra a evolução dos setores com ganho e perda de competitividade no comércio mundial:

TABELA 15 – SETORES COM GANHO E PERDA DE COMPETITIVIDADE NO COMÉRCIO MUNDIAL NO PERÍODO DE 1991 A 1998

	Ganho Perda 1991/1994		Ganho Perda 1994/1998		Ganho Perda 1991/1998	
Nº de Setores	128	76	99	129	114	90
% da Exportação	61	39	52	48	60	40

FONTE: elaboração do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)

NOTA: Extraído de http://www.iedi.org.br/admin/pdf/comex_i.pdf

Para que se possa iniciar a análise, é preciso definir o que é o ganho ou perda de competitividade dos setores.

Segundo o IEDI (2003, p. 13), "...'ganho de competitividade' é entendido como aumento da participação da exportação de um determinado setor de um país na exportação mundial desse setor – aumento do 'market share' do país nesse setor."

O contrário vale para a perda de competitividade, que é a diminuição da participação da exportação de um setor na exportação mundial desse setor.

Na TABELA 15 nota-se que no período de 1991 a 1994, os setores que possuíam ganho de competitividade, ou seja, que cresciam a sua participação na exportação mundial de seus respectivos setores, encontrava-se em número de 128, respondendo por 61% da pauta do total das exportações brasileiras.

Ao entrar em vigor o Plano Real e até a vigência do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o número de setores com ganho de competitividade cai para 99, correspondendo agora a 52% do total das exportações brasileiras.

Considerando todos os anos da análise, cerca de 114 setores obtiveram ganho de competitividade correspondendo a 60% da pauta de exportação brasileira.

Por outro lado, nota-se que houve um aumento dos setores que perderam competitividade no comércio mundial, cujo número de setores perdiam competitividade era de 76 entre 1991 a 1994 e aumentou, no período de 1994 a 1998, para 129, fazendo com que a participação no total das exportações brasileiras, respectivamente, aumentasse de 39% para 48%.

De 1991 a 1998, os setores com perda de competitividade correspondiam em número de 90 setores, com a participação no total das exportações brasileiras de 40%.

Diante destes números, pode-se comprovar em certa medida, o que já foi visto na análise da TABELA 14, ou seja, a diminuição da participação brasileira no comércio mundial e, por isso, a perda de competitividade das exportações setoriais do país.

Embora na TABELA 14 as influências do contexto mundial pode ter mostrado como estavam evoluindo as exportações brasileiras, na TABELA 15 pode-se comprovar a atuação não somente das instabilidades mundiais, mas das modificações da estrutura das exportações brasileiras que eliminam muitos setores de sua pauta, indicando que os problemas parecem estar ligados à problemas da dinamização dos produtos.

Surge, também, a idéia de que logo no período em que se iniciou a abertura comercial, as práticas adotadas na década de 80 na proteção e o favorecimento de algumas indústrias para exportação, pode fazer com que muitos produtos encontrassem, mesmo que não fossem necessariamente competitivos em termos de qualidade e de custos, um lugar nas exportações brasileiras.

Com a abertura comercial e com o afastamento do governo em relação às políticas externas, houve uma espécie de “seleção natural” dos produtos nacionais.

Na TABELA 16, analisar-se-á a relação dos ganhos ou perdas de competitividade e os setores com demanda crescente ou decrescente do comércio mundial:

TABELA 16 – BRASIL – EXPORTAÇÃO – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O CRITÉRIO DE SETORES ÓTIMOS, SETORES EM DECLÍNIO, SETORES EM RETROCESSO, OPORTUNIDADES PERDIDAS

F

Anos	Ótimos*	Setores em declínio	Setores em Retrocesso	Op. Perdas	Total
1991/98	47	67	47	43	204
1991/94	63	65	32	44	204
1994/98	32	67	77	52	228
Participação dos Setores no Total Exportado - %					
1991/98	17	43	22	18	100
1991/94	28	33	15	24	100
1994/98	18	34	31	18	100

FONTE: elaboração do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)

NOTA: Extraído de http://www.iedi.org.br/admin/pdf/comex_i.pdf

* Os valores correspondem aos números de setores

Primeiramente, deve-se entender o que significam estas classificações dos setores segundo certos critérios adotados pelo IEDI.

Segundo o IEDI (2000, p. 9), os setores ótimos são aqueles que possuem ganhos de competitividade nos mercados de demanda crescente; os setores de oportunidades perdidas possuem perda de competitividade nos mercados de demanda crescente; os setores em declínio são os que possuem ganhos de competitividade nos mercados de demanda decrescente e os setores em retrocesso são aqueles que possuem perda de competitividade nos mercados de demanda decrescente.

É preciso, também, definir o que vem a ser a demanda crescente ou decrescente.

O setor de demanda crescente é definido "...como aquele cujo valor da exportação mundial aumentou como percentual da exportação de todos os setores em um determinado período." (IEDI, 2003, p. 11)

Desta forma, a TABELA 16 pode indicar mais a respeito do tipo de demanda e como as exportações brasileiras conseguem atender as mesmas.

Observa-se que entre os dois períodos, de 1991 a 1994 e 1994 a 1998, o número de setores que possuíam ganho de competitividade e que atendiam mercados com demanda crescente baixou, respectivamente, de 63 para 32.

Com relação aos setores que apresentam ganhos de competitividade, mas que atendem a mercados com demanda decrescente, os seus números indicam uma elevação, para o mesmo período, de 65 para 67, enquanto que para os setores que possuem perda de competitividade e demanda decrescente o aumento foi de, respectivamente, 32 para 77.

No caso das perdas de competitividade em mercados com demanda crescente, há um aumento do número de setores de 44 para 52.

Na seqüência que se tomou até o momento, considerando o período de 1991 a 1994 e 1994 a 1998, pode-se verificar que a participação dos setores assim classificados, no total das exportações brasileiras, diminui de 28% para 18% em setores ótimos, aumento de 33% para 34% para os setores em declínio, aumento de 15% para 31% em setores em retrocesso e queda de 24% para 18% com oportunidades perdidas.

No caso de setores ótimos, os dados podem estar indicando que muitos setores da economia brasileira não estão conseguindo acompanhar o crescimento da demanda mundial, ou pela perda de competitividade do produto ou pela demanda decrescente.

Referente a perda de competitividade, os setores podem estar passando por problemas como melhor adaptação dos seus produtos em relação ao mercado exterior.

O fato das exportações mundiais do setor estarem crescendo mais do que a do país, mostra que os setores nacionais estão se distanciando dos condicionamentos da demanda externa, estes entendidos como melhoras de preços, qualidade do produto ou até mesmo a restrições a uma oferta maior dos bens destes setores, represando as exportações daqueles.

É o caso, por exemplo, da elevação do número de setores com oportunidades perdidas, em que estes setores não conseguem fazer aumentar a sua participação no total das exportações mundiais destes mesmos setores.

O "atraso" da adaptação destes setores pode leva-los a perder condições de crescer e, por isto, acabar direcionando seus produtos para mercados que possuem demanda decrescente.

O número de setores em retrocesso e sua participação no total das exportações brasileiras evoluíram no período, comprimindo as exportações brasileiras.

De outra maneira, uma possível queda das exportações mundiais do setor em relação às exportações de outros setores no mundo, indica que as preferências mundiais podem estar mudando em favor de outros tipos de produtos, com uma outra formatação ou conteúdo envolvido no processo de produção para atender a mesma.

Demonstra-se, neste caso, que os setores em declínio, estes que tiveram o número de setores e participação no total das exportações brasileira em elevação, mas que o país insiste direcionar as suas exportações para demandas que estão diminuindo, proporcionam um comprometimento da pauta de exportação a longo prazo, havendo indícios de que o país sofre insuficiência de demanda para estes setores, ocasionando possíveis quedas nos preços e nos termos de troca.

Através da avaliação de alguns setores inclusos nos bens dos quais foram citados na análise, pode-se esclarecer mais a respeito de como se caminha a pauta de exportações brasileiras.

Os dados se encontram nas tabelas em anexo que dizem respeito às exportações, importações e saldo comercial no período entre 1994 e 1998.

Começa-se pelos bens de consumo durável, que como foi visto, tiveram variações gradativas em relação a seus índices de preços e quantum exportado, atendendo, no ano de 1999, as desvalorizações cambiais pela qual passou o país após o livre movimento das taxas de câmbio.

Como foi citado em tal análise, a exportação de aparelhos de televisão teve suas taxas de crescimento elevadas no período de 1994 a 1998, subindo, respectivamente, de US\$ 1 milhão para US\$ 26 milhões. (Ver anexo 4, p. 124)

Tais produtos tiveram seus ganhos de competitividade e demanda elevados, o que quer dizer que pertencem a setores ótimos, seguindo a classificação adotada. (Ver anexo 5, p. 128)

Isto explica, em certa medida, o porque este setor de produção de aparelhos de televisão ter crescido a taxas muito elevadas em tal período, mesmo considerando as valorização cambial e a crise de 1997.

Os aparelhos de televisão possuem uma elevada intensidade tecnológica, (Ver anexo 5, p. 128), o que também pode explicar o fato de estarem com uma demanda crescente, já que a concorrência faz com que cada vez mais novos produtos consigam ganhar mercados.

Mesmo que haja esta intensa procura pelos bens, o atendimento desta procura foi favorecido pela possibilidade de ofertar produtos competitivos no mercado mundial, pois componentes eletrônicos mais avançados puderam ser importados para constituição dos aparelhos de televisão, conseguindo custos mais baixos e preços competitivos.

Da mesma maneira se comporta a produção automobilística, como veículos de passageiro a motor exceto ônibus e veículos para mercadorias e serviços, que são ditos setores ótimos e com média e alta tecnologia. (Ver anexo 5, p. 128)

Mas a presença ou não de alta tecnologia não é sinal de uma melhor competitividade dos produtos, como pode ser visto com os aparelhos domésticos.

Este setor manteve em 1998 os mesmos valores de sua exportação do que em 1994, cerca de US\$ 146 milhões, o que mostra sua perda de competitividade, já que no mesmo período das exportações mundiais de tais produtos cresceram (Ver anexo 4 e 5, p. 124, 128).

É o caso das oportunidades perdidas, em que estes produtos, embora com média tecnologia, não conseguiram aumentar suas exportações, indicando que estes produtos estão mais vulneráveis a concorrência externa e aos problemas cambiais que determinam custos e preços.

Outro fator é que este tipo de produto teve que sofrer uma readaptação intensa de sua produção, já que não há uma dificuldade muito grande para os entrantes deste mercado.

Olhando para os coeficientes de exportação/produção (BNDES, 1999, p. 306), os aparelhos de televisão têm seus coeficientes em 1994 em torno de 8,5%, subindo em 1998 para 13%, diferentemente dos eletrodomésticos, que em 1994 seu coeficiente é de 14,6%, passa em 1998 para 23%.

Isto indica que por mais que as exportações ainda não sejam a prioridade em certos setores, alguns, pelo valor que agregam, pelos melhores preços ou até mesmo pela elasticidade que possuem, conseguem ter um desempenho melhor na pauta de exportação.

O aquecimento do mercado interno em 1994, como se pode verificar no índice do quantum de exportações dos bens de consumo duráveis, pode comprovar a queda dos coeficientes em 1994 e 1995, em relação a 1993, destes dois produtos (BNDES, 1999, p. 306).

Há outros bens, como motocicletas e bicicletas, que se encontram em retrocesso, ou seja, não só perdem competitividade como também possui uma demanda decrescente e aí alguns dos produtos que podem, a longo prazo, deteriorar o saldo comercial (Ver anexo 5, p. 128).

Para os bens de consumo não-duráveis, pode-se dar seguimento à mesma análise que foi realizada anteriormente, começando pelo setor de calçados.

Já foi dito, quando da análise das exportações dos bens de consumo não-duráveis, a respeito de sua evolução.

O setor de calçados caracteriza-se por ser intensivo em mão-de-obra, embora utilizando maquinaria pesada em algumas partes desta indústria e por estarem classificados como um setor em retrocesso.

Desta maneira, o setor de calçados tem uma demanda decrescente e perdeu competitividade, considerando os anos de 1994 e 1998, embora seus coeficientes de exportação se elevaram, respectivamente, de 37,6% para 56,3% (BNDES, 1999, p. 306).

Isto mostra que por maior esforço que este setor possa ter realizado para aumentar suas exportações, o mesmo não conseguiu acompanhar o ritmo das exportações mundiais de tal setor, considerando que estas estejam, também, diminuindo sua relação às exportações mundiais de outros setores.

O setor de artigos para vestuário teve seus valores exportados em 1994 e 1998, respectivamente, em torno de US\$ 81 milhões e US\$ 38 milhões, embora tenha ocorrido um aumento das exportações mundiais deste setor. (Ver anexo 4, p. 124).

Portanto, este é um setor de oportunidades perdidas, já que o vestuário passa a ter um papel importante pela qualidade que vem adquirindo tais produtos e pela facilidade com que consegue inserir nos mercados, sendo impedido de tal inserção pelas variações de seus preços no comércio mundial. (Ver anexo 5, p. 128)

Seguindo com os bens de capital, tem-se na análise das tabelas sobre o índice de quantum e de preços de exportação deste bem, mostrando que se tornou o bem mais constante em crescimento e problema com a crise externa.

Nota-se, em um primeiro momento, que o setor de bens de capital pode ser bem diversificado em seu comportamento diante do tipo de maquinaria exportada, abrangendo tanto aquelas com alta tecnologia (predominantes) e de baixa tecnologia.

O setor de máquinas-ferramenta para metal (Ver anexo 4, p. 124), que cresceu de US\$ 75 milhões para US\$ 114 milhões, é caracterizado por ser de média/alta tecnologia. (Ver anexo 5, p. 128)

Com o manuseio do metal no país, com as grandes usinas siderúrgicas aqui instaladas e todo o conhecimento recebido, faz com que este tipo de maquinaria possa ter vantagens de aceitação no mercado, principalmente, após a utilização de peças mais avançadas que pode ter ocorrido com a importação patrocinada pela valorização da moeda, diminuindo custos e até mesmo ganhando competitividade, já que são classificados como setores ótimos, ou seja, com ganho de competitividade e demanda crescente.

Já outra maquinaria que não é intensiva em tecnologia e que mostra vantagens em preços e na acumulação do conhecimento no aprimoramento do produto é a maquinaria agrícola, exceto tratores, que tiveram seus valores de exportação, em 1994 e 1998, em US\$ 126 milhões para US\$ 223 milhões, respectivamente, classificados como setores ótimos nas exportações. (Ver anexo 4 e 5, p. 124, 128)

Outro setor com média-tecnologia e que é classificado como de oportunidades perdidas é o setor de maquinaria de indústria alimentícia, em que as exportações em 1994 e 1998 tiveram, respectivamente, seus valores em US\$ 36 milhões para US\$ 28 milhões. (Ver anexo 4 e 5, p. 124, 128)

Desta forma, embora tenham outros setores que tenham problemas de dinamismo no mercado, o setor de bens de capital tem conseguido se manter crescente, em que indústrias brasileiras obtêm vantagens de produtos que tem o maior dinamismo e os que possuem oportunidades perdidas podem ser exatamente aquelas que necessitam de maior incentivos ou adaptação aos requerimentos do mercado exterior.

Por último, os setores básicos, pela sua intensividade em recursos naturais, comportam-se de maneira mais complicada ao setor externo, embora possam demonstrar que o coeficiente exportado seja maior do que o de outros bens.

Por exemplo, o café e os seus substitutos (Ver anexo 4, p. 124), tiveram seus valores exportados, em 1994 e 1998, respectivamente, de US\$ 2.585 milhões e US\$ 2.605 milhões, em contrapartida da valorização da moeda.

Apesar deste comportamento, o setor é classificado como em retrocesso, o que indica que não muito mais do que apenas os preços podem fazer com que adquiram um valor exportado maior ou não nas exportações. (Ver anexo 5, p. 128)

Já outro setor que possui um comportamento é o setor de sementes para óleo – óleo soft., que possui uma maquinaria mais pesada na sua produção e mais eficientes processos de produção no processamento das sementes, fazendo com que seu valor exportado tenha aumentado, de 1994 a 1998, nos valores de US\$ 1.320 milhões para US\$ 2.177 milhões, mostrando desta forma que estes setores são classificados como ótimos nas exportações. (Ver anexo 4 e 5, p. 124, 128)

Outro produto que possui ganho de competitividade, mas que possui uma demanda decrescente, é o de frutas em conserva e processada, com seus valores em 1994 e 1998, respectivamente, nos valores de US\$ 1.071 milhões e US\$ 1.348 milhões. (Ver anexo 4 e 5, p. 124, 128)

Apesar deste resultado, este produto tem a chance ainda de ter alguma vantagem, já que ainda possui ganho de competitividade nas exportações.

Os valores apresentados mostram que embora as desvalorizações ou outras políticas tenham colaborado com as exportações, estas podem vir a ficar comprometidas se dependerem de setores que não conseguem mais enfrentar a concorrência ou a perda de demanda mundial.

Como parte do resultado das exportações dependem de setores que possam ser mais dinâmicos ou não, estes setores dependem de uma tecnologia ou do uso de maquinaria que possa reduzir custos, aumentar produtividade e melhorar os preços no mercado externo e esta melhor adaptação está muito ligada com as importações brasileiras.

A competitividade dos produtos industrializados, então, "...exige el incremento de la productividad y, por ende, la incorporación de progreso técnico." (FAJNZYLBBER, 1988, p. 13)

As importações, neste sentido, são necessárias para poder continuar estimulando a produção interna de concorrentes brasileiros, melhorar a capacitação das indústrias e aprimorar os produtos para que possam enfrentar o mercado externo e toda a concorrência.

A seguir, analisar-se-á como as importações se comportaram no Brasil, tanto em termos totais quanto em cada setor específico, para que se conheça melhor as influências que as importações efetuadas antes e depois da desvalorização da moeda no país.

4.1.2 A evolução das importações brasileiras no período de 1990 a 2000

As importações brasileiras sempre tiveram ligação com a vulnerabilidade externa, intensificando-a juntamente com a falta de divisas que era uma das causas do estrangulamento externo para aquisição destas mesmas importações.

Com o processo de substituição de importações, as importações brasileiras tiveram um afunilamento no que se refere ao tipo de bem que deveria ser importado pelo país, prática justificada pela tentativa de fazer com que as divisas adquiridas pelas exportações primárias pudessem ser dispensadas em produtos mais essenciais para o país, como bens de capital, deixando com que a produção interna de outros bens, como os bens de consumo, pudessem substituir as importações que deixariam de ser efetuadas por esta proteção do mercado.

Utilizada largamente nos anos 50, 60 e com menor frequência na década de 70 até início de 80, a substituição de importações obteve alguns êxitos no que diz respeito ao impulso inicial para a industrialização brasileira, mas de outra forma aprofundou o problema da obtenção de divisas.

O que ocorre é que à medida que bens foram sendo substituídos no país, houve a necessidade ainda mais de outros bens para serem importados, como os bens de capital, bens intermediários, o que fez, apesar de ser menor a dependência neste caso, continuar com o problema do estrangulamento externo, pelo lado da balança comercial, do país.

Passada estas décadas, iniciou-se a partir de 1990, no Brasil, a crença de que a abertura comercial e a liberalização pudessem fazer com que os problemas externos cessassem, não somente pelo país começar a exportar de maneira mais intensa e sem subsídios, que causavam certos vícios nos produtores nacionais, mas que também pudesse enfrentar incentivos pela indução da produção interna de bens de melhor qualidade, dada às importações que começam a se fazer de maneira mais aberta no país.

É daí que surge a possibilidade não só de aumentar a qualidade de produtos e melhorar a produtividade da indústria nacional, mas também a possibilidade de que haja um problema ainda maior de déficits na balança comercial, já que a falta de concorrentes nacionais mais competitivos no país pode levar ao problema da importação demasiada de bens pela insatisfação da demanda atendida pelos produtores nacionais.

Através da análise na TABELA 17, pode-se verificar como evoluiu o valor das importações a partir de 1989 até 2000:

TABELA 17 – VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS:
TOTAL GERAL

Período	Importações – (FOB)*
1989	18.265
1990	20.661
1991	21.041
1992	20.554
1993	25.256
1994	33.079
1995	49.970
1996	53.286
1997	59.842
1998	57.714
1999	49.210
2000	55.783

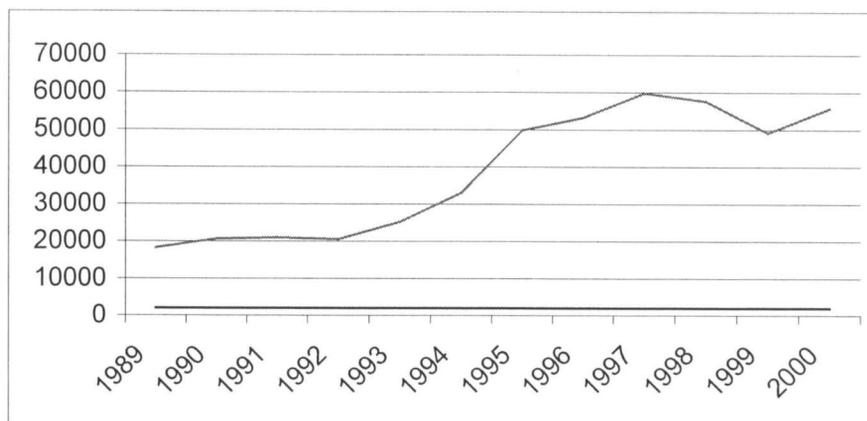
FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 7 – VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
TOTAL GERAL : 1989 - 2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

A análise da TABELA 17 mostra o reflexo de políticas adotadas no país nos períodos de maior uso da abertura comercial no país.

O valor FOB das importações brasileiras no início da década se encontra mais constante, tendo pequenas variações até o ano de 1992.

Neste período, como foi dito em relação às exportações, o contexto mundial é marcado por guerras e tensões que fazem com que o nível de comércio mundial tenha sofrido uma certa instabilidade.

No plano interno, as medidas restritivas da economia com o Plano Collor fizeram com que o nível de atividade interna no país proporcionasse uma diminuição do PIB, principalmente, no ano de 1992.

Segundo MORAES (1999, p.190), a tarifa média de importação cai de 32,2% em 1990 para 16,5% em 1993 e, com a valorização da moeda que ocorre no final deste ano, faz com que haja uma entrada muito maior de importações do que já vinha ocorrendo.

Esta redução das tarifas juntamente com a valorização cambial, começa a dar seus sinais no final de 1993, fazendo com que as importações tomem um impulso maior, crescendo cerca de 23% em relação a 1992.

Com a implantação do Plano Real e a cotação da moeda em R\$ 1,00 para US\$ 1,00, as importações elevam demasiadamente seu valor, atingindo em 1995, em relação a 1993, com a acomodação das importações a esta nova taxa, o valor de US\$ 49.970 milhões, um crescimento em torno de 98%.

O crescimento das importações, também, foi proporcionado pela elevação do PIB com o aquecimento do mercado interno, que cresceu em torno de 5,67% em 1994 e 1995, este último ano que apresentou uma taxa de crescimento no primeiro trimestre, em relação aos últimos três meses de 1994, em torno de 3,1% (LACERDA, 1999, p. 216).

Tal crescimento continuou até o ano de 1997, com o valor das exportações em US\$ 59.842 milhões, que posteriormente veio apresentar queda do seu valor, já que o comércio internacional começa a ser afetado pelas crises dos países asiáticos diminuindo, então, em 1998, o seu valor para US\$ 57.714 milhões e, com a desvalorização, em 1999, para US\$ 49.210 milhões.

A partir de 2000, houve um novo crescimento do valor das importações, em torno de US\$ 55.783 milhões, que pode ser atribuído, também, pelo efeito da desvalorização da moeda e o aumento da produção nacional com as exportações.

É importante observar que o sinal da vulnerabilidade se encontra no lado das importações e que muitas delas são resultados da melhor adaptação dos próprios produtos nacionais para enfrentar o comércio internacional, com maior competitividade e com mais competência e é exatamente esta busca de maiores resultados da produção e da exportação brasileira que pode ocasionar estes valores das importações.

Para verificar com se comportam tais importações, é necessário analisar a sua composição e que tipo de bens são intensamente importados pelo país.

4.1.2.1 Análise estrutural das importações brasileiras e sua participação na produção nacional (coeficiente de penetração)

Da mesma forma que foi realizado na seção anterior, a análise da estrutura das importações indica como se encontra a demanda do mercado nacional pelos produtos importados, tanto no que diz respeito à necessidade das importações destes bens como pelo efeito que as inovações incorporadas nestes bens tem sobre a preferência do consumo.

Apesar da política cambial causar alterações na pauta de importação nacional e contribuir ou não para as modificações que ocorrem nesta, a estrutura destas importações podem aprofundar mais a análise de seu comportamento.

Como os primeiros bens a serem analisados, os bens de consumo duráveis sempre tiveram um despeito por parte dos organizadores de políticas econômicas nos anos 50 e 60, já que não eram bem vistos pelo fato de que representavam os vazamentos de divisas no que se refere à balança comercial brasileira.

Considerados como bens supérfluos, os bens de consumo costumavam, na visão apresentada por teóricos do processo de substituição de importações, a drenar as divisas que se tornavam “improdutivas” quando eram dispensadas a estes bens e não aos bens de capital, a quem deveriam ser direcionadas, o que fez a produção interna dos bens de consumo ser estimulada.

Mesmo assim, pela própria característica da demanda brasileira, em períodos de abertura comercial, os bens de consumo duráveis puderam voltar a ter uma chance de fazer parte de maneira mais intensa na pauta de importação brasileira, já que a idéia de que os bens produzidos internamente possuem atrasos tecnológicos e com poucas inovações levava a acreditar que não pudessem manter, após a abertura comercial, um lugar cativo no mercado interno.

Através, então, da análise da TABELA 18, pode-se observar melhor como os bens de consumo duráveis se movimentam no período de abertura comercial:

TABELA 18 – VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO
DURÁVEIS

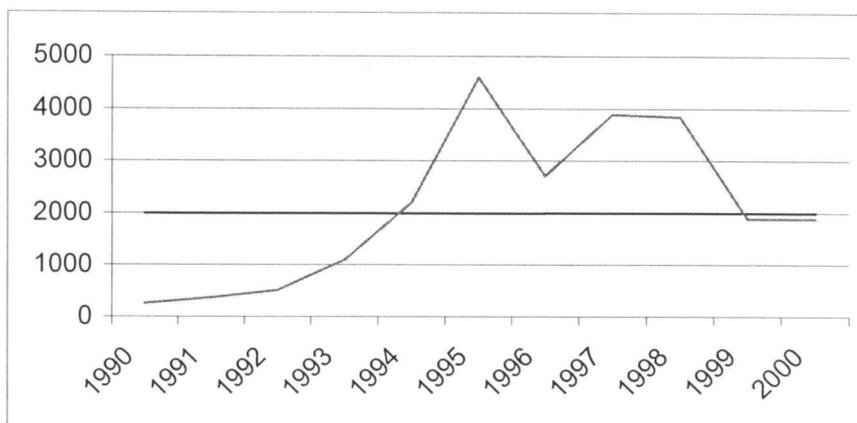
Período	Importações – bens de consumo duráveis – (FOB)*
1990	257
1991	369
1992	508
1993	1.098
1994	2.208
1995	4.602
1996	2.710
1997	3.895
1998	3.842
1999	1.888
2000	1.886

FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 8 - VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS:
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS: 1990-2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

Nota-se na TABELA 18 que as importações, logo depois da abertura comercial e das políticas adotadas internamente, como a queda de tarifas de importação, foram afetadas por estas práticas, apresentando um crescimento entre 1990 e 1991 de 43,58%, embora seus valores ainda encontrassem baixos.

Depois, em 1992, com as desvalorizações que ocorreram neste ano, as importações tiveram seu ritmo de crescimento um pouco mais lento, mas que após as valorizações que ocorreram em 1993, o crescimento das importações em relação ao ano de 1992 foram de 116,14%.

A entrada em vigor do plano Real proporcionou uma continuidade do crescimento das importações de bens de consumo duráveis, que em 1995, quando há a acomodação da balança comercial às valorizações cambiais de 1994, cresce, em relação a este ano, em 108,42%.

O valor das importações cai em 1996 com a queda do PIB do país, com pequena recuperação até 1998, quando do surgimento da crise mundial que diminui os fluxos de comércio internacional.

A partir de 1999, com a desvalorização do Real e com a mudança do regime cambial, as importações sofrem uma queda de 50,85% em relação a 1998, caindo mais um pouco em 2000.

Percebe-se que as variações no crescimento dos valores de importação dos bens de consumo duráveis oscilam de maneira contundente.

Os bens de consumo duráveis, nos períodos analisados, acabam mostrando novamente a característica destes bens de acordo com a elasticidade que possuem frente às mudanças de preços, aqui representadas pela taxa de câmbio.

Por outro lado, pode-se mostrar que quando da desvalorização do Real, a importação destes bens caiu pela metade, o que pode indicar que em alguns setores o mercado interno pode estar sendo abastecido por uma produção interna que teve que se adaptar às novas condições de estruturação para enfrentar a concorrência.

Fato é que a valorização da moeda contribuiu e muito para as importações destes bens, cujo efeito sobre a demanda interna está envolvido com a inovação dos mercados com a entrada de novos tipos de produtos, fazendo com que as oscilações fossem fortemente indutoras da condição destas importações.

O que pode estar acontecendo ao assistir a estas evoluções é que o país pode estar mais bem preparado para atender a demanda interna destes tipos de bens, já que a possível substituição das importações destes produtos pode estar mitigando os resultados das importações brasileiras, diferindo, desta forma, com as evoluções das importações dos bens de consumo não-duráveis.

A TABELA 19 pode dizer mais a respeito das evoluções das importações de bens de consumo não-duráveis:

TABELA 19 – VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CONSUMO NÃO
DURÁVEIS

Período	Importações – bens de consumo não duráveis – (FOB)*
1990	1.598
1991	1.804
1992	1.185
1993	1.586
1994	2.683
1995	5.268
1996	5.627
1997	6.028
1998	6.201
1999	4.579
2000	4.136

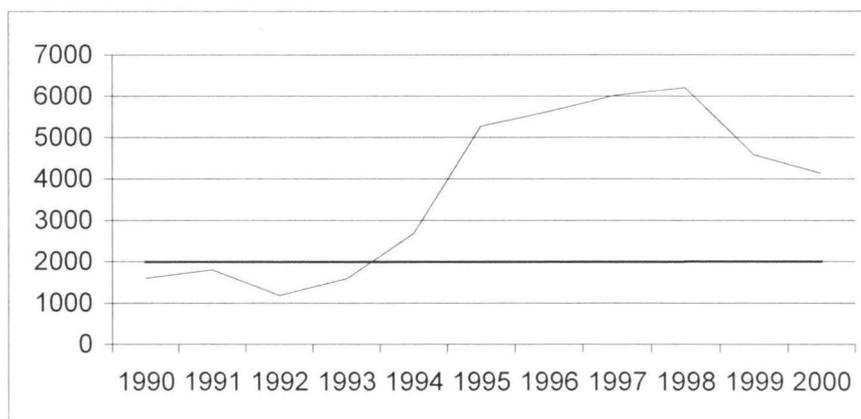
FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 9 – VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS:
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS:
1990-2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

Pode-se verificar através da tabela, logo de início, que os bens de consumo não-duráveis possuem uma parcela maior de seu valor nas importações brasileiras, sinalizando uma dependência maior de certos artefatos na produção e consumo nacional.

No início da década, os valores da importação destes bens não aumentam muito com a abertura comercial a não ser em 1991, quando houve uma razoável elevação.

Com as desvalorizações que ocorrem já no ano de 1992, vindas pela não consecução dos objetivos do Plano Collor, as importações retraem um pouco seus valores em 34,31% em relação ao ano anterior.

Já no ano de 1993, os valores das importações começam a refletir a valorização da moeda, durando até o ano de 1994, onde se faz sentir das valorizações que ocorrem no ano anterior.

A implantação do Plano Real fez com que as importações passassem, de 1994 a 1995, respectivamente, a valores de US\$ 2.683 milhões para US\$ 5.268 milhões, salto este que se fez, principalmente, pelas melhores condições de preços dos produtos importados.

Embora o país entrasse em recessão, isto não impediu que as importações destes bens continuassem a crescer, mesmo que esta se desse em ritmos mais lentos, como de 1996 para 1997, em que o valor importado dos bens de consumo não-duráveis cresce em 7,13% e em 1998, em relação ao ano anterior, chegava a 2,87%.

Com a crise externa e com a mudança do regime cambial, nota-se uma queda substancial no valor das importações, atingindo em 1999 o valor de US\$ 4.579 milhões, uma queda, em relação a 1998, de 26,16%.

A partir daí, nova queda ocorre em 2000, com uma acomodação melhor das importações ao novo cenário que se instaura na economia brasileira.

Verifica-se na análise dos bens de consumo não-duráveis a sua resistência em relação a certos condicionamentos tanto do mercado como das políticas adotadas.

As variações que se registraram encontram-se distantes daquelas que se observou no valor das importações de bens de consumo duráveis.

Isto pode indicar que os bens de consumo não-duráveis encontram um mercado ativo dentro da demanda interna e que a dependência em relação a este setor faz-se sentir pela sua regularidade nas variações frente a mudanças das políticas econômicas.

Com a desvalorização cambial em 1999, mostrou-se que a importação destes bens pode ser inibida com mais facilidade com a produção interna de alguns deles, tendo em vista que ainda sobra uma margem elevada para a produção interna destes bens, desde que os mesmos possam adquirir características competitivas com os importados, pois ainda há esta distância entre os bens nacionais e importados.

De acordo com o estudo elaborado pelo IEDI (2002a, p. 6), sobre a sensibilidade de alguns setores em relação às mudanças da política cambial, mostrou que alguns produtos como Couros e Peles, Bebidas e Farmacêutica, dentre os enumerados, são insensíveis à mudança do regime cambial.

Desta forma, as importações podem não conseguir ainda um melhor resultado em termos de queda pelo fato de que os setores produtivos e a demanda estarem muito dependentes do mercado externo.

Complementando as análises feitas até o momento, segue-se com a verificação dos bens de capital, que como se sabe de outras seções, foram o foco de atenção de políticas adotadas em diversos momentos no país.

Por serem bens de extrema necessidade para a produção interna, eles podem causar uma série de transtornos à balança comercial, não somente por serem bens que são necessários à produção nacional, mas também por absorver um conteúdo tecnológico maior em certos setores que se modifica em um curto prazo de tempo, tornando-se difícil a competição da produção interna com a importação destes bens, fazendo com que se dê continuidade na dependência da importação dos mesmos.

Na mesma medida, a produção interna de bens de capital pode alavancar a produção em outros setores da economia, como de peças, acessórios, de pesquisa, além do que também pode melhorar as exportações brasileiras pela sua estabilidade, como já foi visto no estudo sobre as exportações de bens de capital.

Na TABELA 20, pode-se analisar melhor a evolução do valor das importações de bens de capital no país:

TABELA 20 – VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR CATEGORIA DE USO: BENS DE CAPITAL

Período	Importações – bens de capital – (FOB)*
1990	2.917
1991	3.202
1992	3.340
1993	3.867
1994	5.377
1995	8.846
1996	10.288
1997	12.807
1998	12.476
1999	10.098
2000	9.678

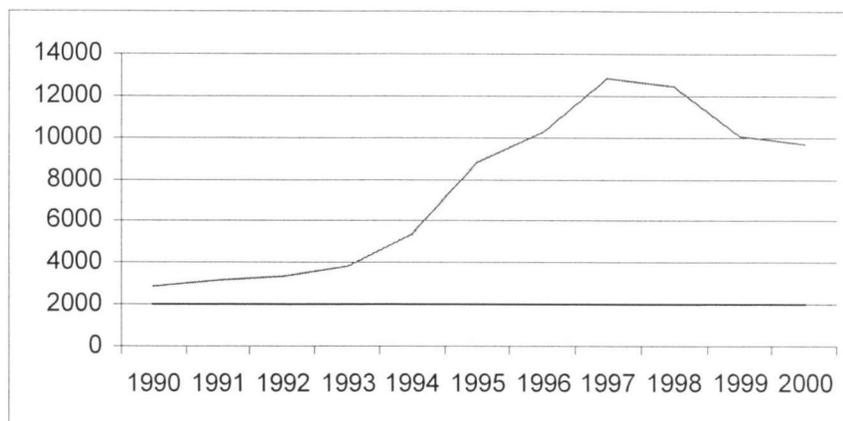
FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<http://www.ipeadata.gov.br>

* Valores em US\$ milhões.

GRÁFICO 10 – VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL: 1990 - 2000



FONTE: FUNCEX

NOTA: Extraído da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

Os bens de capital, em valor, têm suas importações maiores do que as de outros bens já analisados, indicando, de qualquer maneira, que a dependência das importações destes bens se faz muito maior.

As variações de seus valores não se dão de maneira muito alta já no início da década, mas mesmo em períodos de desvalorização cambial, no ano de 1992, não foi suficiente para inibir as importações, embora suas taxas de crescimento, em relação ao ano de 1991, tenham sido de 4,31%, diferentemente do ano de 1991 em relação a 1990, que se registrou um aumento do valor de 9,77%.

Nota-se, também, que o período de crise mundial pareceu não afetar muito as importações, mantendo-se àquelas taxas mesmo com a instabilidade mundial.

Novamente, com a valorização em 1993, o crescimento do valor importado dos bens de capital se elevou e em 1994, o valor exportado se eleva, em relação ao ano anterior, em 39,05%.

A queda do Plano Collor e a entrada em vigor do Plano Real intensificou ainda mais as importações de bens de capital, tanto pelo efeito e as novas oportunidades de investimento, que se deram com privatizações e com a possibilidade de modificar a produção nacional de maneira mais competitiva, principalmente, na produção de bens de consumo duráveis, como pelos efeitos da política cambial adotada no país.

Este efeito da valorização de 1994 se deu, como em outros bens, em 1995, quando o valor das importações tem um crescimento de 64,52%, em relação ao ano anterior.

O valor importado continua a crescer até 1997, quando o início da crise mundial começa a se mostrar com o início da queda da importação, causada pelo desaquecimento e do ambiente recessivo da economia, levando a uma queda na produção industrial, proporcionada até por políticas restritivas para desaquecer a economia para conter a inflação.

Verifica-se que mesmo havendo todos estes agravamentos na política econômica, isto não foi suficiente para reduzir de maneira contundente o valor das importações, que teve uma queda, em 1998, de 2,58%, em relação ao ano anterior.

A desvalorização cambial em 1999 conseguiu reduzir o valor das importações em US\$ 10.098 milhões e em 2000, o valor chega a US\$ 9.678 milhões, uma redução de 4,16%.

Nota-se, desta maneira, que a redução das importações foi muito mais intensa em outros setores do que no de bens de capital, quando das políticas e das crises que o país atravessou nestes anos.

Esta é a característica importante dos bens de capital, a de que embora se passem por crises ou qualquer outro tipo de contratempo que possa fazer com que seu uso não seja intenso, eles sempre encontraram maneiras de enfrenta-las porque são importantes na cadeia produtiva de qualquer país.

Pode ser demonstrado isto pela própria exportação brasileira destes bens, que se manteve em elevação durante praticamente toda a década.

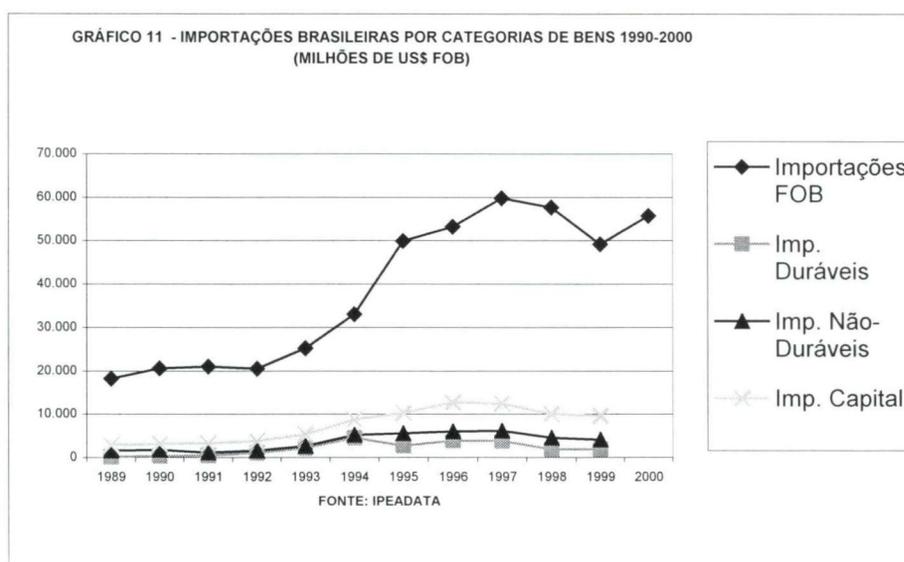
Da mesma forma que a exportação brasileira consegue manter este dinamismo, os produtos dos quais o país é dependente também consegue este mesmo dinamismo, só que de maneira melhor do que os dos produtos nacionais.

É a descoberta dos setores que mais necessitam de bens de capital importados é que pode direcionar a uma possível substituição das importações, sem ter em vista qualquer protecionismo, já que são as importações que induzem a melhor adaptação dos produtos nacionais ao mercado externo.

Desta forma, a indústria não somente poderia se adaptar e se tornar mais forte diante das importações como também pode fazer com que a inovação tecnológica possa elevar mais ainda a capacidade de outros setores na economia, dependentes ou não do setor externo, já que todas estas medidas podem levar a uma melhor situação interna do país.

Depois de visto todos estes comportamentos, é interessante notar as modificações dos valores destas importações para cada um dos tipos de bens e os valores das importações gerais, para que se possa ter uma idéia melhor da relação entre o comportamento dos tipos de bens e da importação geral, a fim de que se possa verificar qual dos bens possivelmente pode estar contribuindo para as modificações nas importações totais.

Uma melhor visualização dos diferentes tipos de bens e seus movimentos pode ser vista através da união dos gráficos estudados que indicam os valores das exportações de cada um destes bens, como mostrado a seguir:



Ao verificar o conjunto de gráficos dos tipos de bens com o valor total das importações brasileiras, pode-se chegar a idéia de que alguns tipos de bens mantêm um percurso semelhante ao valor total das importações.

A começar pelos bens de consumo duráveis, novamente, percebe-se que estes bens têm uma variação um pouco mais intensa e diferente do valor das importações, como foi visto no caso das exportações destes bens do período.

Os diversos picos que ocorrem no gráfico mostra que estes bens são, também, vulneráveis às condições externas e internas da economia, como por exemplo, os incentivos que a política cambial ou a situação do mercado internacional proporcionam a variações dos valores importados.

Esta variação não somente indica a vulnerabilidade como também a maior facilidade de bens de consumo estarem sendo substituídos, já que as sucessivas variações e a queda do valor importado em meados de 1999, indicam que a substituição parece estar mais iminente na produção nacional.

Tendências mais semelhantes ao valor total de importação são encontradas em bens de consumo não duráveis e bens de capital, mostrando que estes bens podem ser os maiores responsáveis pelas modificações que são encontradas no valor total importado da economia brasileira.

Os bens de consumo não-duráveis apresentam uma trajetória crescente e estável na maioria dos anos analisados, apesar de que a mudança de regime cambial ter derrubado o valor importado destes bens, mas não de maneira tão intensa como as que ocorrem com os bens de consumo duráveis.

Da mesma forma, os bens de capital têm uma tendência crescente, só que de maneira ainda maior do que o valor total das importações brasileiras, apesar de que embora a dependência da economia brasileira deste setor seja elevada, a mudança do regime cambial conseguiu o mesmo efeito de redução do valor importado semelhante ao que ocorreu no valor total das importações brasileiras.

Tudo isto indica que os bens de consumo não-duráveis e os bens de capital são os maiores responsáveis pelo tipo de comportamento do valor total importado, da mesma forma que são os indicadores do que ainda se pode fazer no que diz respeito a uma produção substitutiva na produção nacional, a fim de atender o mercado interno.

Para que se possa verificar o que acontece com a produção nacional e suas relações com o mercado externo e, com isto, verificar não só a dependência como os possíveis pontos para uma política substituição de importações, pode-se ter uma idéia de como se encontra as importações nacionais em relação à sua produção interna através da relação que se denomina coeficiente de penetração.

Em estudo elaborado por Maurício Mesquita Moreira, intitulado “A Indústria Brasileira nos Anos 90: O que já se Pode Dizer?”, foi elaborada uma tabela contendo os coeficientes de importações (relação importações/produção), como pode ser visto na TABELA 21.

Tem-se aqui a TABELA 21, com os valores dos coeficientes de importação somente para os bens de consumo durável, não-durável e de capital:

TABELA 21 – COEFICIENTE DE PENETRAÇÃO: IMPORTAÇÃO/PRODUÇÃO (%)

Categorias de uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Duráveis	7,4	8,9	12,3	10,1	11,2	12,2	17,5	19,5	26,6	29,3
Não-Duráveis	2,5	2,8	3,8	3,1	3,4	4,2	7,0	6,7	7,7	7,9
Capital	11,9	19,8	33,3	26,8	27,2	33,2	54,0	71,5	94,0	100,3

FONTE: elaboração de MOREIRA, M. M.

NOTA: Extraído do texto "A indústria Brasileira nos Anos 90: O que já se Pode Dizer?"

em http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_09.pdf

A tabela original foi modificada, só sendo apresentados para este estudo os valores para bens de consumo duráveis, não-duráveis e de capital.

Para todos os outros bens não citados, consultar a texto do autor referenciado.

Pode-se notar que os bens de consumo duráveis tiveram seus coeficientes em uma certa evolução à medida que desenvolve o processo de abertura e aos diferentes tipos de políticas adotadas no país.

O coeficiente se elevou até 1991, havendo uma pequena queda de 1992, elevando-se a partir de 1993 até 1994 cujo este último possui o valor deste coeficiente semelhante ao do próprio ano de 1991.

A partir de 1994, o coeficiente cresce, seguindo até mesmo quando das crises que vinham acontecendo em 1997.

O que é mais interessante notar que mesmo que os coeficientes destes bens possam estar crescendo, de certa forma, de maneira contínua, os valores de importação deles tem trajetória diferente, com saltos e quedas à medida que se desenrolam medidas de política cambial e as crises externas.

A partir de 1996 e, se manifestando com mais intensidade em 1997, a produção do país, juntamente com seu PIB, começou a ter resultados menos expressivos, diminuindo a produção interna, como pode ser visto na análise sobre o valor das importações de bens de consumo duráveis, cujo teve uma queda de 1995 para 1996, recuperando-se um pouco em 1997 e 1998, caindo novamente em 1999.

A diminuição, então, da produção e o pequeno aumento das importações em 1997 e 1998 pode levar àqueles resultados do coeficiente de penetração indicado na tabela 21.

O que estes coeficientes podem estar indicando é que até o ano de 1998, o estímulo cambial continuou fornecendo oportunidades de importar produtos de melhor qualidade e para diversificar o mercado interno relativamente à produção nacional, cuja produção pode ter diminuído no período por não conseguir resistir às crises pelas quais passava o país.

Além disso, o valor importado aumenta, já que os problemas de recessão mundial pode ter elevado os preços de importação de tais produtos no período.

Para os bens de consumo não-duráveis, os coeficientes de importação não apresentam variações muito significativas, da mesma forma visualizada com o valor das importações destes bens, embora no período de 1994 a 1998 assiste-se a uma grande elevação do valor das importações, que começam a crescer de maneira mais suave a partir em meados de 1996.

O que estes coeficientes parecem indicar é que a produção nacional destes tipos de bens é crescente e o valor que se importa destes bens, embora se tenha visto que é elevado, não chegam a 10% da produção nacional.

Contrariamente, os bens de capital possuem não só um crescimento de seus coeficientes, com exceção de 1992, como no seu valor importado até 1998.

Interessante é notar que à medida que evoluindo as práticas de abertura comercial e políticas, o valor de importação foi sempre crescente em relação à produção nacional, que chega em 1998 com uma relação indicando que o tanto que se produz é o mesmo que é importado.

Como já foi dito, os bens de capital se tornam extremamente necessários quando da busca a uma melhor produção interna e mais competitiva e esta necessidade acaba sendo atendida por uma maior importação de bens de capital que pode proporcionar esta melhor adequação dos produtos.

4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS (IDE) NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

O ambiente de abertura comercial do início da década de 90 foi propício para que se visualizasse uma disputa pelo melhoramento e qualificação dos produtos nacionais frente aos novos produtos importados, que se direcionavam para complementar o mercado interno brasileiro.

As idéias de desestatização, privatizações e abertura comercial, disseminadas na sociedade brasileira através do ideário neoliberal, fizeram com que se alternasse a visão sobre os papéis das grandes empresas e as estatais brasileiras no novo tipo de condicionamento que tanto o mercado externo, através de melhores oportunidades de demanda para os produtos nacionais, como o mercado interno, dada pela concorrência com os produtos importados, tinham que se adaptar para que pudesse atendê-los.

Com o Plano Collor as políticas de abertura comercial e a queda de tarifas de importação e de subsídios à exportação e as políticas de desestatização através do Programa Nacional de Desestatização (PND), modificaram o quadro da produção nacional do país, com a entrada de novas empresas multinacionais, aquisição de filiais e até mesmo a privatização de algumas estatais.

À medida que a abertura comercial começou a se completar, principalmente, com a implantação do Plano Real em 1994, novas aquisições e nova reestruturação da produção industrial foi realizada, levando a uma onda de privatizações e aquisições de empresas nacionais ou a instalação de empresas pelo investimento estrangeiro.

Toda aquela reestruturação citada em seções anteriores ensejou a busca de uma maior competitividade e aperfeiçoamento de técnicas de produção que muitas vezes não se encontravam no país e que, desta forma, não conseguiriam fazer frente aos produtos importados.

Surgem estratégias de *mei*noramento das plantas industriais, de modificações no fluxo de comércio das grandes empresas para que melhor pudessem concorrer com os produtos importados, pois “Em contraste com décadas anteriores, quando a instalação de filiais ou a expansão de plantas existentes constituíam a forma usual de conquista de mercados, as aquisições de empresas constituem, na década de 1990, o principal instrumento de expansão de market share global das transnacionais no Brasil.” (MIRANDA, 2001, p. 24)

De outra forma, os programas de desestatização e de privatização se encontravam na idéia do melhor aproveitamento dos recursos provenientes destes setores estatizados, a fim de que se mudasse a lógica empresarial destas empresas, voltando-se para o ganho de competitividade e a busca do melhoramento de serviços, como foi o caso de telecomunicações e energia elétrica.

Não somente isto, mas as privatizações "...atraíram vastos fluxos de investimento externo direto para o Brasil, o que ajudou a financiar o elevado déficit em conta corrente do país." (PINHEIRO, GIAMBIAGI, MOREIRA, 2001, p. 12)

De outro lado, também, em relação aos problemas do déficit em conta corrente que ocorria no país quando da valorização da moeda com o Plano Real, aquele "...seria financiado majoritariamente por investimentos diretos do exterior, o que garantiria estabilidade à estratégia escolhida, mormente considerando-se a magnitude dos ativos estatais privatizáveis." (MIRANDA, 2001, p. 10)

É por isto que, com todas estas modificações que ocorrem na produção industrial de empresas estrangeiras, tanto aquelas que são filiais ou que vieram junto com o processo de privatização, torna-se importante analisar a participação destas empresas na exportação e importação brasileiras, até mesmo porquê as empresas estrangeiras "...ejercen el liderazgo en una amplia gama de sectores, particularmente en los que definen el perfil de crecimiento industrial." (FAJNZYLBER, 1983, p. 311)

Tal objetivo é buscado porque muitas destas empresas têm características diferentes das nacionais e se envolvem com o mercado internacional de maneira peculiar, afetando a balança comercial e conduzindo a uma perda ou ganho de mercados exteriores que podem favorecer a balança comercial.

É esta peculiaridade envolvendo o estudo das relações das empresas com o mercado externo é que vai poder mostrar qual tipo de empresa, a de capital nacional ou estrangeiro, está mais vulnerável ao mercado externo e, por isto, a que pode afetar a balança comercial, de acordo com o peso destas empresas na balança comercial.

Através do estudo do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), intitulado "Grandes Empresas Industriais Nacionais e Estrangeiras: Participação no Comércio Exterior Brasileiro" (2002b), cujo relaciona 165 empresas divididas em 80 nacionais e 85 estrangeiras e suas participações no fluxo de comércio do país, tem-se como se comportam tais empresas diante das sucessivas mudanças a política econômica no país.

Com a utilização de tal estudo, pode-se chegar à TABELA 22 que mostra a taxa média anual de crescimento das exportações e das importações, por origem de capital:

TABELA 22 – TAXA ANUAL MÉDIA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES, POR ORIGEM DE CAPITAL - EM %*

	Período	Nacionais	Estrangeiras
Exportações	1989-1997	5,6	8,8
	1997-2000	7,1	(2,8)
	1989-2000	6,0	5,5
Importações	1989-1997	6,0	23,2
	1997-2000	3,9	(12,3)
	1989-2000	5,4	12,3

FONTE: Baseado no estudo do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)

NOTA: Extraído do texto "Grandes Empresas Industriais Nacionais e Estrangeiras: Participação no Comércio Exterior Brasileiro" em

http://www.iedi.org.br/admin/pdf/gde_empresas.pdf

* Para este estudo, não se considerou os valores totais.

Ao analisar a TABELA 22, percebe-se que no período de 1989 a 1997, as exportações das empresas de capital estrangeiro cresceram a taxas de 8,8% ao ano, enquanto para o mesmo período as importações das empresas de capital estrangeiro cresceram a taxas de 23,2% ao ano.

Indica-se por estes valores o desequilíbrio das contas do comércio internacional dentro das empresas estrangeiras no período de início e o maior alcance da abertura comercial, de 1990 a 1993 e no período de valorização da moeda, de 1994 a 1997, abrangendo o auge do Plano Real.

As empresas estrangeiras viram-se responsáveis pela reestruturação dos seus respectivos setores, as privatizações e pelos incentivos fiscais e cambiais para a importação de produtos e insumos patrocinados pela nova ordem política e econômica do país.

No que diz respeito ao período de 1997 a 2000 pode-se verificar que as exportações de empresas estrangeiras diminuíram em 2,8%, mas houve uma diminuição ainda maior das importações, que chegou a taxa de 12,3% ao ano.

O que ocorre é que as crises de 1997 causaram uma espera para que se pudesse tornar confiante o quadro do comércio internacional e, desta forma, tornar a participar dele, como também a estabilidade do quadro interno do país frente à crise.

Comparativamente, nota-se que os resultados apresentados pelas empresas de capital nacional são mais estáveis e com uma melhor recuperação quando dos períodos de crise ou de modificação das políticas cambiais.

Apesar de que entre 1989 e 1997 as exportações fossem um pouco menores do que as importações, tendo para as exportações e importações o crescimento em 5,6% e 6,0% ao ano, respectivamente, entre 1997 a 2000 conseguem ter uma recuperação muito mais rápida do que as empresas de capital estrangeiro, já que os melhores resultados vem de um aumento da exportação e não de uma maior redução das importações.

No período de 1997 a 2000, o crescimento das exportações foi de 7,1% ao ano, enquanto os das importações foi de 3,9% ao ano, indicando, por isto, uma maior resistência destas empresas aos problemas externos, até mesmo porque esta empresa nacional já se encontra envolvida com o mercado externo aproveitando-se de todas as suas vantagens, além do que a dependência do mercado exterior em relação aos insumos e outros mecanismos que envolvem o processo de produção, em algumas empresas, é menor.

Não somente isto, mas alguns produtos na pauta de exportação brasileira possuem um maior valor, apesar de não estar em porcentagens elevadas como proporção da pauta exportadora, como é o caso do setor aeronáutico.

Da mesma forma, com a mudança do regime cambial, as importações foram intensamente reduzidas, o que pode estar indicando que as empresas estrangeiras conseguiram se adaptar ao mercado interno sem muita dependência ao mercado externo podendo substituir algumas importações pela produção nacional.

Isto pode ser visto melhor na TABELA 23, onde se encontram os coeficientes de exportação e importação das empresas estrangeiras:

TABELA 23 – COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO 1989, 1997 E 2000 - EM %*

	Exportação			Importação		
	1989	1997	2000	1989	1997	2000
Nacionais	12,9	17,6	19,2	5,2	7,0	7,8
Estrangeiras	13,1	15,1	17,5	5,2	13,2	13,3

FONTE: Baseado no estudo do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)

NOTA: Extraído do texto "Grandes Empresas industriais Nacionais e Estrangeiras: Participação no Comércio Exterior Brasileiro" em http://www.iedi.org.br/admin/pdf/gde_empresas.pdf

*Para o estudo em questão, não foram considerado os valores totais

Observa-se na TABELA 23 que o valor exportado relativamente a vendas da produção nacional das indústrias estrangeiras esteve crescente tanto no início da abertura, na década de 1990, quanto no período da desvalorização cambial.

Apesar de ter crescido, de 1997 de 15,1% para 17,5% em 2000, as exportações destas empresas, como já foi visto, tiveram seus valores negativos no mesmo período.

O que ocorreu foi que as exportações, embora tivessem seus valores a taxas negativas, a participação das exportações relativamente a produção nacional se eleva, tanto por uma reorientação ao mercado externo, como pela dificuldade que se deu para a produção nacional, dado pela retração da demanda interna e dificuldade das empresas em termos financeiros, como a elevada taxa de juros e as instabilidades na contratação de recursos pela crise do mercado financeiro.

As empresas estrangeiras recuperaram seus resultados em 2000, tanto em valor como no resultado do coeficiente, mostrando que a mudança do regime cambial influenciou melhores resultados para empresas estrangeiras, conseguindo se tornar mais dinâmicas e estarem mais estáveis diante do novo cenário da economia do país.

Do lado das importações, o seu coeficiente se mantém estável tanto em 1997 como em 2000, embora a taxa de crescimento das importações tenha diminuído seu valor em todo o período entre 1997 e 2000.

Comparativamente, apesar de o coeficiente de exportação no começo ser maior nas empresas de capitais estrangeiros no que nas de capital nacional, estas últimas elevam suas taxas em 1997 em 4,7 pontos percentuais e de 2000 a 1997 eleva-se em 1,6 pontos percentuais, mas assim mesmo consegue se manter acima das empresas de capital estrangeiro.

No caso das importações, mesmo 1989 as empresas de capital nacional tinham mesmas taxas das de capital estrangeiro, mas que após a efetivação da abertura comercial e da valorização cambial, os coeficientes de importação das empresas nacionais se encontrassem abaixo das empresas de capital estrangeiro, tendo em 1997 e 2000, respectivamente, as taxas de 7,0% e 7,8%.

Apesar de que em relação às taxas de crescimento as das empresas de capital nacional terem sido um pouco mais elevada do que das empresas de capital estrangeiro no período de 1997 e 2000, isto indica que a produção das empresas nacionais poderia estar se recuperando mais rapidamente do que as de capital estrangeiro, principalmente, quando se envolve ao mercado interno.

Até mesmo pelo fato de os bens que são produzidos por estas empresas se envolverem com processos de produção não tão complexos como da maioria das empresas de capital estrangeiro e, por isto, conseguir uma resposta mais rápida aos estímulos de uma demanda mais aquecida, tanto do mercado interno como no mercado externo.

Embora no período de queda da atividade econômica em 1997, a saída para as exportações como alternativa para as vendas internas das empresas de capital estrangeiro manteve os coeficientes de importação cerca de 13% até 2000.

Neste caso, a queda da produção das empresas estrangeiras e a recessão, juntamente com o valor importado, puderam tornar constante a parcela de importações, mesmo que em 2000 houvesse tido uma propensão a exportar maior e, com isto, estímulos maiores a produzir, já que deste fato surge a necessidade de importações de certos produtos para a produção.

Tal estabilidade em 2000 pode indicar que alguns produtos mais essenciais à produção como bens de capital e de certos bens intermediários e até mesmo alguns bens de consumo vindos do mercado internacional, não conseguiram deixar de serem utilizados pelas empresas estrangeiras, devido ao fato de que estas normalmente se encontram em setores que utilizam uma dotação maior de tecnologia em seus produtos.

Podem ser verificados estes problemas em alguns setores envolvidos tanto com o processo de privatização quando pelo processo de reestruturação de empresas que já se encontravam no país e que são de capital estrangeiro.

Por exemplo, os dados gerais em relação ao setor de materiais e aparelhos eletrônicos e de telecomunicação em 1989 o coeficiente de importação/produção foi de 12,6%, elevando-se em 1994 para 47,4% e em 1998 para 160,7% (BNDES, 1999, p. 304).

Este setor é tradicional no que diz respeito às privatizações, que não só passaram por uma reestruturação no sistema de transmissão, distribuição e manutenção de serviços telefônicos, como se basearam, quando da abertura de licitações para várias empresas concorrerem umas com as outras em suas regiões de atuação dentro do país, na implantação de novos produtos no mercado, inovando sua linha de aparelhos e serviços em prazos curtos de tempo.

Parte dos insumos para a fabricação dos produtos de telecomunicação são importados, o que faz com que a necessidade e a demanda interna por tais produtos mantivessem as importações elevadas deste setor, mesmo a produção de produtos nacionais, em que a utilização de insumos mais sofisticados elevam a importação dos mesmos.

Com relação às empresas estrangeiras, os coeficientes de importação de material eletrônico e equipamentos de telecomunicação em 1989 eram de 6,8%, passando para 41,9% em 1997 e 34,3% em 2000, resultados esperados pela mudança do regime cambial em 1999, desestimulando a importação de alguns produtos, embora ainda se mantivesse elevado (IEDI, 2002b, p. 31).

A mudança cambial também melhorou os resultados daquelas empresas, já que o coeficiente de exportação se elevou de 2,2% em 1997 para 9,9% em 2000 (IEDI, 2002b, p.31), mas que mesmo assim verifica-se que ainda há um grande déficit das empresas neste setor, em que as importações ainda se encontram em patamar superior ao das exportações.

Como se pode verificar, é um setor que envolve uma alta tecnologia e que por isto, a necessidade de inovações são maiores, até mesmo para garantir uma competitividade maior por parte destas empresas.

Contrariamente, algumas empresas de produção de alimentos obtêm coeficientes de importação menores que os de exportação, como em 1997, em que o coeficiente de importação era de 5% e em 2000 era de 5,6%, enquanto os coeficientes de exportação eram de 5,4% em 1997 e 7,2% em 2000, considerando as de capital estrangeiro. (IEDI, 2002b, p. 31)

Apesar de ser um setor dependente de recursos naturais, a modernização de empresas faz com que o melhoramento de seus produtos e derivados consigam um melhor mercado, até mesmo porque muitas empresas estrangeiras mantêm uma elevada participação de equipamentos nacionais em sua produção.

Esta participação pode não fazê-la tão dependente do mercado externo no sentido das importações, mas ainda assim não obtêm grandes taxas de exportação.

A satisfação do mercado interno já ocorre de maneira maior no caso do setor automobilístico, cujo coeficiente de exportação das empresas estrangeiras foram de 21,8% em 1997 e 25,5% em 2000 e os coeficientes de importação em 1997 foi de 14,2% e em 2000 foi de 16,7%, conseguindo atender o mercado interno e o externo, fazendo-se das importações para diversificar suas vendas internas (IEDI, 2002b, p. 31).

4.3 RESULTADO DA BALANÇA COMERCIAL E A SITUAÇÃO DO ESTRANGULAMENTO EXTERNO, NA PERSPECTIVA DA BALANÇA COMERCIAL, DE 1990 A 2000.

Depois de ter sido analisado passo a passo os dois principais componentes da balança comercial, exportações e importações, juntamente com a influência do resultado desta combinação para as empresas estrangeiras que se encontram no país, tanto aquelas que participam do processo de abertura comercial como aquelas que estão envolvidas com a privatização, dar-se-á o início da análise do resultado de todas estas operações de exportações e importações do país.

A análise do resultado da balança comercial poderá dizer sobre os problemas do estrangulamento externo na perspectiva da balança comercial e o valor que este estrangulamento externo adquiriu em todo o período de 1990 e 2000, mostrando como se desenvolveu esta dificuldade de saldar as dívidas do país em tal período.

Desta maneira, os problemas do estrangulamento externo podem levar ao país a uma persistência da dívida externa, já que saldos negativos da balança comercial levam a uma necessidade de divisas para que se cubram os déficits e, com isto, qualquer valor recebido com as exportações acaba não sendo direcionado para a promoção ainda maior destas exportações.

Através da análise da TABELA 24, pode-se verificar o resultado da balança comercial de 1990 a 2000:

TABELA 24 – RESULTADO DA BALANÇA COMERCIAL DE 1990 A 2000 – VALOR FOB

Período	Resultado da balança comercial – US\$ milhões
1989	16.118
1990	10.753
1991	10.579
1992	15.239
1993	13.299
1994	10.466
1995	-3.464
1996	-5.539
1997	-6.856
1998	-6.594
1999	-1.199
2000	-697

FONTE: FUNCEX

NOTA: Elaborado a partir da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
<http://www.ipeadata.gov.br>

Diante dos resultados apresentados na TABELA 24, pode-se comprovar o que foi visto até o momento em relação às exportações e importações.

Pelos resultados da balança comercial, nota-se que os aumentos do resultado deram-se principalmente em anos que as mudanças da política cambial conseguiram promover um melhoramento das exportações e uma diminuição das importações e, conseqüentemente, resultando em melhoras no saldo da balança comercial do país.

Em anos como os de 1992, de 1999 e de 2000, como já foi visto, foram marcados por desvalorizações cambiais que conseguiram modificar estes resultados, diferentemente em períodos como 1993 a 1998, em que os saldos negativos se encontravam em níveis elevados em relação ao período em análise.

Tais saldos envolvem períodos conturbados para a política econômica do país, que se encontrava em recessão por políticas de elevação de juros e restrições de crédito para manter a taxa de câmbio estabilizada e menor, para que não se desenvolvesse uma crise inflacionária.

As mesmas políticas levavam ao desaquecimento da demanda interna por conta da indisponibilidade de recursos para efetua-los, o que levou a um estímulo para encontrar nas exportações a sustentação da produção nacional.

A queda do PIB proporcionou uma queda das importações, que acarretaram em novas quedas da produção nacional e, conseqüentemente, na redução de exportações.

Estas mudanças criaram uma condição instável na economia brasileira, que começava a dar sinais de recuperação a partir da mudança do regime cambial.

Do lado estrutural, mostra-se que apesar da maioria dos produtos nacionais exportados serem industrializados, os mesmos não conseguiram alcançar o êxito necessário diante de crises que assolavam o país em alguns períodos.

Alguns bens conseguem melhorar seus resultados de acordo com uma mudança do regime cambial, dado que conseguem aumentar suas exportações relativamente a importações, mas outros tipos de bens não conseguem ainda uma diminuição intensa do seu valor importado.

É exatamente esta redução de importações dada pela desvalorização cambial que é capaz de mostrar que muito mais do que a política cambial, os produtos industrializados necessitam do melhoramento de seu dinamismo, de suas qualidades, do melhor aperfeiçoamento de sua produção e de um melhoramento no direcionamento de sua exportação a mercados que tenham dinamismo idêntico no comércio mundial.

Além disso, alguns setores de peso tecnológico e de grande valor agregado, como os muitos dominados pelo investimento direto estrangeiro, tanto em privatizações como aquisições de empresas, não se relacionam positivamente com a balança comercial brasileira, mesmo que em períodos de desvalorização cambial consigam melhorar seus saldos.

É aí que a recuperação de setores com maiores vantagens no comércio internacional e que possuem uma aceitação maior em tal fluxo é que podem tornar melhores as exportações brasileiras.

O efeito desta melhor adequação dos produtos nacionais mostrou que o país se encontra deficitário pela sua falta de competitividade, e neste conceito está envolvido não somente preços e taxas de câmbio, mas o próprio produto nacional e suas especificidades, sendo os casos de bens de capital em que o valor exportado continuou crescente em todo o período e até com redução de importações após a desvalorização.

Outros resultados vistos foram da competitividade do produto nacional, que vem diminuindo constantemente, embora haja setores que nas definições adotadas são denominados ótimos e que, por isto, podem ser aproveitados intensamente para fazer saldos positivos na balança comercial brasileira, melhorando a situação do estrangulamento externo.

Uma melhor visualização destes problemas em relação ao tipo de bens em que o país se viu em melhor situação no que diz respeito à exportação é feita através da análise dos resultados comerciais dos bens exportados com relação aos fatores de produção.

A TABELA 25, extraída do estudo do IEDI, feito em relação a uma matriz com 43 setores, pode-se mostrar mais a respeito dos saldos dos produtos divididos por intensidade de fator de produção:

TABELA 25 – RESULTADO COMERCIAL – BRASIL – US\$ milhões

	1989	1994	1998
Intensidade de Fator:			
Capital	2.440	(442)	(4.232)
Mão-de-Obra	2.098	1.603	182
Tecnologia	2.701	(3.426)	(14.056)
Recursos Naturais	7.808	9.706	9.359

FONTE: baseado do estudo do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)
 NOTA: Extraído de http://www.iedi.org.br/admin/pdf/comex_i.pdf

Verificando a TABELA 25 vê-se que o país, com a análise dos 43 setores – matriz, apresentou déficit em setores intensivos em capital e em tecnologia, sendo que para os primeiros o valor em 1994 e 1998 foi, respectivamente, US\$ 442 milhões e US\$ -4.232 milhões, e para o segundo foi, para o mesmo período, respectivamente, de US\$ -3.436 milhões e US\$ 14.056 milhões.

O que estes valores indicam é o que já foi mostrado nas seções anteriores, ou seja, que produtos mais sofisticados, com maior utilização de tecnologia e aprimoramento técnico são, em sua maioria, importados pelo país, tanto para serem utilizados no próprio processo de produção nacional, como também para participar da ampliação do mercado interno, como é o caso de empresas privatizadas do setor de telecomunicações.

Por mais que as exportações brasileiras sejam efetuadas com produtos industrializados, os déficits ainda se tornam uma debilidade para o país, fazendo com que a superação do estrangulamento externo não consiga apenas ser realizada pelas desvalorizações cambiais do país.

Nas palavras de FAJNZYLBER (1988, p. 13), “Es efectivo que en el corto plazo la devaluación de la moneda nacional mejora la posición relativa de sus empresas. Sin embargo, este recurso es de limitada eficacia, puesto que por sí solo no incrementa la productividad ni estimula la incorporación de progreso técnico.”

É nesta medida que se percebe que muito mais do que políticas monetárias e cambiais, o país passa por percalços no que diz respeito a uma melhor adaptação do produto nacional ao mercado externo, em um direcionamento específico para tal, mesmo porque com estes resultados, chega-se a ponto de perceber que, realmente, os produtos industrializados resistem mais aos problemas externos.

Evidenciando-se ainda a aplicação de práticas de favorecimento às exportações que não são muito consistentes e efêmeras, tem-se a colocação Fajnzylber sobre diferenciação entre a competitividade espúria e autêntica.

A exemplo de citações anteriores que tratam de medidas paliativas ao estímulo à competitividade do país, Fajnzylber, quando trata dos resultados positivos de competitividade internacional nos anos 80, diz que tais resultados “...resultan espúreos cuando se adopta un enfoque más integral, toda vez que se dan en presencia de una caída del ingreso por habitante, una merma de los coeficientes de inversión, rebaja dei gasto en investigación y desarrollo tecnológico y en el sistema educativo, y erosión de los salario reales.” (FAJNZYLBER, 1988, p. 13)

Em relação à competitividade autêntica que é efetivada através do progresso técnico que aumenta a competitividade, Fajnzylber diz que “Este fenómeno constituye un valioso precedente para el logro de una efectiva modernización dei aparato productivo.” (FAJNZYLBER, 1988, p. 13)

Vê-se, desta maneira, que muito mais do que uma desvalorização do câmbio ou de subsídios, faz-se necessária uma absorção de conhecimentos, de pesquisas, do desenvolvimento de diferenciais para o produto em termos de competição, assim como de medidas políticas que favoreçam o acúmulo destes fatores.

A abertura comercial não somente trouxe a oportunidade de se aperfeiçoarem os produtos nacionais, mas ensejou a orientação desta produção ao mercado interno e ao ganho de espaço no mesmo, sem muito assistir aos problemas estruturais dos produtos voltados ao mercado externo.

Com isto, verifica-se que o problema do estrangulamento externo pelo lado da balança comercial não somente se vê começando a dar bons sinais de sua resolução como também se cria uma preocupação mais à diante com fatores como os investimentos necessários à produção nacional e à infra-estrutura, juntamente com os investimentos diretos externos.

Como nas palavras de FAJNZYLBER à respeito dos incentivos provisórios e superficiais às indústrias como mão-de-obra barata e de diversos subsídios “De esta forma talvez logren utilidades satisfactorias, las que, sin embargo, tendrán poco que ver con un aumento de la competitividad dei país, entendida ésta en un sentido amplio, por más que se observen también mejoras en el balance comercial y en el coeficiente de exportaciones.” (FAJNZYLBER, 1988, p. 13)

Os resultados da balança comercial mostram a preocupação fundamentada no preparo da indústria e de políticas nacionais para que tais resultados não sejam apenas provisórios, mas uma aproximação da sustentação da estabilidade do setor externo brasileiro.

5 CONCLUSÃO

O estudo sobre o problema do estrangulamento externo brasileiro, na perspectiva da balança comercial, de 1990 a 2000, pôde mostrar que o setor externo esteve vulnerável às políticas internas e externas adotadas no país.

As influências destas políticas sobre a pauta de exportação seriam sentidas pelos bens destinados à exportação de acordo com a sua estruturação e dinamismo para alcançar um melhor resultado para a balança.

Quando da análise da pauta de exportação brasileira, considerando os bens de consumo duráveis, não-duráveis, de capital e produtos básicos, sendo o que os três primeiros representam os produtos industrializados, percebeu-se que em períodos conturbados do cenário mundial e políticas internas conseguiram afetar negativamente e positivamente as exportações brasileiras em vários momentos, respectivamente em 1991 e 1992, além do que a mudança do regime cambial e a valorização da moeda, fizeram com que em 1994 contribuísse para os saldos negativos da balança comercial.

Já com o câmbio flutuante em 1999, houve uma elevação do valor das exportações brasileiras para cada um destes bens, caracterizando bem o incentivo que uma desvalorização da moeda consegue proporcionar no lado externo da economia brasileira.

Apesar da mudança de resultados com a desvalorização da moeda, nota-se que entre os bens a trajetória de exportação se altera dada à especificidade de cada um deles no comportamento diante aos problemas internos e externos que o país enfrenta.

No caso dos bens de consumo, a sua suscetibilidade diante dos resultados do quadro da economia brasileira e do comércio mundial, fez com que a evolução de seus valores de exportação fosse bastante oscilante em todo período, contrariamente ao dos bens de consumo não-duráveis e bens de capital, que tiveram seus valores de exportação crescentes em boa parte do período analisado.

Individualmente, então, os bens conseguiram responder a estímulos dados pela mudança do regime cambial, o que mostra a importância desta variável na política de exportação brasileira.

Aprofundando-se na análise e verificando o quanto competitiva é a exportação brasileira, principalmente, com a abertura comercial, verificou-se que de maneira geral, as exportações brasileiras não seguiram as tendências mundiais de crescimento até 1999, antes da desvalorização cambial, indicando que muito mais do que a desvalorização, haveria problemas estruturais na pauta de exportação brasileira.

Daí por diante, ao analisar as categorias de uso dos bens estudados e alguns de seus setores, verificou-se que o país diminuiu, em sua pauta de exportação, o número de setores que são competitivos e que têm uma demanda crescente no comércio internacional.

Em contrapartida, o número de setores que não possui tal competitividade ou que não possui uma demanda crescente no comércio mundial aumentou no período analisado entre 1989 a 1998.

Isto significa que a pauta de exportação brasileira, no período de 1989 a 1998, não conseguiu garantir um dinamismo maior não somente pelo regime cambial, mas pelo fato de que os produtos exportados não encontram uma melhor aceitação no mercado externo ou não conseguem atingir um grau de competitividade que o tornasse capaz de concorrer com outros produtos estrangeiros.

Quando se verificam os resultados das importações, embora estas tenham elevado muito seus valores no período de valorização cambial, da mesma forma reduziram estes valores em taxas muito elevadas no período, tanto pela redução de tarifas como pela desvalorização cambial, mesmo considerando os bens divididos por categorias de uso, embora os bens de capital terem uma resistência muito elevada para redução de seus valores importados, dada a sua importância na produção nacional.

Em relação às empresas estrangeiras instaladas no país, tanto pela reestruturação da indústria brasileira quanto pela privatização, estas estiveram muito mais preocupadas com o mercado interno do que o externo, o que fez com que quando da mudança do regime cambial, estas empresas tivessem participação no resultado da balança comercial de maneira positiva mais pela redução de importações do que pelo aumento de suas exportações.

De tudo o que foi dito, pode-se concluir que a exportação de produtos industrializados não consegue garantir por si só um melhoramento da balança comercial e, conseqüentemente, um resultado melhor em relação ao estrangulamento externo, sob esta ótica da balança comercial, tendo em vista que em períodos de valorização do câmbio, como em 1993 e de 1994 até 1999, as exportações não conseguiam reagir às mudanças na economia brasileira e mundial.

Fato é que a balança comercial, depois da desvalorização cambial em 1999, conseguiu seguir melhorando seus resultados, levando em conta as categorias de bens, mais pelo lado das importações do que pelo lado das exportações (com exceção dos bens de capital), considerando os anos de 1999 e 2000.

Isto mostra que junto com resultados positivos que o câmbio pode fornecer, vem a preocupação com a vulnerabilidade externa, já que não se pode garantir que os produtos exportados consigam contribuir, constantemente, com saldos positivos na balança comercial.

Esta vulnerabilidade é indicada pela pauta de exportação que ainda se concentra em setores que não possuem um dinamismo no mercado internacional e, com isto, trazem uma dificuldade maior para que haja uma resistência das exportações brasileiras frente às oscilações que ocorrem na economia mundial.

E é pensando nesta vulnerabilidade que os produtos industrializados, ou os que passam por um processo industrial, têm a sua importância na balança comercial, pela sua estabilidade, pelo valor agregado e outras condições, mas que nada disto será essencialmente favorável à exportação enquanto não se detiver a questões envolvidas ao câmbio, a melhor competitividade, maior qualificação do produto e a busca do atendimento da demanda externa.

Com isto, a questão da exportação dos produtos industrializados garantir uma superação do estrangulamento externo por parte da balança comercial acaba em outras questões como a adequação do câmbio ao setor exportador, a orientação de produtos que possuem melhores oportunidades de conquistar novos mercados, adquirir maior competitividade em mercados já explorados e de uma melhor visão do quadro estrutural da balança comercial.

Finalmente, diminuir o problema do estrangulamento externo da balança comercial com as exportações de produtos mais adaptados ao comércio mundial, diga-se de passagem, produtos industrializados, faz com que se dêem oportunidades maiores de importações que poderão, conseqüentemente, enriquecer e dinamizar mais ainda os produtos nacionais e, com isto, proporcionar uma maior estabilidade do setor externo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, F. P. C. Substituição de importações de bens de capital: possibilidades e limitações. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 177-233, abr. 1977.

CARNEIRO, D. D. Crise e Esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (org.); CARNEIRO, D. D. (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Cap. 11.

CARVALHEIRO, N. Os Planos Bresser (1987) e Verão (1989): a persistência na busca da estabilização. In: KON, A. (org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 123 - 165.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COUTINHO, L. G. Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista: Estado, Estagflação e Riscos Financeiros. In: BELLUZZO, L. G. M. (org.); COUTINHO, R. (org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. v. 1, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 37 - 55.

FAJNZYLBER, F. Competitividad internacional: evolución y lecciones. *Revista de La Cepal*, Santiago de Chile, n. 36, p. 7 – 23, diciembre de 1988.

FAJNZYLBER, F. Intervención, autodeterminación e industrialización en la América Latina. *El Trimestre Económico*, Mexico, v. 1, n. 197, p. 307 – 328, enero – marzo de 1983.

FURTADO, C. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

GONÇALVES, R. Competitividade Internacional e Integração Regional: A hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5 (Especial), p. 13 - 34, 2001.

GREMAUD, A. P.; PIRES, J. M. “Metas e Bases” e I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1970-1974). In: KON, A. (org.) **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 41 - 66.

GREMAUD, A. P.; PIRES, J. M. II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979). In: KON, A. (org.) **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 67-101.

KON, A. O Plano Cruzado In: _____. (org.) **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 103 - 121.

MAGALHÃES, J. P. A. **A Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico: uma reformulação.** São Paulo: Record, 19-.

MODIANO, E. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: ABREU, M. P. (org.); CARNEIRO, D. D. (org.) **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1992. Cap. 13.

MORAES, A. C. Plano Brasil Novo. In: KON, A. (org.) **Planejamento no Brasil II.** São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 167 - 194.

LACERDA, A. C. Plano Real: Entre a Estabilização Duradoura e a Vulnerabilidade Externa. In: KON, A. (org.) **Planejamento no Brasil II.** São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 195 - 224.

SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós – Guerra. In: BELLUZZO, L. G. M. (org.); COUTINHO, R. (org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise.** v. 1, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 56 – 121.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985).** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. **Desenvolvimento no Brasil – Relembrando Um Velho Tema.** In: BIELSCHOWSKY, R. (org.); MUSSI, C. (org.) **Políticas para a Retomada do Crescimento – Reflexões de Economistas Brasileiros.** Brasília: IPEA, 2002. Cap. 5.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **Abertura, Política Cambial e Comércio Exterior Brasileiro: Lições dos Anos 90 e Pontos de Uma Agenda Para a Próxima Década, 2000.** Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/comex_i.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **A Balança Comercial de Bens Industriais Após a Mudança da Política Cambial de 1999, 2002(a).** Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/bal_com_ind.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **Grandes Empresas Industriais Nacionais e Estrangeiras: Participação no Comércio Exterior Brasileiro, 2002(b).** Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/gde_empresas.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **Radiografia das Exportações Brasileiras, 2003**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/radiografia.pdf>> Acesso em: 23 set. 2003.

MIRANDA, J. C. **Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na década de 1990**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0829.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

MOREIRA, M. M. A Indústria Brasileira nos Anos 90: O que já se Pode Dizer?. In: GIAMBIAGI, F. (org.); MOREIRA, M. M. (org.) **A Economia Brasileira nos Anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Cap. 4. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_09.pdf> Acesso em: 07 out. 2003.

PEREIRA, L. C. B. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996. Cap. 1. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/selected/Social%20Liberalism/Capitulo1.PDF>> Acesso em: 02 dez. 2002.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. O Brasil na Década de 90: Uma transição bem sucedida?. **Texto para Discussão nº 91**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-91.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2003.

OUTRAS BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

D'ARBO, R. **Inadequação Tecnológica e Subdesenvolvimento**: as abordagens de Raúl Prebisch, Ragnar Nurkse e Celso Furtado nos anos 50. Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/portal/textos_economia_politica/sepviii/Mesa10/darbo_renata.rtf> Acesso em: 07 jan. 2003.

NEVES, R. B. **Exportações e Crescimento Industrial no Brasil**. IPEA – **Série monográfica**, Rio de Janeiro, monografia nº 33, p. 13 – 61, 1985.

WEISSKOFF, R. Vinte e cinco anos de substituição de importações no Brasil: 1948/72. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.1-31, abr. 1978.

BONELLI, R. **Políticas de Competitividade Industrial no Brasil - 1995/2000**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0810.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

HORTA, H. M.; SOUZA, C. F. B. **A inserção das Exportações Brasileiras: Análise Setorial no período 1980/96**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0736.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **A Pauta de Exportação Brasileira e os objetivos da Política de Exportação, 2000.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/pauta.pdf>> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **A Chave para Ligar as Exportações ao Desenvolvimento, 2002.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-006>> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **A Globalização no Brasil Funcionou Melhor nas Importações, 2002.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-009>> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **As Importações no Período 1995/2002, 2002.** Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/import_1995-2002.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **A Indústria Brasileira tem Condições de Crescer 5% em 2003, 2002.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-008>> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **A Rota Segura para o Desenvolvimento Sustentado, 2002.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-002>> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **Brasil: Um Roteiro para a Construção do Desenvolvimento, 2002.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-005>> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **Saldo Comercial e a Substituição Competitiva de Importações, 2002.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-001>> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **O Papel da Substituição de Importações no Ajuste Externo Brasileiro, 2002.** Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/papel_sub_import.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **Gargalos da Indústria, 2003.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-011>> Acesso em: 23 set. 2003

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). **O Peso das Empresas Estrangeiras no Déficit do País, 2003.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/admin/pdf/npi-010>> Acesso em: 23 set. 2003.

JÚNIOR, M. O. **A Liberalização Comercial Brasileira e os Coeficientes de Importação 1990/1995**. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0703.pdf > Acesso em: 23 set. 2003

RESENDE, M. F. C.; TEIXEIRA, J. R. **Competitividade, Vulnerabilidade Externa e Crescimento na Economia Brasileira: 1978/2000**. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0844.pdf> Acesso em: 23 set. 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – INDÚSTRIA GERAL – QUANTUM - ÍNDICE (MÉDIA 1991=100).....	118
ANEXO 2 – ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR SETOR: VEÍCULOS AUTOMOTORES (MÉDIA 1996=100).....	120
ANEXO 3 – ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR SETOR: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (MÉDIA 1996=100).....	122
ANEXO 4 – BRASIL: EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SALDO COMERCIAL – VALORES EM US\$ MILHÕES.....	124
ANEXO 5 – BRASIL: EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SALDO COMERCIAL – CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES.....	128

ANEXO 1 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – INDÚSTRIA GERAL – QUANTUM -
ÍNDICE (MÉDIA 1991=100)
Extraído de <http://www.ipeadata.gov.br>

Transformação de Produção industrial -
indústria geral - quantum - índice
(média 1991 = 100)

1975	865,26
1976	968,25
1977	988,71
1978	1.049,75
1979	1.122,88
1980	1.226,07
1981	1.101,26
1982	1.101,60
1983	1.044,55
1984	1.118,71
1985	1.213,71
1986	1.346,44
1987	1.358,16
1988	1.314,10
1989	1.352,55
1990	1.232,16
1991	1.200,01
1992	1.155,24
1993	1.241,96
1994	1.336,38
1995	1.360,88
1996	1.384,43
1997	1.438,24
1998	1.409,09
1999	1.399,89
2000	1.492,86
2001	1.516,40
2002	1.553,53
2003	1.300,69

Nota: Os dados estão em índices acumulados

ANEXO 2 – ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR SETOR: VEÍCULOS AUTOMOTORES (MÉDIA 1996=100)
Extraído de <http://www.ipeadata.gov.br>

Período	_Exportações - setor: veículos automotores - quantum - índice (média 1996 = 100)
1974	32,5
1975	52,5
1976	50,5
1977	52,4
1978	74,7
1979	85,1
1980	124,9
1981	166,7
1982	109,7
1983	84,6
1984	103,1
1985	120,8
1986	90,1
1987	174,8
1988	173,2
1989	146,9
1990	86,8
1991	76,8
1992	141,1
1993	135,2
1994	129,1
1995	90,7
1996	100,0
1997	193,3
1998	209,8
1999	163,3
2000	228,3
2001	232,2
2002	241,9

ANEXO 3 – ÍNDICE DE QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR SETOR: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (MÉDIA 1996=100)
Extraído de <http://www.ipeadata.gov.br>

Período	_Exportações - setor: equipamentos eletrônicos - quantum - índice (média 1996 = 100)
1974	40,2
1975	30,6
1976	31,1
1977	46,1
1978	45,7
1979	49,9
1980	71,5
1981	85,3
1982	71,6
1983	66,8
1984	91,9
1985	97,1
1986	110,4
1987	107,4
1988	119,5
1989	123,2
1990	98,5
1991	94,6
1992	94,9
1993	95,8
1994	78,9
1995	83,8
1996	100,0
1997	122,0
1998	120,7
1999	175,6
2000	309,7
2001	261,9
2002	248,6

ANEXO 4 – BRASIL: EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SALDO COMERCIAL –
VALORES EM US\$ MILHÕES

Extraído de http://www.iedi.org.br/admin/pdf/comex_i.pdf

Brasil

Exportação, Importação e Saldo Comercial

Valores em US\$ milhões

Período: 1994 a 1998

Setores	Exportação					Importação					Exportação - Importação							
	1994		1998		Cresc. Médio %	1994		1998		Cresc. %	1994		1998		% do Saldo/ Déficit			
	Valor	Pauta %	Mundo %	Pauta %		Mundo %	Valor	Pauta %	Mundo %		Valor	Pauta %	Mundo %	Valor		Pauta %	Mundo %	
682 Cobre, exceto cimento de cobre	155	0,4	0,6	0,62	0,2	0,5	0,29	(14,8)	255	0,7	365	0,6	9,4	(100)	(1,2)	(263)	2,9	
683 Niquel	33	0,1	0,1	0,82	39	0,1	0,85	4,1	42	0,1	52	0,1	5,5	(8)	(0,1)	(13)	0,1	
684 Alumínio	1.190	2,7	0,8	3,48	1.083	2,1	0,8	2,51	(2,3)	125	0,4	466	0,8	38,9	1.065	13,2	617	(6,4)
685 Chumbo	0	0,0	0,0	0,01	0	0,0	0,01	23,3	25	0,1	41	0,1	13,0	(25)	(0,3)	(41)	0,4	
686 Zinco	57	0,1	0,1	1,52	16	0,0	0,1	0,38	(26,9)	13	0,0	15	0,0	2,4	44	0,5	2	(0,0)
687 Estanho	91	0,2	0,0	7,07	36	0,1	0,0	2,28	(20,7)	1	0,0	2	0,0	41,2	90	1,1	34	(0,3)
689 Diversos metais básicos não-ferrosos	5	0,0	0,1	0,21	10	0,0	0,1	0,29	18,5	30	0,1	34	0,1	3,1	(25)	(0,3)	(24)	0,2
691 Estruturas de ferro, aço, alumínio	59	0,1	0,2	0,58	50	0,1	0,3	0,35	(3,8)	8	0,0	64	0,1	70,4	51	0,6	(14)	0,1
692 Estoque e transporte de metais	55	0,1	0,1	0,94	44	0,1	0,1	0,61	(5,5)	62	0,2	57	0,1	(2,1)	(7)	(0,1)	(13)	0,1
693 Fios metálicos não elétricos	62	0,1	0,1	1,61	46	0,1	0,1	0,99	(7,4)	12	0,0	67	0,1	52,9	50	0,6	(21)	0,2
694 Pregos, porcas, etc. de aço, cobre	45	0,1	0,2	0,53	58	0,1	0,2	0,52	6,7	75	0,2	188	0,3	25,8	(30)	(0,4)	(130)	1,3
695 Ferramentas manuais / de máquinas	110	0,3	0,4	0,75	112	0,2	0,4	0,59	0,5	85	0,2	237	0,4	29,2	25	0,3	(124)	1,3
696 Cutelaria	101	0,2	0,1	2,79	111	0,2	0,1	2,53	2,4	26	0,1	21	0,0	(5,1)	75	0,9	90	(0,9)
697 Equipamento doméstico de metal básico	120	0,3	0,2	1,36	102	0,2	0,2	0,96	(3,9)	12	0,0	32	0,1	27,9	108	1,3	70	(0,7)
699 Manufaturados de metal básico nea	143	0,3	0,8	0,44	192	0,4	0,9	0,42	7,6	165	0,5	425	0,7	26,6	(22)	(0,3)	(233)	2,4
711 Calderas a vapor e complementos	14	0,0	0,1	0,53	17	0,0	0,1	0,53	4,9	7	0,0	56	0,1	66,0	7	0,1	(39)	0,4
712 Turbinas a vapor	2	0,0	0,1	0,09	4	0,0	0,0	0,17	19,2	4	0,0	77	0,1	(34,9)	(429)	(5,3)	(73)	0,8
713 Máquinas de combustão interna	854	2,0	1,2	1,78	1.142	2,2	1,2	1,76	7,5	492	1,4	1.127	1,9	23,0	362	4,5	15	(0,2)
714 Máquinas não elétricas nea	198	0,5	0,6	0,77	103	0,2	0,8	0,25	(15,0)	88	0,2	619	1,0	62,9	110	1,4	(516)	5,3
716 Usina elétrica de rotação	194	0,4	0,5	0,91	265	0,5	0,5	0,93	8,1	113	0,3	557	0,9	49,1	81	1,0	(292)	3,0
718 Outra maquinaria de geração de energia	16	0,0	0,1	0,48	18	0,0	0,1	0,47	3,1	56	0,2	95	0,2	14,2	(40)	(0,5)	(77)	0,8
721 Maquinaria agrícola, exceto tratores	126	0,3	0,2	1,36	223	0,4	0,2	1,88	15,3	49	0,1	207	0,3	43,0	77	1,0	16	(0,2)
722 Tratores agrícolas	62	0,1	0,2	0,89	148	0,3	0,2	1,53	24,3	21	0,1	45	0,1	21,2	41	0,5	103	(0,1)
723 Equipamento de engenharia civil, etc.	458	1,1	0,5	2,17	412	0,8	0,6	1,33	(2,7)	72	0,2	245	0,4	35,8	386	4,8	167	(1,7)
724 Maquinaria têxtil / de couro	122	0,3	0,5	0,54	81	0,2	0,4	0,35	(9,6)	557	1,6	500	0,8	(2,7)	(435)	(5,4)	(419)	4,3
725 Maquinaria de indústria de papel	57	0,1	0,1	0,99	92	0,2	0,1	1,26	12,6	70	0,2	81	0,1	3,5	(13)	(0,2)	11	(0,1)
726 Maquinaria de indústria gráfica	19	0,0	0,3	0,17	14	0,0	0,3	0,10	(8,1)	292	0,8	325	0,5	2,7	(273)	(3,4)	(312)	3,2
727 Maquinaria de indústria alimentícia	36	0,1	0,1	0,64	28	0,1	0,1	0,39	(6,0)	44	0,1	127	0,2	30,2	(8)	(0,1)	(99)	1,0
728 Maquinaria de indústrias especiais nea	95	0,2	1,2	0,20	121	0,2	1,1	0,21	6,2	623	1,8	1.405	2,3	22,5	(528)	(6,6)	(1.283)	13,3
736 Máquinas-ferramenta para metal	75	0,2	0,5	0,34	114	0,2	0,6	0,35	11,0	275	0,8	557	0,9	19,3	(200)	(2,5)	(443)	4,6
737 Maquinaria para metal nea	29	0,1	0,2	0,38	68	0,1	0,2	0,72	23,4	143	0,4	300	0,5	20,3	(114)	(1,4)	(232)	2,4
741 Equipamento de aquecimento e resfriamento	147	0,3	0,8	0,47	125	0,2	0,7	0,32	(3,9)	228	0,6	657	1,1	30,3	(81)	(1,0)	(532)	5,5
742 Bombas para líquidos, etc.	216	0,5	0,4	1,44	245	0,5	0,4	1,30	3,2	141	0,4	281	0,5	18,7	75	0,9	(35)	0,4
743 Ventiladores, filtros, bombas de gasolina	444	1,0	0,7	1,64	529	1,0	0,7	1,45	4,5	242	0,7	581	1,0	24,4	201	2,5	(52)	0,5
744 Equipamento mecânico manual	116	0,3	0,7	0,42	118	0,2	0,7	0,30	0,4	135	0,4	503	0,8	38,8	(126)	(1,6)	(365)	4,0
745 Maquinaria, ferramentas, não elétricas nea	138	0,3	0,5	0,72	136	0,3	0,4	0,58	(0,3)	284	0,7	497	0,8	17,2	(126)	(1,6)	(361)	3,7
749 Partes e acessórios de maquinaria não elétrica nea	309	0,7	1,2	0,65	385	0,8	1,2	0,62	5,7	598	1,7	1.287	2,1	21,1	(289)	(3,6)	(902)	9,3
751 Máquinas de escritório	44	0,1	0,3	0,31	18	0,0	0,3	0,12	(19,8)	114	0,3	105	0,2	(1,9)	(70)	(0,9)	(87)	0,9
752 Equipamentos de computador	94	0,2	2,5	0,09	217	0,4	3,2	0,13	23,4	743	2,1	1.021	1,7	8,3	(650)	(8,1)	(804)	8,3
759 Partes e acessórios de equipamentos de escritório	80	0,2	1,9	0,10	118	0,2	2,3	0,10	10,1	377	1,1	701	1,2	16,7	(297)	(3,7)	(563)	6,0
761 Aparelhos de televisão	1	0,0	0,5	0,00	26	0,1	0,6	0,08	161,6	57	0,2	95	0,2	(3,7)	228	2,8	217	(2,2)
762 Aparelhos receptores de transmissão de rádio	339	0,8	0,5	1,69	313	0,6	0,4	1,55	(2,0)	111	0,3	96	0,2	(3,7)	228	2,8	217	(2,2)
763 Gravadores e vídeo-cassetes, etc.	2	0,0	0,5	0,01	1	0,0	0,4	0,01	(14,5)	77	0,2	112	0,2	9,8	(75)	(0,9)	(110)	1,1
764 Equipamentos de telecomunicação, partes, acessórios nea	67	0,2	2,4	0,07	255	0,5	2,9	0,17	39,6	1.115	3,1	2.564	4,2	23,1	(1.047)	(13,0)	(2.308)	23,9
771 Maquinaria elétrica nea	117	0,3	0,5	0,63	68	0,1	0,6	0,23	(12,6)	166	0,5	419	0,7	26,1	(48)	(0,6)	(351)	3,6
772 Equipamento de circuito elétrico	151	0,3	1,3	0,28	157	0,3	1,4	0,22	1,0	621	1,7	961	1,6	11,5	(470)	(5,8)	(803)	8,3
773 Equipamento de distribuição elétrica	79	0,2	0,6	0,34	72	0,1	0,7	0,21	(2,1)	97	0,3	305	0,5	33,0	(19)	(0,2)	(232)	2,4
774 Equipamento médico, para diagnóstico, etc.	5	0,0	0,3	0,05	9	0,0	0,3	0,06	14,8	116	0,3	421	0,7	38,1	(111)	(1,4)	(413)	4,3

Brasil
Exportação, Importação e Saldo Comercial

Valores em US\$ milhões

Período: 1994 a 1998

Setores	Exportação					Importação					Exportação - Importação							
	1994		Mundo		Cresc. Médio	1994		Mundo		Cresc. %	1994		Mundo		Cresc. %			
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%		Saldo/ Déficit	% do Saldo/ Déficit	
775 Aparelhos domésticos nea	146	0,3	0,7	0,50	146	0,3	0,7	0,39	(0,0)	117	0,3	172	0,3	10,2	29	0,4	(26)	0,3
776 Transistores, válvulas, etc.	92	0,2	3,2	0,07	120	0,2	3,6	0,06	6,9	608	2,3	1.514	2,5	17,0	(715)	(8,9)	(1.393)	14,4
778 Equipamento eletrônico nea	285	0,7	1,5	0,45	362	0,7	1,6	0,43	6,2	526	1,5	1.117	1,8	20,7	(241)	(3,0)	(755)	7,8
781 Veículos de passageiros a motor, exceto ômbus	534	1,2	5,0	0,26	1.619	3,2	5,2	0,59	31,9	1.524	4,3	2.728	4,5	15,7	(90)	(1,2)	(1.110)	11,5
782 Veículos para mercadorias e serviços	618	1,4	1,0	1,47	1.020	2,0	1,0	1,91	13,4	328	0,9	903	1,5	28,8	290	3,6	116	(1,2)
783 Veículos a motor nea	327	0,8	0,3	2,84	302	0,6	0,3	1,70	(2,0)	80	0,2	295	0,5	38,7	248	3,1	7	(0,1)
784 Partes e acessórios de veículos a motor nea	1.424	3,3	2,6	1,35	1.789	3,5	2,4	1,41	5,9	1.166	3,3	1.082	2,8	9,6	266	3,2	107	(1,1)
785 Motocicletas, bicicletas, etc.	34	0,1	0,4	0,21	41	0,1	0,4	0,20	4,4	195	0,5	164	0,3	(4,1)	(160)	(2,0)	(124)	1,3
786 Trailers, veículos sem motor nea	65	0,1	0,2	0,72	57	0,1	0,2	0,53	0,9	3	0,0	17	0,0	60,3	53	0,7	40	(0,4)
791 Equipamentos / veículos para ferrovia	20	0,1	0,2	0,34	33	0,1	0,2	0,29	2,9	13	0,0	132	0,2	77,0	16	0,2	(99)	1,0
792 Aeronaves, espaçonaves etc.	310	0,7	1,7	0,44	1.318	2,6	2,0	1,25	43,6	201	0,6	957	1,6	47,6	109	1,4	360	(3,7)
793 Navios, barcos, etc.	412	0,9	0,8	1,24	181	0,3	0,7	0,38	(24,9)	19	0,1	22	0,0	3,5	393	4,9	109	(1,1)
812 Equipamento para encanamento, aquecimento e iluminação	24	0,1	0,3	0,18	19	0,0	0,3	0,11	(5,0)	9	0,0	53	0,1	54,9	15	0,2	(34)	0,3
821 Móveis e artigos para mobília	287	0,7	1,0	0,71	361	0,7	1,1	0,64	5,9	55	0,2	230	0,4	43,2	292	2,9	131	(1,4)
831 Artigos para viagem, malas, etc.	12	0,0	0,3	0,10	4	0,0	0,3	0,03	(22,9)	15	0,0	63	0,1	42,4	(3)	(0,0)	(59)	0,6
842 Vestuário masculino, exceto tricô	46	0,1	0,7	0,17	14	0,0	0,6	0,04	(25,7)	20	0,1	86	0,1	35,3	26	0,3	(52)	0,5
843 Vestuário feminino, exceto tricô	68	0,2	0,9	0,18	30	0,1	0,8	0,07	(18,6)	18	0,1	84	0,1	31,1	40	0,5	(64)	0,6
844 Vestuário feminino de tricô e croché	47	0,1	0,3	0,37	32	0,1	0,3	0,23	(8,9)	26	0,1	51	0,1	34,2	31	0,4	(19)	0,2
846 Artigos para vestuário nea	81	0,2	0,8	0,25	38	0,1	0,9	0,08	(17,2)	15	0,0	69	0,1	45,6	65	0,8	(32)	0,3
848 Roupas de baixo tricô e croché	116	0,3	0,5	0,57	59	0,1	0,6	0,18	(15,5)	17	0,0	32	0,1	17,3	99	1,2	27	(0,3)
847 Acessórios de vestuário têxteis nea	3	0,0	0,2	0,05	5	0,0	0,2	0,06	13,7	8	0,0	16	0,0	22,8	(5)	(0,1)	(13)	0,1
848 Chapéus / artigos de vestuário não têxteis	20	0,0	0,3	0,17	7	0,0	0,3	0,05	(23,8)	14	0,0	49	0,1	35,8	6	0,1	(42)	0,4
851 Calçados	1.537	3,5	0,9	4,06	1.330	2,8	0,8	3,21	(3,5)	84	0,2	116	0,2	6,3	1.453	18,1	1.215	(12,6)
871 Instrumentos óticos nea	11	0,0	0,2	0,17	15	0,0	0,2	0,12	7,0	43	0,1	106	0,2	25,7	(31)	(0,4)	(92)	0,9
872 Instrumentos médicos etc.	23	0,1	0,3	0,16	30	0,1	0,4	0,14	7,4	160	0,5	186	0,3	4,2	(136)	(1,7)	(156)	1,6
873 Relógios de medição, balanças nea	33	0,1	0,1	1,38	36	0,1	0,1	1,30	2,1	25	0,1	51	0,1	19,3	8	0,1	(16)	0,2
874 Aparelhos de medição e controle nea	119	0,3	1,1	0,26	130	0,3	1,1	0,22	2,3	473	1,3	968	1,6	19,6	(354)	(4,4)	(836)	8,7
881 Equipamento fotográfico	7	0,0	0,3	0,06	1	0,0	0,3	0,01	(38,0)	39	0,1	78	0,1	19,1	(32)	(0,4)	(77)	0,8
882 Artigos para fotografia, cinema	214	0,5	0,4	1,39	210	0,4	0,3	1,25	(0,4)	188	0,5	310	0,5	13,3	26	0,3	(100)	1,0
883 Filmes de cinema revelados	1	0,0	0,0	0,17	0	0,0	0,0	0,00	(70,8)	0	0,0	0	0,0	(9,1)	1	0,0	(0)	0,0
884 Material ótico nea	9	0,0	0,2	0,15	14	0,0	0,2	0,15	10,6	23	0,1	68	0,1	30,9	(14)	(0,2)	(55)	0,6
885 Relógios de parede, de mesa, de pulso	4	0,0	0,5	0,02	3	0,0	0,4	0,01	(9,5)	86	0,2	97	0,2	3,1	(82)	(1,0)	(94)	1,0
892 Material gráfico	33	0,1	0,5	0,15	35	0,1	0,5	0,13	1,3	134	0,4	411	0,7	32,4	(101)	(1,3)	(377)	3,9
893 Artigos plásticos nea	124	0,3	1,0	0,29	150	0,3	1,1	0,26	4,8	204	0,6	522	0,9	26,4	(80)	(1,0)	(372)	3,6
894 Brinquedos, jogos, artigos esportivos, carrinhos, para bebês	117	0,3	0,9	0,33	74	0,1	0,9	0,16	(11,0)	126	0,4	240	0,4	17,6	(8)	(0,0)	(167)	1,7
895 Material de escritório, papelaria	30	0,1	0,1	0,50	63	0,1	0,1	0,80	19,8	31	0,1	67	0,1	21,1	(0)	(0,0)	(4)	0,0
896 Obras de arte / coleções / antiguidades	15	0,0	0,2	0,22	0	0,0	0,2	0,00	(61,6)	1	0,0	4	0,0	32,5	13	0,2	(4)	0,0
897 Artigos de ouro, de prata, jóias	40	0,1	0,5	0,20	65	0,1	0,4	0,29	12,6	11	0,0	24	0,0	21,9	29	0,4	41	(0,4)
898 Discos / instrumentos musicais	20	0,0	0,7	0,07	22	0,0	0,6	0,07	2,7	133	0,4	142	0,2	1,6	(113)	(1,4)	(120)	1,2
899 Diversos artigos manufaturados nea	70	0,2	0,4	0,41	89	0,2	0,4	0,41	6,1	64	0,2	164	0,3	26,5	6	0,1	(75)	0,6
911 Correspondência não classificada									n.d.									
931 Transações especiais, nea	443	1,0	2,3	0,47	628	1,2	2,8	0,42	9,2						443	5,5	628	(6,5)
941 Animais de zoológico, de estimação, etc.	0	0,0	0,0	0,04	0	0,0	0,0	0,05	12,4	0	0,0	0	0,0	14,6	(0)	(0,0)	(0)	0,0
951 Armas de fogo bélicas, munição	8	0,0	0,1	0,13	4	0,0	0,1	0,07	(12,7)	1	0,0	8	0,0	56,0	6	0,1	(3)	0,0
961 Moeda, exceto de ouro, em desuso									n.d.									
971 Ouro não monetário, exceto minério									n.d.									
Total	43.558	100	100	1,05	51.120	100	100	0,97	4,1	35.510	100	60.793	100	14,4	8.048	100	(9.673)	100

nea - não especificado anteriormente

Brasil

Exportação, Importação e Saldo Comercial

Valores em US\$ milhões

Período: 1994 a 1998

Setores	Exportação						Importação						Exportação - Importação					
	1994		1998		% Cresc. Médio		1994		1998		% Cresc.		1994		1998		% do Saldo/Deficit	
	Valor	Pauta Mundo	Valor	Pauta Mundo	%	Pauta Mundo	Valor	Pauta Mundo	%	Valor	Pauta Mundo	%	Valor	Pauta Mundo	%	Valor	Pauta Mundo	%
1. Animais vivos para alimentação, exceto peixe	5	0,0	0,2	0,05	7	0,0	0,2	0,08	10,4	0,4	67	0,1	(14,3)	(120)	(1,5)	(60)	0,6	
11. Carne de vaca fresca, resfriada, congelada	1.009	2,3	0,8	2,86	1.237	2,4	0,7	3,39	5,2	194	0,3	7,6	(10,8)	864	10,7	1.044	(0,0)	
12. Carne seca, salgada, defumada	5	0,0	0,0	0,37	4	0,0	0,25	(8,3)		2	0,0	40,6		5	0,1	1	(0,0)	
14. Carne processada, conservada, nea	319	0,7	0,1	6,20	351	0,7	5,43	2,4		11	0,0	71,5		318	4,0	340	(3,9)	
22. Leite e creme de leite, exceto manteiga e queijo	2	0,0	0,3	0,02	5	0,0	0,3	0,03	24,8	0,4	433	0,7	28,7	(23)	(0,3)	(428)	4,4	
23. Manteiga e queijo	0	0,0	0,1	0,00	0	0,0	0,1	0,00	262,1	0,3	27	0,0	3,7	(23)	(0,3)	(1,9)	(27)	
24. Queijo e coalho	1	0,0	0,2	0,01	3	0,0	0,2	0,03	40,9	0,3	74	0,1	(5,0)	(90)	(1,1)	(70)	0,7	
25. Ovos / aves, frescos, conservados, albumina (clara de ovo)	3	0,0	0,0	0,27	17	0,0	0,48	51,8		6	0,0	27,0		1	0,0	11	(0,1)	
34. Peixe fresco, resfriado, congelado	41	0,1	0,4	0,25	34	0,1	0,4	0,18	(4,7)	0,3	224	0,4	17,5	(76)	(0,9)	(190)	2,0	
35. Peixe salgado, seco, defumado	2	0,0	0,1	0,09	2	0,0	0,09	(3,5)		124	0,3	12,9		(121)	(1,5)	(199)	2,1	
36. Molsucos, crustáceos, etc., frescos, congelados	124	0,3	0,4	0,80	68	0,1	0,3	0,44	(13,8)	4	0,0	8,5		120	1,5	63	(0,7)	
37. Peixes etc., processados, conservados, nea	10	0,0	0,2	0,13	16	0,0	0,2	0,17	14,0	16	0,0	33,4		(6)	(0,1)	(35)	0,4	
41. Trigo etc. em grãos	0	0,0	0,3	0,00	1	0,0	0,3	0,01	427,1	4	0,0	94,3		(4)	(0,1)	(94,3)	9,7	
42. Arroz	1	0,0	0,2	0,02	4	0,0	0,1	0,06	28,1	324	0,9	17,7		(322)	(4,0)	(618)	6,4	
43. Cevada em grãos	0	0,0	0,1	0,00	0	0,0	0,00			26	0,1	(9,3)		(26)	(0,3)	(17)	0,2	
44. Milho, exceto milho doce	2	0,0	0,2	0,02	12	0,0	0,2	0,13	54,7	199	0,6	3,6		(197)	(2,4)	(219)	2,3	
45. Cereais nea em grãos	0	0,0	0,0	0,01	0	0,0	0,03	44,9		23	0,1	0,5		(23)	(0,3)	(23)	0,2	
46. Farinha / farelo de trigo	0	0,0	0,1	0,00	1	0,0	0,1	0,03	130,0	33	0,1	24,6		(33)	(0,4)	(79)	0,8	
47. Farelos; farinha de outro cereal	1	0,0	0,0	0,14	2	0,0	0,34	27,9		1	0,0	(18,1)		(0)	(0,0)	1	(0,0)	
48. Farinha / amido de cereais, etc.	27	0,1	0,3	0,19	33	0,1	0,3	0,18	5,7	995	2,8	0,5	(24,1)	(968)	(12,0)	(297)	3,1	
64. Legumes / verduras frescos, resfriados congelados	22	0,1	0,5	0,10	23	0,0	0,5	0,09	0,7	348	1,0	55,5		(325)	(4,1)	(533)	5,5	
56. Legumes / verduras em conserva, processados	7	0,0	0,1	0,12	12	0,0	0,1	0,19	12,7	32	0,1	28,9		(25)	(0,3)	(77)	0,8	
57. Frutas / castanhas frescas, secas	267	0,6	0,6	1,07	284	0,6	0,6	0,95	1,6	224	0,6	11,2		43	0,5	(56)	0,6	
58. Frutas em conserva, processadas	1.071	2,5	0,3	9,99	1.348	2,6	0,2	11,33	5,0	43	0,1	19,4		1.028	12,8	1.261	(13,0)	
61. Açúcar / melado / mel	997	2,3	0,3	6,39	1.953	3,6	0,2	14,94	18,3	19	0,1	97		977	12,1	1.936	(20,0)	
62. Bales de açúcar sem chocolate	71	0,2	0,1	2,02	74	0,1	0,1	1,73	1,1	8	0,0	72,9		63	0,8	3	(0,0)	
71. Café / substitutos do café	2.585	5,9	0,3	16,46	2.605	5,1	0,3	17,41	0,2	0	0,0	66,2		2.585	32,1	2.603	(26,9)	
72. Cacau	295	0,7	0,1	6,42	152	0,3	0,1	2,38	(15,3)	1	0,0	117,2		294	3,7	129	(1,3)	
73. Chocolate / preparados de cacau	44	0,1	0,2	0,65	54	0,1	0,1	0,71	5,1	24	0,1	37,0		20	0,3	(29)	0,3	
74. Chá e mate	45	0,1	0,1	1,90	41	0,1	0,0	1,64	(2,5)	4	0,0	23,0		41	0,5	32	(0,3)	
75. Temperos	50	0,1	0,0	2,96	86	0,2	0,0	3,77	14,8	12	0,0	13,1		37	0,5	66	(0,7)	
61. Alimentos para animais, exceto cereais em grãos	2.152	4,9	0,4	11,54	1.801	3,5	0,4	8,35	(4,4)	19	0,1	41,1		2.133	26,5	1.724	(17,8)	
91. Margarina e gordura vegetal	3	0,0	0,0	0,23	6	0,0	0,0	0,44	28,3	1	0,0	36,0		2	0,0	6	(0,1)	
98. Produtos comestíveis, preparados nea	42	0,1	0,3	0,31	121	0,2	0,3	0,77	30,3	52	0,1	38,0		(10)	(0,1)	(56)	0,6	
111. Bebidas não - alcoólicas nea	16	0,0	0,1	0,38	21	0,0	0,1	0,43	8,0	9	0,0	(4,5)		7	0,1	14	(0,1)	
112. Bebidas alcoólicas	77	0,2	0,6	0,31	44	0,1	0,6	0,14	(13,1)	97	0,3	12,2		(19)	(0,2)	(109)	1,1	
121. Tabaco, cru e industrializado	694	1,6	0,1	13,18	940	1,8	0,1	15,20	7,9	28	0,1	16,8		866	8,3	887	(9,2)	
122. Tabaco manufaturado	337	0,8	0,4	1,97	619	1,2	0,3	3,42	16,4	7	0,0	41,1		330	4,1	590	(6,1)	
211. Couros / peles crus, exceto velos	2	0,0	0,1	0,04	14	0,0	0,0	0,30	54,6	11	0,0	(6,8)		(9)	(0,1)	5	(0,1)	
212. Velos crus					0	0,0	0,0	n.d.		2	0,0			(2)	(0,0)	0	(0,0)	
222. Sementes para óleo, etc. - óleo soft	1.320	3,0	0,3	11,44	2.177	4,3	0,3	14,74	13,3	194	0,5	101		1.126	14,0	2.076	(21,5)	
223. Sementes para óleo - óleo não soft	1	0,0	0,0	0,10	1	0,0	0,0	0,08	(1,7)	3	0,0	(9,4)		(2)	(0,0)	(1)	0,0	
232. Borracha sintética, industrializada, etc.	0	0,0	0,1	0,00	3	0,0	0,1	0,05	157,6	113	0,3	102		(112)	(1,4)	(99)	1,0	
233. Borracha sintética, reciclada	52	0,1	0,1	0,95	94	0,2	0,1	1,56	15,6	137	0,4	145		(85)	(1,1)	(51)	0,5	
244. Cortiça natural, cru e industrializada	0	0,0	0,0	0,01	0	0,0	0,0	0,00	(15,9)	2	0,0	2,3		(2)	(0,0)	(2)	0,0	
245. Lenha, carvão de madeira	2	0,0	0,0	0,82	2	0,0	0,0	0,58	(4,3)	0	0,0	17,3		2	0,0	1	(0,0)	
246. Polpa de madeira, cavacos, resíduos de madeira	0	0,0	0,0	0,00	39	0,1	0,0	2,18	1.300,9	0	0,0	47,4		(0)	(0,0)	(0)	(0,4)	

ANEXO 5 – BRASIL: EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SALDO COMERCIAL –
CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES

Extraído de http://www.iedi.org.br/admin/pdf/comex_i.pdf

Brasil
Exportação, Importação e Saldo Comercial

Valores em US\$ milhões

Setores	Classificação dos Setores										Vantagem (V) ou Desv. Comparativa (D) - País 1994		CS 1994		CS 1998	
	Dinamismo - Comércio Mundial		Tecnol. Alta Média/Baixa	Compet. Export. País	De-manda Mundo	Class.Export. País - Set. Outros, etc.	Vantagem (V) ou Desv. Comparativa (D) - País 1994		CS 1994		CS 1998					
682 Cobre, exceto cimento de cobre	R	Em Regressão								Em Retrocesso	D	(0,26)	(0,31)			
663 Níquel	R	Em Regressão								Em Declínio	D	(0,03)	(0,01)			
684 Alumínio	D	Dinâmicos		+						Em Retrocesso	V	1,66	0,97			
685 Chumbo	R	Em Regressão		+						Em Declínio	D	(0,05)	(0,05)			
686 Zinco	R	Em Regressão								Em Retrocesso	V	0,07	0,01			
687 Estanho	I	Intermediários								Em Retrocesso	V	0,14	0,06			
689 Diversos metais básicos não-ferrosos	MD	Muito Dinâmicos		+						Ótimos	D	(0,05)	(0,03)			
691 Estruturas de ferro, aço, alumínio	MD	Muito Dinâmicos		+						Op. Perdidas	V	0,08	(0,01)			
692 Estoque e transporte de metais	I	Intermediários								Em Retrocesso	D	(0,03)	(0,01)			
693 Fios metálicos não elétricos	D	Dinâmicos								Em Retrocesso	V	0,08	(0,01)			
694 Pregos, porcas, etc. de aço, cobre	D	Dinâmicos								Op. Perdidas	D	(0,08)	(0,14)			
695 Ferramentas manuais / de máquinas	D	Dinâmicos								Op. Perdidas	V	0,01	(0,12)			
696 Cutelaria	I	Intermediários								Em Retrocesso	V	0,11	0,13			
697 Equipamento doméstico de metal básico	I	Intermediários								Em Retrocesso	V	0,17	0,10			
699 Manufaturados de metal básico nea	MD	Muito Dinâmicos		+						Op. Perdidas	D	(0,10)	(0,23)			
711 Caldeiras a vapor e complementos	I	Intermediários		+						Em Declínio	V	0,01	(0,04)			
712 Turbinas a vapor	DE	Em Decadência		+						Em Declínio	D	(0,85)	(0,08)			
713 Máquinas de combustão interna	D	Dinâmicos								Op. Perdidas	V	0,39	0,27			
714 Máquinas não elétricas nea	MD	Muito Dinâmicos		+						Op. Perdidas	V	0,14	(0,58)			
716 Usina elétrica de rotação	D	Dinâmicos	MA	+						Ótimos	D	0,09	(0,28)			
718 Outra maquinaria de geração de energia	R	Em Regressão	MA	+						Em Retrocesso	D	(0,09)	(0,09)			
721 Maquinaria agrícola, exceto tratores	D	Dinâmicos		+						Ótimos	V	0,10	0,07			
722 Tratores agrícolas	MD	Muito Dinâmicos		+						Ótimos	V	0,06	0,15			
723 Equipamento de engenharia civil, etc.	MD	Muito Dinâmicos		+						Op. Perdidas	V	0,59	0,29			
724 Maquinaria têxtil / de couro	DE	Em Decadência								Em Retrocesso	D	(0,91)	(0,47)			
726 Maquinaria de indústria de papel	I	Intermediários		+						Em Declínio	D	(0,05)	0,03			
726 Maquinaria de indústria gráfica	D	Intermediários								Em Retrocesso	D	(0,55)	(0,36)			
727 Maquinaria de indústria alimentícia	D	Dinâmicos								Op. Perdidas	D	(0,03)	(0,11)			
728 Maquinaria de indústrias especiais nea	I	Intermediários		+						Em Declínio	D	(1,09)	(1,48)			
736 Máquinas-ferramentas para metal	MD	Muito Dinâmicos	MA	+						Ótimos	D	(0,43)	(0,49)			
737 Maquinaria para metal nea	I	Intermediários	MA	+						Em Declínio	D	(0,24)	(0,26)			
741 Equipamento de aquecimento e resfriamento	I	Intermediários	MA							Em Retrocesso	D	(0,22)	(0,60)			
742 Bombas para líquidos, etc.	D	Dinâmicos	MA							Em Retrocesso	V	0,07	0,01			
743 Ventoinhas, filtros, bombas de gasolina	D	Dinâmicos	MA	+						Op. Perdidas	V	0,23	0,06			
744 Equipamento mecânico manual	MD	Muito Dinâmicos		+						Op. Perdidas	D	(0,08)	(0,43)			
745 Maquinaria, ferramentas, não elétricas nea	D	Intermediários								Em Retrocesso	D	(0,30)	(0,39)			
749 Partes e acessórios de maquinaria não elétrica nea	D	Dinâmicos								Op. Perdidas	D	(0,69)	(0,97)			
751 Máquinas de escritório	DE	Em Decadência	A							Em Retrocesso	D	(0,16)	(0,10)			
752 Equipamentos de computador	MD	Muito Dinâmicos	A	+						Ótimos	D	(1,33)	(0,69)			
759 Partes e acessórios de equipamentos de escritório	MD	Muito Dinâmicos	A	+						Op. Perdidas	D	(0,62)	(0,66)			
761 Aparelhos de televisão	MD	Muito Dinâmicos	A	+						Ótimos	D	(0,11)	(0,08)			
762 Aparelhos receptores de transmissão de rádio	DE	Em Decadência	A							Em Retrocesso	V	0,32	0,32			
763 Gravadores e vídeo-cassetes, etc.	DE	Em Decadência	A							Em Retrocesso	D	(0,15)	(0,13)			
764 Equipamentos de telecomunicação, partes, acessórios nea	MD	Muito Dinâmicos	A	+						Ótimos	D	(2,11)	(2,65)			
771 Maquinaria elétrica nea	MD	Muito Dinâmicos	MA	+						Op. Perdidas	D	(0,14)	(0,40)			
772 Equipamento de circuito elétrico	MD	Dinâmicos	MA							Op. Perdidas	D	(0,99)	(0,91)			
773 Equipamento de distribuição elétrica	MD	Muito Dinâmicos	MA	+						Op. Perdidas	D	(0,07)	(0,26)			
774 Equipamento médico, para diagnóstico, etc.	I	Intermediários	MA	+						Em Declínio	D	(0,22)	(0,48)			

Brasil
Exportação, Importação e Saldo Comercial

Valores em US\$ milhões

Setores	Classificação dos Setores										1994		1998	
	Dinamismo - Comércio Mundial	Tecnol. Alta Média/Alta	Compet. Export. País	De-manda Mundo	Class.Export. País - Set. Últimos, etc.	Vantagem (V) ou Desv. Comparativa (D) - País	CS		CS					
775 Aparelhos domésticos nea	D Dinâmicos	MA	-	+	Op. Perdas	V	0,00	0,00	0,00	0,00				
776 Transistores, válvulas, etc.	MD Muito Dinâmicos	A	-	+	Op. Perdas	D	(1,46)	(1,61)	(1,46)	(1,61)				
778 Equipamento elétrico nea	D Dinâmicos	MA	-	+	Op. Perdas	D	(0,59)	(0,80)	(0,59)	(0,80)				
781 Veículos do passageiros a motor, exceto ônibus	D Dinâmicos	MA	+	-	Ótimos	D	(2,17)	(0,94)	(2,17)	(0,94)				
782 Veículos para mercadorias e serviços	D Dinâmicos	MA	+	-	Ótimos	V	0,34	0,36	0,34	0,36				
783 Veículos a motor nea	MD Muito Dinâmicos	MA	+	-	Op. Perdas	V	0,37	0,08	0,37	0,08				
784 Partes e acessórios de veículos a motor nea	I Intermediários	MA	+	-	Em Declínio	D	(0,03)	0,52	(0,03)	0,52				
785 Motocicletas, bicicletas, etc.	I Intermediários	-	-	-	Em Retrocesso	D	(0,33)	(0,14)	(0,33)	(0,14)				
786 Trailers, veículos sem motor nea	MD Muito Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	V	0,08	0,06	0,08	0,06				
791 Equipamentos / veículos para ferrovia	MD Muito Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	V	0,02	(0,11)	0,02	(0,11)				
792 Aeronaves, espaçonaves etc.	MD Muito Dinâmicos	A	+	-	Op. Perdas	V	0,10	0,72	0,10	0,72				
793 Navios, barcos, etc.	DE Em Decadência	-	-	-	Em Retrocesso	V	0,62	0,16	0,62	0,16				
812 Equipamento para encanamento, aquecimento e iluminação	D Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	V	0,02	(0,03)	0,02	(0,03)				
821 Móveis e artigos para mobília	MD Muito Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	V	0,35	0,23	0,35	0,23				
831 Artigos para viagem, malas, etc.	R Em Regressão	-	-	-	Em Retrocesso	D	(0,01)	(0,07)	(0,01)	(0,07)				
842 Vestuário masculino, exceto tricô	I Intermediários	-	-	-	Em Retrocesso	V	0,03	(0,06)	0,03	(0,06)				
843 Vestuário feminino, exceto tricô	R Em Regressão	-	-	-	Em Retrocesso	V	0,05	(0,06)	0,05	(0,06)				
844 Vestuário feminino de tricô e crochê	R Em Regressão	-	-	-	Em Retrocesso	V	0,04	(0,01)	0,04	(0,01)				
845 Artigos para vestuário nea	MD Muito Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	V	0,10	(0,03)	0,10	(0,03)				
846 Roupas de baixo tricotadas	MD Muito Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	V	0,15	0,04	0,15	0,04				
847 Acessórios de vestuário têxteis nea	D Dinâmicos	-	-	-	Ótimos	D	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)				
848 Chapéus / artigos de vestuário não têxteis	R Em Regressão	-	-	-	Em Retrocesso	V	0,00	(0,05)	0,00	(0,05)				
851 Calçados	R Em Regressão	-	-	-	Em Retrocesso	V	2,30	1,72	2,30	1,72				
871 Instrumentos óticos nea	MD Muito Dinâmicos	MA	-	+	Op. Perdas	D	(0,07)	(0,10)	(0,07)	(0,10)				
872 Instrumentos médicos etc.	MD Muito Dinâmicos	MA	-	+	Op. Perdas	D	(0,28)	(0,16)	(0,28)	(0,16)				
873 Relógios do medidor, balanças nea	R Em Regressão	MA	-	+	Em Retrocesso	V	0,00	(0,01)	0,00	(0,01)				
874 Aparelhos de medição e controle nea	D Dinâmicos	MA	-	+	Op. Perdas	D	(0,75)	(0,95)	(0,75)	(0,95)				
881 Equipamento fotográfico	D Dinâmicos	MA	-	+	Op. Perdas	D	(0,07)	(0,09)	(0,07)	(0,09)				
882 Artigos para fotografia, cinema	R Em Regressão	MA	-	+	Em Retrocesso	D	(0,03)	(0,07)	(0,03)	(0,07)				
883 Filmes de cinema revelados	DE Em Decadência	MA	-	-	Em Retrocesso	D	0,00	(0,00)	0,00	(0,00)				
884 Material ótico nea	MD Muito Dinâmicos	MA	-	+	Op. Perdas	D	(0,03)	(0,06)	(0,03)	(0,06)				
885 Relógios de parede, de mesa, de pulso	DE Em Decadência	-	-	-	Em Retrocesso	D	(0,16)	(0,11)	(0,16)	(0,11)				
892 Material gráfico	I Intermediários	-	-	-	Em Retrocesso	D	(0,21)	(0,43)	(0,21)	(0,43)				
893 Artigos plásticos nea	MD Muito Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	D	(0,21)	(0,40)	(0,21)	(0,40)				
894 Brinquedos, jogos, artigos esportivos, carrinhos, para bebês	D Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	D	(0,06)	(0,18)	(0,06)	(0,18)				
895 Material de escritório, papeleria	D Dinâmicos	-	-	-	Ótimos	D	(0,01)	0,01	(0,01)	0,01				
896 Obras de arte / coleções / antiguidades	MD Muito Dinâmicos	-	-	-	Op. Perdas	V	0,02	(0,00)	0,02	(0,00)				
897 Artigos de ouro, de prata, jóias	R Em Regressão	-	-	-	Em Declínio	V	0,04	0,06	0,04	0,06				
898 Discos / instrumentos musicais	I Intermediários	-	-	-	Em Retrocesso	D	(0,23)	(0,14)	(0,23)	(0,14)				
899 Diversos artigos manufaturados nea	R Em Regressão	-	-	-	Em Declínio	D	(0,01)	(0,07)	(0,01)	(0,07)				
911 Correspondência não classificada	MD Muito Dinâmicos	-	n.d.	n.d.	n.d.	D	-	-	-	-				
931 Transações especiais, nea	MD Muito Dinâmicos	-	-	+	Op. Perdas	V	0,80	0,81	0,80	0,81				
941 Animais de zoológico, de estimação, etc.	R Em Regressão	-	+	-	Em Declínio	D	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)				
951 Armas de fogo bélicas, munição	DE Em Decadência	MA	-	-	Em Retrocesso	D	0,01	(0,00)	0,01	(0,00)				
961 Moeda, exceto de ouro, em desuso	MD Muito Dinâmicos	-	n.d.	n.d.	n.d.	D	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)				
971 Ouro não monetário, exceto minério	MD Muito Dinâmicos	-	n.d.	n.d.	n.d.	V	0,32	0,54	0,32	0,54				
Total														

nea - não especificado anteriormente

Brasil
Exportação, Importação e Saldo Comercial

Valores em US\$ milhões

Setores	Classificação dos Setores										CS	
	Dinamismo - Comércio Mundial	Tecnol. Alta Média/Baixa	Compet. Export. País	De-manda Mundo	Class. Export. País - Set. Últimos, etc.	Vantagem (V) ou Desv. Comparativa (D) - País	1994	1998				
1 Animais vivos para alimentação, exceto peixe	DE	Em Decadência	+	-	Em Declínio	D	(0,24)	(0,07)				
11 Carne de vaca fresca, resfriada, congelada	DE	Em Decadência	+	-	Em Declínio	V	1,33	1,50				
12 Carne seca, salgada, defumada	DE	Em Decadência	-	-	Em Retrocesso	V	0,01	0,00				
14 Carne processada, conserva, nea	I	Intermediários	-	-	Em Retrocesso	V	0,51	0,48				
22 Leite e creme de leite, exceto manteiga e queijo	I	Intermediários	+	-	Em Declínio	D	(0,31)	(0,50)				
23 Manteiga e queijo	R	Em Regressão	+	+	Em Declínio	D	(0,05)	(0,03)				
24 Queijo e coalho	DE	Em Decadência	+	+	Em Declínio	D	(0,18)	(0,08)				
25 Ovos / aves, frescos, conserva, albumina (clara de ovo)	DE	Em Decadência	-	-	Em Declínio	V	0,00	0,02				
34 Peixe fresco, resfriado, congelado	R	Em Regressão	-	-	Em Retrocesso	D	(0,17)	(0,21)				
35 Peixe salgado, seco, defumado	DE	Em Decadência	-	-	Em Retrocesso	D	(0,24)	(0,23)				
36 Moluscos, crustáceos, etc., frescos, congelados	DE	Em Decadência	-	-	Em Retrocesso	V	0,19	0,09				
37 Peixes etc., processados, conserva, nea	I	Intermediários	+	-	Em Declínio	D	(0,02)	(0,04)				
41 Trigo etc. em grãos	R	Em Regressão	+	+	Em Declínio	D	(0,01)	(1,11)				
42 Arroz	DE	Em Decadência	+	+	Em Declínio	D	(0,64)	(0,72)				
43 Cevada em grãos	DE	Em Decadência	-	-	Em Retrocesso	D	(0,05)	(0,02)				
44 Milho, exceto milho doce	DE	Em Decadência	+	+	Em Declínio	D	(0,39)	(0,25)				
45 Cereais nea em grãos	DE	Em Decadência	+	+	Em Declínio	D	(0,04)	(0,03)				
46 Farinha / farelo de trigo	MD	Muito Dinâmicos	+	+	Ótimos	D	(0,07)	(0,09)				
47 Farelos, farinha de outro cereal	R	Em Regressão	+	+	Em Declínio	D	(0,00)	0,00				
48 Farinha / amido de cereais, etc.	D	Dinâmicos	+	+	Op. Perdidas	D	(1,94)	(0,34)				
54 Legumes / verduras frescos, resfriados congelados	R	Em Regressão	-	-	Em Retrocesso	D	(0,66)	(0,62)				
56 Legumes / verduras em conserva, processados	DE	Em Decadência	+	-	Em Declínio	D	(0,05)	(0,09)				
57 Frutas / castanhas frescas, secas	I	Intermediários	-	-	Em Retrocesso	D	(0,02)	(0,01)				
58 Frutas em conserva, processadas	R	Em Regressão	+	-	Em Declínio	V	1,64	1,78				
61 Açúcar / melado / mel	R	Em Regressão	+	+	Em Declínio	V	1,56	2,71				
62 Balas de açúcar sem chocolate	I	Intermediários	-	-	Em Retrocesse	V	0,10	0,02				
71 Café / substitutos do café	DE	Em Decadência	-	-	Em Retrocesso	V	4,15	3,64				
72 Cacau	MD	Muito Dinâmicos	-	+	Op. Perdidas	V	0,47	0,19				
73 Chocolate / preparados de cacau	R	Em Regressão	+	-	Em Declínio	V	0,02	(0,02)				
74 Chá e mate	DE	Em Decadência	+	+	Em Retrocesse	V	0,06	0,05				
75 Temperos	MD	Muito Dinâmicos	+	+	Ótimos	V	0,06	0,10				
81 Alimentos para animais, exceto cereais em grãos	R	Em Regressão	-	-	Em Retrocesso	V	3,42	2,43				
91 Margarina e gordura vegetal	MD	Muito Dinâmicos	+	+	Ótimos	V	0,00	0,01				
98 Produtos comestíveis, preparados nea	R	Em Regressão	+	+	Em Declínio	D	(0,04)	(0,04)				
111 Bebidas não - alcoólicas nea	I	Intermediários	+	+	Em Declínio	V	0,01	0,02				
112 Bebidas alcoólicas	D	Dinâmicos	-	-	Em Retrocesso	D	(0,07)	(0,12)				
121 Tabaco, cru e industrializado	I	Intermediários	+	+	Em Declínio	V	1,06	1,25				
122 Tabaco manufaturado	DE	Em Decadência	+	+	Em Declínio	V	0,53	0,83				
211 Couros / peles crus, exceto velos	DE	Em Decadência	n.d.	-	Em Declínio	V	(0,02)	0,01				
212 Velos crus	DE	Em Decadência	-	-	n.d.	D	(0,00)	0,00				
222 Sementes para óleo, etc. - óleo soft	D	Dinâmicos	+	+	Ótimos	V	1,74	2,92				
223 Sementes para óleo - óleo não soft	DE	Em Decadência	+	-	Em Retrocesso	D	(0,00)	(0,00)				
232 Borracha sintética, industrializada, etc.	DE	Em Decadência	+	+	Em Declínio	D	(0,22)	(0,12)				
233 Borracha sintética, reciclada	R	Em Regressão	+	+	Em Declínio	D	(0,19)	(0,04)				
244 Cortiça natural, crua e industrializada	MD	Muito Dinâmicos	-	+	Op. Perdidas	D	(0,00)	(0,00)				
245 Lenha, carvão de madeira	I	Intermediários	-	-	Em Retrocesso	V	0,00	0,00				
246 Polpa de madeira, cavacos, resíduos de madeira	R	Em Regressão	+	+	Em Declínio	D	(0,00)	0,05				